



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

TÂNIA MARIA BATISTA DE LIMA

**A POLÍTICA EDUCACIONAL NO CEARÁ
DA MUDANÇA NO DISCURSO AO DISCURSO DA MUDANÇA
(1987-1990)**

FORTALEZA

1994

TÂNIA MARIA BATISTA DE LIMA

**A POLÍTICA EDUCACIONAL NO CEARÁ - DA MUDANÇA NO
DISCURSO AO DISCURSO DA MUDANÇA (1987-1990)**

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Sofia Lerche Vieira

FORTALEZA

1994

"Lecturis salutem"

Ficha Catalográfica elaborada por
Telma Regina Abreu Camboim – Bibliotecária – CRB-3/593
tregina@ufc.br
Biblioteca de Ciências Humanas – UFC

L711a

Lima, Tânia Maria Batista de.

A Política Educacional no Ceará [manuscrito]: da mudança no discurso ao discurso da mudança (1987-1990)/ por Tânia Maria Batista de Lima. – 1994.

80f. : il. ; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza(CE), 29/04/1994.

Orientação: Profa. Dra. Sofia Lerche Vieira.

Inclui bibliografia.

1-POLÍTICA EDUCACIONAL CEARÁ. 2-GOVERNO DAS MUDANÇAS - CEARÁ 3-MODERNIZAÇÃO. 4-QUALIDADE E QUANTIDADE. 5-DESCENTRALIZAÇÃO. 6-DEMOCRACIA 7-PLANOS DE GOVERNO 8-AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS I-Vieira, Sofia L., orientadora. II.Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. III-Título.

CDD(22ª ed.)

371.3507118131

61/08

TÂNIA MARIA BATISTA DE LIMA

A POLÍTICA EDUCACIONAL NO CEARÁ - DA MUDANÇA NO DISCURSO AO DISCURSO DA MUDANÇA (1987-1990)

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

PROFa. DRa. SOFIA LERCHE VEIRA (ORIENTADORA)
Universidade Federal do Ceará - UFC

PROF. DR. OZIR TESSER
Universidade Federal do Ceará - UFC

PROFa. Ms. MARIA EUDES BEZERRA VERAS
Universidade Federal do Ceará - UFC

**Para Gabriel e Davi,
queridos filhos,
eixos e balizas
de um espaço de amor
sempre renovado**

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

- Aos meus pais, Lourival e Izabel, pela presença e apoio sempre constantes;
- Ao Heráclito, por tudo que aprendemos e construímos juntos;
- À Sofia Lerche Vieira, mestre e amiga, pelas tantas certezas afetivas e teórico-práticas que pude com ela vivenciar; e pelo empenho e dedicação na realização deste trabalho;
- Aos professores M^a Eudes B. Veras e Ozir Tesser, pela gentileza de comporem a banca examinadora;
- Ao S. Audísio e D. Tereza, pelo apoio em muitos momentos;
- Ao Maurício, Ângela, Izaira e Terezinha Maciel, amigos sempre atentos, pelas serenas e sábias escutas e orientações;
- Ao Serafim, Tereza e Clayton, pelo precioso tempo gasto na revisão e impressão do texto final;
- À Telma, Tia Mundica, Ângélica, Ernandi e Sandrinha, pelo companheirismo de todas as horas;
- Ao Conselho Estadual de Educação, na pessoa da Prof^a. Maria Eudes B. Veras, através de quem pude ter acesso ao valioso material acerca da educação cearense;
- À Coordenação do Mestrado em Educação, na pessoa da Profa. Eliane Dayse P. Furtado, pelo empenho e incentivo;
- À Universidade Vale do Acaraú (UVA) e à Universidade Estadual do Ceará (UECe), pela liberação para a conclusão deste trabalho;
- Aos sempre mestres: Ozir Tesser, Manfredo Oliveira, Maria Nobre, Suzana Jimenez e Alba Pinho, por tudo que vivi e aprendi no cotidiano do Mestrado em Educação.

***"O sujeito portanto é essa singularidade indizível ,
revelada na ação e no discurso, e que está no fundamento
da emergência do início, do novo, do imprevisível na teia
das "relações humanas". É aquilo que obrigatoriamente
pressupomos quando dizemos que o homem, pela ação e
pelo discurso, é "capaz do inesperado" ou de
"realizar o infinitamente improvável."***

(Hannah Arendt)

SUMÁRIO

	Pg.
1. UM INÍCIO DE CONVERSA	009
2. EDUCAÇÃO E REALIDADE SOCIAL: construindo um pano de fundo	019
3. ESTADO E POLÍTICA EDUCACIONAL: desafiando os números da tragédia anunciada	024
3.1 O Projeto Educacional dos anos 70: da consolidação do modelo autoritário à expansão desordenada.....	024
3.2 O Projeto Educacional dos anos 80: da emergência da sociedade civil à descentralização que vem do centro.....	028
3.3) Os números da tragédia anunciada no Ceará.....	031
3.4) A mudança do discurso: para além dos coronéis?.....	033
4. ANÁLISE DOCUMENTAL: a política educacional nos Governos Tasso e Ciro	038
4.1) Crise e Modernização: diagnósticos e alternativas	041
4.2) Qualidade x Quantidade: uma falsa polêmica	051
4.3) Descentralização e Democracia: da alienação ao reconhecimento do "outro".....	061
5. ANUNCIANDO UM FINAL DE CONVERSA	068
6. PELAS DOBRAS DO NÃO VISITADO: sobre conversas paralelas	071
BIBLIOGRAFIA	075
ANEXOS	079
ANEXO 1 – Legenda das categorias e sub-categorias de análise	080
ANEXO 2 - Plano Estadual de Educação (Educação: Desafio e Mudança) - Parágrafos transcritos por categorias e sub-categorias	081
ANEXO 3 - Plano Setorial de Educação (Plano de Mudanças: Juntos Mudando o Ceará - Parágrafos transcritos por categorias e sub-categorias	099
ANEXO 4 - Relatório Quadrienal (1987-1990) - Parágrafos transcritos por categorias e sub-categorias	107
ANEXO 5 – Tabela com a frequência de temas e sub-temas	118

1. UM INÍCIO DE CONVERSA...

A produção de um trabalho acadêmico se é, por um lado, difícil, o é, por outro, instigante. Difícil, porque vivemos em uma sociedade que faz com que não nos sintamos autores. Benjamim, identificando esta como sendo uma característica marcante de nossa modernidade, afirma que:

"A arte de narrar está definhando porque a sabedoria - o lado épico da verdade - está em extinção." (Benjamim, 1987, p. 200-1).

Indo mais longe, Kramer ressalta que:

"O declínio da faculdade de intercambiar experiências determina a extinção da arte de narrar já que a narração não é apenas produto da voz, mas de tudo que é aprendido na vida social." (Kramer, 1993, p.53).

Aqui, na busca de uma síntese de estudos e vivências "aprendidos na vida social" reside a dimensão instigante e prazerosa da obra que ora crio. Além do que, na medida em que o texto é expressão da história de vida do autor e do contexto que o determina, falar "no" texto (ou seria "o" texto ?) é, no fundo, falar dos nossos limites, conquistas, buscas, enfim, é dizer-se.

Talvez seja este, dentre tantos, um dos maiores obstáculos a transpor (ou seria uma das maiores riquezas ?): pensar uma dada realidade onde o "ser pensante" é sujeito da mesma. É esse o desafio que nos coloca a ciência.

A concretização de minha tese de mestrado pôs-me diante dessa dupla tarefa : a de ser e me sentir autora (narradora num sentido benjaminiano); e a de olhar, no texto, um contexto sempre mais rico e dinâmico do que a minha capacidade de apreendê-lo. Aceitar essa tarefa-desafio é, para mim, sinônimo de uma nova postura

teórico-metodológica quando dos olhares que lançamos sobre os sujeitos (sejam eles individuais ou coletivos) e seus cotidianos.

A princípio, minha preocupação de pesquisa se centrou (1989) na temática da "Formação da consciência de classe do trabalhador urbano de Fortaleza (CE)". Essa opção, fruto das convicções que construí ao longo de minha vida de militante de um partido político de esquerda, tinha por base uma leitura um tanto homogeneizadora da realidade e a limitada explicação desta (realidade) como mero reflexo das estruturas capitalistas dominantes. Existia de minha parte uma preocupação analítica em relação àqueles momentos a nível do movimento sindical onde os trabalhadores urbanos constroem (elaboram) conhecimentos a partir de suas vivências e fazem daqueles (conhecimentos) suas armas para o enfrentamento das inquietudes do dia-a-dia.

Assim como falar de um caminho é também falar das dificuldades daquele que ousa caminhar, quero agora contar algumas histórias (ou seriam "estórias"?) aparentemente irrelevantes para a intencionalidade científica que nos exige a academia, porém profundamente determinantes para os rumos que tomou o trabalho que ora tento concretizar.

Meu universo de dogmas e certezas começa a tomar novos rumos e novas cores quando da chegada de meus filhos - Gabriel e Davi. A responsabilidade do "futuro" que já era presente me lançou para o mundo do trabalho e este para um manancial de relações e experiências que seriam determinantes nos novos olhares que passava a lançar sobre as "coisas".

Fui aprovada em uma seleção para Professor Substituto na área de Educação Brasileira : Política Educacional na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (1991). Aquele novo momento de exercício cotidiano como professora do Curso de Pedagogia da FACED-UFC me faziam acreditar no fato de que as teorias

nem sempre falam tudo da realidade. O contato com a área de Política Educacional e as problemáticas diversas que envolvem tal área tais como o Ensino Básico, a legislação educacional, a formação e capacitação de professores, a municipalização do ensino, dentre outras, suscitava-me a possibilidade de novas incursões por um terreno pouco explorado em meu percurso : o da concretude das relações (interpessoais ou não) que dão forma ao cotidiano educacional e escolar.

Penin (1989) classifica em três grupos as posições teóricas que *"têm orientado diferentes políticas de ação e práticas pedagógicas presentes no cenário educacional brasileiro da atualidade."*(pg. 03). São eles:

a) *"os autores que consideram a escola e a educação que aí se realiza como relativamente neutras, diante da estrutura e conjuntura social de um determinado país e época. ...As pesquisas em educação desse período, dominadas pela abordagem positivista ou neopositivista da ciência, reforçam esse posicionamento "acrítico" sobre a relação escola sociedade."* (pg. 04).

b) *aqueles que "têm em comum o suposto de que a escola mantém estreita dependência com o contexto social e que, no quadro da sociedade capitalista, dividida em classes, a escola apenas reproduz, no seu âmbito as diferenças de classe existentes naquela... Os autores defensores desta posição, conhecida como "crítico-reprodutivista", já estão se tornando clássicos na literatura de referência dos educadores e são, basicamente: Illich (1985), Bourdieu e Passeron (1975), Althusser (s.d.), e Baudelot e Establet (1971). "* (p.04);

c) *os autores que consideram tanto quanto os da posição anterior, "os determinantes sociais do fenômeno educativo, mas apresenta(m) uma análise dinâmica da relação sociedade-escola, onde as contradições da escola estão evidenciadas e entendidas no movimento histórico... Ou seja, a escola, ao mesmo tempo que reproduz as desigualdades de classe presentes no contexto social - oprimindo os indivíduos pertencentes às camadas populares - é também o espaço onde os indivíduos que a ela pertencem podem se apropriar do saber escolar, utilizando-o em benefício de seu projeto social."* (pg. 05).

A classificação feita por Penin, ainda que peque por algumas generalizações (o que, diga-se de passagem, é próprio de qualquer síntese classificatória) é capaz de

contribuir para a descrição da orientação teórica que, por muito tempo, norteou as minhas análises (grupo "b"), bem como aquela que passava a se fazer presente em minhas incursões na esfera da pesquisa educacional (grupo "c").

Para situar essa mudança na minha forma de enxergar os fenômenos à minha volta, é preciso destacar que o que nos mantém vivos e expressivos no universo das leituras que fazemos no/do mundo é, no final das contas, as relações que estabelecemos com as pessoas ou grupos com os quais nos relacionamos. Naquele momento, eu era expressão disso. As pessoas que conheci e com quem convivi principalmente como professora de Política Educacional (e elas hoje sabem disso) foram determinantes nessas novas descobertas. O sistema educacional, materializado na instituição escola, era, para mim, um mero reproduzidor das ideologias capitalistas dominantes. Passo a perceber, porém, que esse espaço chamado escola é muito mais amplo do que essa idéia congelada que, por muitos e longos anos o reprodutivismo inculcou em nossas mentes. O cotidiano escolar renascia em minhas análises prenhendo do que há de vir. Como nos diz Gramsci, **"a vida cotidiana é, ao mesmo tempo, reflexo e antecipação da História"**. O meu olhar, definitivamente não era mais o mesmo: descubro que esse universo, outrora desconhecido, é rico, vivo e cheio de possibilidades.

Como consequência desse novo olhar que lançava para o espaço escolar, ia percebendo também essas mesmas relações no âmbito do Sistema educacional.¹

Caberia definirmos o que estamos a entender por Sistema Educacional (SE). Na

¹ Tal direcionamento do foco da análise talvez tenha se dado principalmente por 02(duas) razões: 1) Uma razão mais relacionada com minha história de vida: por alguns anos fui militante de uma organização partidária e as experiências que daí advieram, performando minha forma de olhar o mundo, me lançavam para o campo das relações políticas mais amplas; 2) Uma razão de ordem mais conjuntural: naquele momento a área do meu exercício como docente (Política educacional) me lançava para o âmago desse debate seja em seus aspectos teóricos mais amplos, seja na dimensão prática (cotidiana) desse mesmo sistema.

realidade, o SE a que nos referimos diz respeito ao espaço objetivo de concretização das intenções de uma determinada política educacional. Vale ressaltar que

"a política educacional, apesar de não estar em todos os lugares onde está a educação (enquanto processo de socialização) também não está apenas no sistema escolar padronizado, pois extrapola seus limites... ela não tem lugar fixo e determinado e o seu surgimento depende de um momento histórico, de uma conjuntura. Mas quando se encontra essa intenção em livros e documentos históricos do passado, em discursos (grifo meu), documentos e projetos especiais do presente ou prognósticos do futuro, com certeza se está encontrando a formulação de uma ou mais políticas educacionais." (MARTINS, 1993, pg. 17).

É exatamente por trabalhar com a certeza de que o espaço das PEs é um espaço muito mais diverso/amplo do que eu poderia imaginar, que não tive dúvidas quanto à escolha de uma temática que pudesse me "saciar a sede" de enxergar e analisar sujeitos em movimento naquele universo novo que surgia à minha frente. Esse movimentar-se enquanto busca de realização individual que também é coletiva, me dava a certeza de que *"não existe um corte dado entre o universo exterior e o universo do indivíduo (ou do grupo), que o sujeito e o objeto não são absolutamente heterogêneos em seu campo comum". (MOSCOVICCI, 1985, pg. 48).*

O cotidiano passava, pois, a ser, em minhas leituras (entendidas aqui num sentido amplo: leitura do mundo e percepção dos nexos), o campo privilegiado para a afirmação/negação de descobertas construídas em meu universo simbólico. Mas o que seria esse cotidiano? Segundo Lefebvre:

"Esse campo, esse domínio, não se resumiria nem a uma determinação da subjetividade dos filósofos, nem a uma representação objetiva (ou "objetal") de objetos de objetos classificados em categorias (roupas, alimentação, mobília, etc.) . Seria algo mais: não uma queda vertiginosa nem um bloqueio ou obstáculo, mas um campo e uma renovação simultânea, uma etapa e um trampolim, um momento composto de momentos (necessidades, trabalho, diversão - produtos e obras - passividade e criatividade - meios e finalidade, etc.), interação

dialética da qual seria impossível não partir para realizar o possível (a totalidade dos possíveis)" (1991 - pg. 20).

Para Heller,

"A vida cotidiana não está "fora" da história, mas no centro do acontecer histórico: é a verdadeira "essência" da substância social ... a vida cotidiana é a vida do indivíduo. O indivíduo é sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico" (1985 - pg. 20).

Me interessava, pois, dentro do estudo das relações no âmbito das PEs perscrutar aquele " momento composto de momentos " e essa " substância social a partir da dimensão simultaneamente particular e genérica do indivíduo ". Como fazê-lo ? Era a pergunta que me fazia. Segui, então o conselho do poeta que diz : "estranhem o que não for estranho. Tomem por inexplicável o habitual. Sintam-se perplexos ante o cotidiano" (BRETCH). Essa perplexidade me mantinha **viva** (em movimento) em minhas incursões teóricas.

A reflexão acerca das inúmeras problemáticas da educação em nosso país me conduziam, inevitavelmente, para o desconhecido mundo das políticas públicas para o setor. Compreender o conteúdo e intencionalidade de tais políticas significava, acima de tudo, perceber o "jogo" das relações interinstitucionais, governamentais, intergrupais e interpessoais desse referido mundo. Essa empreitada era sinônimo de incursão nos meandros de uma realidade multifacetada e multideterminada, e, ainda que aparentemente incognoscível, racionalizável.

A convicção de que esse universo possui uma lógica própria me estimulava ainda mais a querer penetrá-lo. Ainda mais quando sabemos que:

"a realidade objetiva não é um "a priori" diante do homem como algo que se cumpre compreender pela descrição fiel,

ela é produto das objetivações da subjetividade, entendida a subjetividade como produto da subjetivação da objetividade. O empírico não é um fenômeno físico, é um fenômeno humano, histórico e o homem é um ser significativo que age sobre o mundo e o interpreta transformando-o, ao mesmo tempo que é impregnado de objetividade, que é a objetividade da práxis humana num arranjo social em que grupos lutam por se afirmar e dominar." (SAWAIA, 1993, PG. 75).

A partir de onde, então, dar àquelas questões um corpo academicamente compreensível ? ²

Alguns desejos, poucas certezas, um caminho: em minha mente minha intuição me dizia que as PEs careciam de levar em conta os sujeitos educativos em suas reais condições materiais e afetivas de vida. Faltavam-lhe, a meu ver, aquilo que Heller denomina de conhecimento:

"tanto (d)as teorias de sistema, quanto (d)as teorias de ação sob a orientação de um paradigma filosófico que desfeticize os sujeitos, a ação, a fala, a consciência dos seres humanos" (HELLER, 1991, pg. 214).

Para ela (Heller), no entanto, esse conhecimento viria tão somente a contrabalançar mas não superar completamente a reificação do sujeito nas Ciências Humanas. Será, então, que estaríamos diante de um dilema irresolúvel? Segundo Lefbvre, existiriam 02(dois) caminhos:

*" Ou ir mais longe que Hegel, buscando a unidade entre **razão** (filosófica) e **realidade**(social), ou seja, buscando a realização da filosofia - não aceitar mais a separação do filosófico e do não filosófico, do superior e do inferior, do espiritual e do material, do teórico e do prático, do "cultivado" e do inculto - , procurando desde então uma*

² Nesse momento sabia de minhas limitações metodológicas e "temporais". Não me furtava, entretanto de empreender minhas buscas.

transformação não apenas do Estado, da vida política, da produção econômica ou da estrutura jurídica e social, mas também do cotidiano. Ou voltar à metafísica, à angústia e ao desespero Kierkegaardianos, ao niilismo que Nietzsche queria superar - retornar a mitos, enfim, fazer da própria filosofia o último dos mitos cosmogônicos e teológicos." (LEFEBVRE, 1991, pg. 20).

Optei por **tentar** seguir o primeiro caminho. Me faltavam, porém, alguns tantos elementos para a concretização de tal desejo: a) A necessária intimidade vivencial com a área na qual pretendia pesquisar; b) (como consequência do primeiro elemento), a definição mais precisa de minha(s) pergunta(s) de investigação.³ c) Um caminho metodológico que pudesse dar conta das dimensões subjetiva e objetiva (estas numa relação dialética de reciprocidade e co-determinação) dos sujeitos daquela realidade.

Inicialmente, procurei selecionar temáticas que me possibilitassem a percepção do "jogo" a que me referi antes. O debate sobre a municipalização do ensino⁴ me pareceu, durante algum tempo, ser o espaço que procurava. Durante um bom tempo me movimentei pelas "dobras" da municipalização. Concordando, porém, com Guiomar Namó de Melo na afirmação de que "é preciso dar à municipalização do ensino um conteúdo concreto" (MELLO, 1989, pg.75), comecei a me ressentir de: 1) um enfoque que considerasse a dimensão simbólico-imaginária dos sujeitos educativos (professores, técnicos, alunos, dirigentes municipais, etc); 2) um conhecimento mais aprofundado e sistemático acerca das PEs na esfera do Estado, especificamente no estado do Ceará.

³Eu possuía, até aquele momento uma área de interesse definida aliada a curiosidades dispersas, mas não questões metodicamente formuladas que pudessem orientar o meu trabalho.

⁴Ressalte-se que a municipalização do ensino tem sido, na presente conjuntura política uma das diretrizes "administrativas" mais propaladas pelos governantes, sejam eles estaduais ou municipais. Além disso, alguns órgãos legisladores tais como o C.E.E.C. (Conselho Estadual de Educação do Ceará) têm frequentemente buscado travar discussões acerca da municipalização como um caminho "democratizante".

Nessa direção, procurei construir esse conhecimento acerca das PEs a partir do cotidiano das relações no âmbito do Sistema Educacional, tendo por base o fato de que é exatamente a ação daqueles sujeitos que determina a concretização (ou não) de certas intencionalidades políticas (ou politiqueras!). Assim, ao iniciar minhas primeiras incursões neste terreno, começava a perceber que o esquema de materialização de certas "vontades" governamentais não era tão linear quanto eu imaginava (o Estado elaboraria as PEs e os professores e técnicos executariam-nas tal qual o desejo governamental). Na verdade, à medida em que se delineava a práxis educativa concreta desses profissionais ou grupos no âmbito do SE, se delineavam também ***novas políticas, novas intenções, novas formas e novos conteúdos***. Interferia, pois, na construção deste novo perfil das PEs **o conceito que historicamente foi construído acerca do Estado e suas diretrizes administrativas e políticas**. Especificamente em nossa realidade, qual é (tem sido) esse conceito ?

O conhecimento das representações sociais que os grupos que lidam diretamente com o fazer educativo têm do Estado demandaria um esforço de pesquisa empírica (entrevistas, questionários, observações, etc) que, por razões diversas, não conseguiríamos realizar em tempo hábil. Isso não significa, porém, que, ao delimitar o raio de abrangência de nossa pesquisa, estejamos abortando em definitivo a nossa pretensão de penetrar no universo cotidiano das representações sociais que povoam o conceito acerca do estado. Estamos, pois, apenas adiando esse projeto que julgamos instigante e necessário para a construção de políticas educacionais sintonizadas com as reais necessidades daqueles que fazem o Sistema Educacional.

Na tentativa de redirecionar o meu caminho de pesquisa, decidi priorizar a análise do discurso do Governo como forma de melhor caracterizar os princípios e

intenções expressos e assumidos por esse mesmo governo via política educacional expressa em alguns documentos oficiais.

2. EDUCAÇÃO E REALIDADE SOCIAL: Construindo um pano de fundo.

Qualquer investigação que se pretenda pertinente não pode, a meu ver, se furtar de delinear o quadro, o panorama, o pano de fundo sobre os quais se dá o universo das questões de pesquisa.

Concretizar esse "pano de fundo" era um desafio, principalmente porque durante boa parte de minha vida me movimentei por esquemas explicativos genéricos, homogeneizadores e, conseqüentemente, limitados acerca da leitura da realidade. A vontade de avançar nas incursões que estava a fazer me empurravam, mais uma vez, para o universo das determinações macro-sociais. Como delineá-las (as determinações), sem cair numa simplificação grosseira incapaz de dar conta dos movimentos fundamentais dessa mesma realidade? Por um momento, achei que o tal "pano de fundo" seria absolutamente desnecessário. Foi aqui, então, que percebi que essa divisão macro X micro é algo que existe muito mais no universo de nossas fragmentadas formas de perceber a totalidade dos fatos, do que propriamente na concretude das relações sociais. De onde partir, então?

Sem fugir ao desafio que se me colocava, percebi que poderia construir parte desse "pano de fundo" tomando por base o quadro das profundas desigualdades de nossa realidade social. A necessidade de melhor esboçar tal quadro advinha de uma revolta indignada, fruto da consciência acerca da inquietante situação de pauperização de nosso povo. Essa revolta toma molduras ainda mais consistentes se levarmos em conta que vivemos em uma sociedade cheia de enormes injustiças sociais : fome, pobreza, miséria absoluta, desemprego, baixos níveis de vida, falta de moradia, péssimas condições de saúde, desescolarização de um enorme numero de crianças, etc; e, ainda que seja esta uma realidade que salta aos olhos, não conseguimos vislumbrar mecanismos que apontem para a superação dessa "razão cínica" (OLIVEIRA, 1993, pg. 68). O inconformismo, quando muito, se faz presente na solidariedade de ações imediatas e paliativas, nunca como um esforço consciente para além da compaixão contemplativa.

Villas(1992), constatando essa situação de extrema pobreza na América Latina, assim se expressa :

"El crecimiento apabullante de la pobreza, y de todos los fenómenos y efectos perversos asociados a ella, es sin dudas el problema más grave que enfrenta desde hace varios años América Latina. De acuerdo a la CEPAL 183 millones de latinoamericanos viven en la pobreza, es decir 44% de la población total. De esos 183 millones, 88 millones se hallan en la indigencia. Las cifras de CEPAL indican que durante la década de 1980 el número de pobres creció en 71 millones de personas, casi 39%. No hay ningún otro indicador económico que haya tenido un desenvolvimiento tan dinámico durante ese periodo en la región. Sin embargo, estudios del PNUD señalan que la situación es en realidad peor: 270 millones de latinoamericanos, o 62% del total, están en situación de pobreza. En Centroamérica, se estima que 80% de la población se encuentra debajo de los niveles de pobreza. La epidemia de cólera que se há instalado en América Latina desde hace más de un año resume de manera trágica las condiciones de vida de centenas de millones de seres humanos a fines del siglo veinte. " (VILLAS, in Contexto e Educação, 1992, pg. 07).

Tais constatações deixam à mostra os níveis de desigualdade a que estão submetidos milhares de latino-americanos, dentre os quais os brasileiros. Essa miséria, tão absoluta quanto absurda, é, conseqüentemente, extensiva à realidade educacional: sem as mínimas condições de dignidade e vida é impossível alcançarmos índices quantitativa e qualitativamente positivos de escolaridade. Uma questão está umbilicalmente atrelada à outra. Não é à toa que:

"À parte os 3,6 milhões de meninos e meninas com 14 anos ou menos que estão fora da escola (dados de 1989, do MEC), o Brasil contabiliza 18,4% de sua população maior de 15 anos que nunca freqüentou ou tem menos de um ano de escola. E mais: o PNAD de 1989 constatou que 42% dos que declararam saber ler e escrever têm três anos ou menos de estudo, o que pelos padrões da UNESCO caracteriza analfabetismo funcional. Apenas 17% da população brasileira têm o 1o. grau completo.

Os 39,5 milhões de brasileiros que em 1989 eram considerados analfabetos ou analfabetos funcionais serão 41,9 milhões no ano 2000, segundo projeção dos pesquisadores do Banco Mundial. Essas mesmas pesquisas prevêem que, se persistir o ritmo de aumento de

escolarização verificado na década de 80, o Brasil terá 95% de uma geração com o 1o. grau completo somente no ano 2100; e 90% com o 2o. grau completo apenas no ano 3080. Essas percentagens (95% e 90%) são os índices de escolaridade, hoje, dos países industrializados e de alguns dos chamados "tigres asiáticos", concorrentes diretos do Brasil no mercado internacional." (Revista Nova Escola, ano VIII, No. 72 - dez. 1993, pg.13)

Se os dados demonstram a precariedade dos índices mínimos necessários, em termos de atendimento educacional fazendo desta uma situação bastante desafiadora para as políticas públicas na esfera educacional, qualitativamente o desafio é ainda mais sério.

Para se ter uma idéia da dimensão do problema, basta lembrar que, no ano passado, pela primeira vez o Brasil foi incluído em uma pesquisa internacional de avaliação escolar em Ciências e Matemática, conduzida por duas conceituadas instituições de preparação e análises de testes educacionais dos Estados Unidos : a *International Assessment of Educational Progress* e a *Educational Testing Service* (IEAP/ ETS). Participaram 20 países de todos os continentes. O Brasil ficou em penúltimo lugar, à frente apenas de Mocambique, um dos mais pobres países da África e que está em guerra civil.

As constatações feitas acima, dentre tantas que poderíamos levantar para constatar tal situação, põem em evidência os grandes vácuos educacionais que foram historicamente construídos em anos de irresponsabilidade no tratamento de questões tão importantes para a conquista real da possibilidade de exercício da cidadania. Como nos diz Sérgio Costa Ribeiro em depoimento à Revista Nova Escola (No. 72 - ano VIII - dezembro de 1993):

"A idéia de cidadão vem dos gregos e está ligada à idéia de democracia, de participação dos indivíduos de uma sociedade nas decisões coletivas de um país ou de uma comunidade. E o conceito de cidadania moderno tem relação com o indivíduo capaz de dominar os códigos internacionais nos conhecimentos universais para poder competir a nível mundial. " (Pg.13).

Essa conquista (o domínio dos códigos internacionais nos conhecimentos universais para poder competir a nível mundial) não é, com certeza, uma realidade para nós, brasileiros.

Se no Brasil os níveis médios da tragédia da escolarização são tão chocantes, quanto mais na Região Nordeste onde os índices sociais e educacionais são ainda mais graves.

Moura, Veras e Vieira (1993), assim se referem a alguns desses indicadores:

"Ao otimismo face às perspectivas de universalização, deve-se somar o reconhecimento de que nos bolsões de pobreza situados na zona rural e em determinadas regiões do país o problema está longe de ser resolvido: se para as faixas de renda acima de 2 salários mínimos a frequência à escola de crianças de 7 a 14 anos atinge 97%, nas camadas abaixo de 1/2 SM ainda encontra-se em 74,5%. Do mesmo modo, enquanto na zona urbana a escolarização atinge 90,1%, na zona rural ainda está em 71,7%. As disparidades regionais, por sua vez, mostram que no Nordeste 26,7% das crianças não têm acesso à escola, enquanto que no Sudeste este percentual é de 10,8% ... Uma vez mais as desigualdades entre o Brasil rural e o urbano e entre as regiões mais e menos desenvolvidas são gritantes. Enquanto nas cidades os índices de analfabetos é de 12,8%, no campo esse contingente chega a 36,1%. Se a isso somarmos as diferenças entre o Sudeste, que apresenta um percentual 11,2% de analfabetos, e o Nordeste, onde os excluídos chegam a 36,3% da população nessa faixa etária, teremos indicações seguras do mapa das desigualdades" (Moura, Veras e Vieira, 1993, pg. 23 e 25).

Arriscando também um diagnóstico que se assemelha a uma tragédia anunciada, os fatos de nossa realidade educacional vêm tão somente pôr à mostra a triste constatação de que:

"O país dos escândalos, dos massacres de meninos de rua, de favelados, de trabalhadores rurais sem terra, de presos, de indígenas indefesos e de uma das mais altas taxas de inflação do planeta, da escandalosa concentração da riqueza e do aumento brutal da miséria ainda não se deu conta de que, lenta e sistematicamente, prepara para si mesmo uma tragédia de proporções ainda mais assustadoras: o futuricídio.

Às portas do século XXI, vivemos em um mundo tecnológico que tende a excluir os despreparados. Mas o Brasil finge que não tem nada com isso. Por falta de vontade política de seus governantes, miopia de suas elites econômicas e dirigentes, incompetência administrativa,

clientelismo de muitos políticos e às vezes até mesmo por corrupção, o país está negando às suas crianças uma educação básica de qualidade que lhes permita enfrentar o mundo competitivo em que viverão. Perpetuando a ignorância, o Brasil está formando gerações de perdedores. Está assassinando o seu próprio futuro." (RIBEIRO, 1993, pg. 10).

Diante de tal realidade, ficam-me algumas perguntas:

- Qual a origem de tantos desmandos ?
- Que políticas educacionais têm sido adotadas nas últimas décadas no enfrentamento dos desafios da realidade ?
- O que foi e o que tem sido feito, no sentido de, senão resolver, pelo menos amenizar os efeitos dessa tragédia "cinicamente" anunciada?

A resposta a essas perguntas é o que tentaremos esboçar a seguir.

3. ESTADO E POLÍTICA EDUCACIONAL: desafiando os números da tragédia anunciada

O presente capítulo parte da constatação de que a política educacional que se gestou nas intenções governamentais proclamadas no período 87-90 é fruto do contexto histórico de onde ela emerge.

Tal consideração conduz-nos, inevitavelmente à necessidade de delinear os traços fundamentais tanto do legado deixado pelo período do autoritarismo militar (hegemônico na década de 70), como da tentativa de suplantação desse modelo via "redemocratização do país" (década de 80), bem como das proclamações ufanistas de entrada no rol dos países do 1º mundo através das idéias de "Brasil Novo" no início da década de 90. A partir de uma breve reconstrução histórica tentaremos descrever as estratégias de enfrentamento dos números da tragédia anunciada.

3.1) O Projeto Educacional dos anos 70: da consolidação do modelo autoritário à expansão desordenada

FRIGOTTO (1991), ao descrever a conjuntura político-social da década de 70, toma como referência o processo histórico que se desenvolve especialmente a partir de 68 e condensa-a (década de 70) em 03(três) momentos de profundo impacto sobre a sociedade brasileira:

"Sob a égide da doutrina de segurança nacional e do "Brasil ame-o ou deixe-o", o governo Médici (de triste memória) consoma o auge do autoritarismo desmobilizador (ditadura), mediante o exílio, a cassação, a perseguição política, a tortura e a morte. Cala-se, pela força, a sociedade civil, desmantelam-se as suas organizações. Política, economia, educação é assunto para tecnocrata e perito internacional. Concomitante ao processo de autoritarismo desmobilizador vai desenvolvendo-se, às custas de crescimento da dívida externa, da desnacionalização e do perverso arrocho salarial, o projeto do Brasil Grande, Brasil potência do "milagre econômico". Instauro-se um senso comum de um "autoritarismo triunfante, mobilizador". A Rede Globo (televisão, rádio, jornal, editora, etc.) - sob as benesses da ditadura, instala seu império. Constitui-se no aparelho de dupla face, uma interna e outra externa, ambas, todavia, veículo da ideologia e dos interesses do Estado burocrático-militar associado ao capital monopolista.

Finalmente, um novo contexto de crise internacional e de fracasso do milagre, a década de 70, nos seus últimos anos apresenta a decadência de ditadura e a instalação da estratégia da "conciliação conservadora" para a transição "democrática" . (pg.46-7).

Além do Império Global a que se referiu Frigotto, a Ditadura Militar necessitava também do apoio incondicional de uma camada de tecnocratas que viam na educação uma importante peça para a consolidação do modelo econômico, bem como do formato que se pretendia implementar:

"Assentado num modelo econômico com abundância de matéria prima, alta disponibilidade de recursos externos e mão-de-obra barata, tal projeto possuía organicidade, ou seja: caráter nacional, apresentando-se como matriz geradora de políticas homogêneas; e, globalidade, dirigia-se ao conjunto dos graus e modalidades de ensino, de forma articulada e com objetivos complementares." (Idem)

Tal política educacional, voltada para a Segurança e Desenvolvimento, apoiava-se em duas legislações básicas do arcabouço institucional, a Lei 5540/68 e 5692/71 e cumpria um duplo objetivo. Por um lado, dava continuidade à ampliação maciça de oferta de ensino fundamental, oferecendo formação mínima e pouco qualificada aos segmentos majoritários da população, que lhes permitia inserção no contexto e no processo produtivo pouco exigente quanto à produtividade e competitividade. De outro lado formava uma elite técnico-burocrata qualificada, que dava sustentação ao processo de importação tecnológica e modernização." (SILVA, 1992, pg. 234).

À essa ampliação maciça de que trata Silva (1992), não correspondeu uma necessária revisão da organização da escola e das condições de ensino. Tal fato veio a desembocar na deterioração da qualidade do ensino de 1o. grau.

Quanto ao ensino de 2o. grau, a história não foi diferente: a profissionalização indiscriminada proposta a partir da Lei 5692/71, que visava controlar a demanda por ensino superior, resultou apenas na desarticulação da escola pública.

Até mesmo as disciplinas específicas, supostamente profissionalizantes, não credenciavam os alunos à obtenção de um emprego, devido ao desencontro dos cursos com as demandas do mercado como também à precariedade das condições de ensino do sistema público.

Para FRIGOTTO (1991),

"A lei 5692 de 1971 é expressão da visão economista (economicista?) tecnicista e sistemista de educação. A teoria do capital humano e a teoria geral de sistema são a base de sustentação ideológica (Frigotto, 1983). O grande educador é o capital. As figuras proeminentes, não só no campo econômico, mas deste enquanto direcionador do plano educacional, são Roberto Campos, Delfim Neto e Mário H. Simonsem. Simonsem chega a prognosticar que o Brasil havia descoberto algo inusitado: a superação do conflito de classes pela ascensão social via "democratização das oportunidades educacionais". O simples e o puro acesso à escola elevaria todos os brasileiros a iguais condições de competitividade no mercado. Daí por diante o problema é de cada um. O silogismo aceita tudo, a realidade não. Nem o MOBRAL resolveu o problema do analfabetismo, agravou-o, nem todos tiveram acesso à escola e, muito menos, quem teve acesso obteve maior ascensão social.

A ideologia tecnicista deste período, através da mídia, impregnou o senso comum das elites dirigentes de muitos educadores e, sobretudo, das próprias classes populares. Adestramento, profissionalização artesanal - não importa em que bases técnicas opera o processo de produção - passa a ser sinônimo de possibilidade de vencer na vida, de higienizar a sociedade do crime, etc." (pg. 47-48).

Na realidade, a conclusão a que podemos chegar é a de que, na década de 70, *"gastou-se muito pouco e mal, com a melhoria qualitativa, ainda mais se imaginarmos que um novo modelo de escola de 8 anos e as mazelas crônicas do ensino básico exigiam uma intervenção profunda e mais onerosa do que a formação de projetos de gabinetes, que se consumiam apenas em papel e tempo de alguns luminares da época." (SILVA, 1991, PG.236).*

O final da década em questão é marcado por uma crítica contundente ao projeto educacional da ditadura, crítica esta assentada nas crescentes dificuldades em relação às condições de vida do brasileiro, bem com na penetração da teoria sociológica da reprodução social (reprodutivismo) no universo da intelectualidade brasileira. Tal teoria, ainda que pesem sobre ela os inúmeros questionamentos (com os quais eu concordo) acerca da subestimação da capacidade transformadora dos sujeitos sociais diante da realidade, teve um papel importante na conquista e avanços dos espaços democráticos no interior da estrutura profundamente autoritária de nossa sociedade.

Tais conquistas sociais, materializadas também graças a um conflito que se instaura entre o aparato burocrático do Estado e as organizações da Sociedade Civil, aliadas ao esgotamento do modelo do "milagre econômico", vieram a aportar, no

âmbito educacional, para o desenvolvimento de ações e programas dirigidos às áreas mais pobres do país (Região Nordeste, zona rural e periferias urbanas).

"A educação deixa de ser parte da agenda das políticas governamentais articuladas em torno de um projeto de crescimento econômico e passa a ser gerida como instrumento para atenuar, a curto prazo, a situação de pobreza criada pela concentração de renda. Uma ciranda de projetos é desencadeada nessa direção: PRONASEC, PRODASEC, Polo Nordeste, Edurural e outros, resultando em fragmentação da política educacional e pulverização de recursos.

Embora tivessem o objetivo de atender às necessidades das regiões ou localidades bastante diferenciadas e específicas, esses projetos tinham sua formulação centralizada e sua execução monitorada pelo Governo Federal, fazendo com que poucos recursos a eles alocados chegassem efetivamente às escolas, perdendo-se nas várias instâncias administrativas intermediárias." (SILVA, 1992).

Tais desmandos favoreciam apenas a um punhado de interesses espúrios tais como os de empreiteiros, distribuidores de merenda escolar e livros didáticos. *"Estes, que nunca se ausentaram do padrão de intervenção do Estado, acabaram sendo o que restou para o governo federal administrar, na medida em que seu poder de integração nacional no setor da educação ia enfraquecendo." (Idem, pg. 267).*

Esta ênfase de desintegração quanto a um projeto global para a educação nacional foi marcante na década de 80. Esta traz elementos fundamentais para a compreensão do discurso acerca das políticas educacionais a que me propuz analisar (1987-1990).

3.2) O Projeto Educacional dos anos 80: da emergência da sociedade civil à descentralização que vem do centro

Frigotto (1992) descreve esta década como sendo marcada por uma *"profunda crise econômica, mas em plena efervescência política. Em termos econômico-sociais as análises a definem como a "década perdida". Em termos políticos é definida como a "transição inconclusa"*.

A educação se caracterizou por abrigar inúmeros conflitos entre o Estado (governo) e algumas das organizações que emergiam no cenário da luta pela redemocratização do país.

O primeiro "baque" da transição que se pretendia conquistar foi a derrota do movimento das "diretas já" que mobilizou amplos setores da sociedade civil no ano de 1984. A um Congresso Nacional repleto de senadores não submetidos ao voto popular - os "biônicos" - bem como de políticos capazes de "vender a alma ao diabo" não interessava, de forma alguma, mecanismos, seja de que ordem fossem, que viessem a ameaçar-lhes o poder. A eleição direta para Presidente da República, pleiteada pelos mais diversos grupos de nossa sociedade, não alcançaria seus objetivos.

"Desenha-se, neste contexto, perversamente, o que a conciliação pelo alto, conservadora é capaz. Uma simbiose Tancredo Neves - um liberal conservador, com José Sarney - a figura que se prestou a avalizador da ditadura como presidente do partido que lhe dava fachada de legalidade democrática." (FRIGOTTO, 1992, pg.49).

O contexto que se esboçava, ainda que permeado de muito desmando, corrupção e incompetência, teve, por um curto período (especialmente no MEC, INEP e CNPq, apoiados pela crescente organização teórico-prática dos educadores a partir de suas entidades (CBEs, ANDES, ANPEd, dentre outras)), um avanço significativo da política educacional. *"Mas esse período foi curto. Após a metade da década de 80 o MEC constituiu-se numa espécie de condomínio do PFL (Partido da Frente Liberal)." (Idem, pg.49).* À frente como titular da pasta estava Marco Maciel, em seguida Jorge Bornhausen e depois Hugo Napoleão.

Paralelo a esse processo, emergia no cenário educacional um *"padrão de gestão aparentemente paradoxal, que aliava uma pregação localista e descentralizadora a controles centralizados das fontes de financiamento do ensino, cuja lógica foi a da "descentralização que vinha do centro". Em outras palavras, era ao poder central que cabia a decisão do que e quando descentralizar"* (SILVA, 1992, pg. 237).

Um exemplo de como a gestão das políticas educacionais via MEC nesse período era centralizada, foi a instituição do Decreto no. 88.374 de 1983 que reserva 25% dos 30% que constituem a Cota Federal do Salário Educação, para financiamento a programas municipais por meio de convênios diretos entre o próprio MEC e as prefeituras.

"Teoricamente esses programas deveriam ser avaliados pelos Conselhos Estaduais de Educação (CEEs), mas, na prática, em função da carência dos municípios e das práticas político-clientelistas que os orientaram, grande parte dos convênios foram submetidos a uma aprovação meramente formal.

Esse novo traço do padrão de gestão buscava enfraquecer o papel articulador das secretarias estaduais de educação e desestruturava eventuais tentativas de parcerias ou políticas pactuadas entre estados e municípios, impedindo que se consolidasse um sistema de cooperação entre as três esferas do governo, gerando duplicação, sobreposição e má gerência dos recursos." (SILVA, 1992, pg. 239).

Pelos traços acima descritos, é possível compreendermos porque

"...o MEC não teve legitimidade nem vontade política para formular propostas hegemônicas de solução dos graves problemas de acesso e qualidade da educação básica, de deficiência na formação dos professores, de pobreza de resultados das Universidades Federais, de elitização do ensino de 2o. grau, de total desarticulação entre as três esferas governamentais na gestão dos sistemas de ensino, entre outros. "(Idem, pg. 240).**

Para além das dificuldades advindas do modelo de gestão educacional propugnado pelo MEC, assim como das ingerências clientelistas, alguns avanços não desprezíveis podem ser observados. O processo Constituinte *"mobilizou os educadores progressistas não só face às questões educacionais, mas face às questões econômico sociais. Foi um grande momento de mobilização nacional das organizações. O Fórum Educacional reuniu 26 organizações da área. Este Fórum se manteve durante todo o processo de*

elaboração da LDB, na versão Jorge Hage. Hoje, aparece com menos força, lamentavelmente, exatamente na fase crítica de aprovação da LDB." (FRIGOTTO, 1992, pg.49).

Silva (1992), retomando a análise desse período sob a ótica da gestão das políticas públicas, traz um diagnóstico não muito alentador:

"Em que pese os avanços representados pelo processo constituinte e o capítulo de educação da Carta Magna que forneceu o arcabouço institucional necessário a mudanças de maior fôlego, os resultados mais palpáveis do período limitaram-se aos índices quantitativos e aos programas assistenciais como merenda e livro escolar. A tônica quantitativa foi sugestivamente simbolizada no programa "Educação para todos" , ao qual muitos segmentos do setor acrescentavam o termo "melhor", conscientes do abismo para onde caminhava o sistema educacional agigantado e cada vez menos eficiente. O assistencialismo, agora maquiado com o nome de "resgate da dívida social", se expressou claramente nos programas destinados aos meninos de rua, enquanto milhões de meninos e meninas que estavam na escola continuavam à mercê de professores despreparados e mal pagos, de prédios arruinados, nos quais a ausência de requisitos mínimos praticamente impedia de chamá-los de escolas." (pg. 241).

Completando esse quadro de dificuldades no gerenciamento do sistema e "enfrentamento dos números da tragédia anunciada" percebe-se que o incentivo à municipalização do ensino de 1o. grau, concebida mais como "prefeiturização" das escolas do que como descentralização de decisões como participação das instâncias locais, desencadeou um processo de "aprofundamento da dualização da rede estadual e municipal", processo esse que "responde hoje pela falta de integração entre estados e municípios e a pauperização das escolas das redes administradas pelas prefeituras, cujas exceções apenas confirmam o padrão geral." (SILVA, 1992, pg. 241)

Os caminhos trilhados pela política educacional nas décadas de 70 e 80 vêm deixar à mostra as profundas dificuldades no sentido de concretização da universalização pretendida, da qualidade necessariamente desejada, bem como da descentralização efetiva. Tais elementos, essenciais para um processo real de democratização das oportunidades sociais, e, conseqüentemente da sociedade brasileira, enfrentaram dificuldades que até hoje se refletem em nosso cotidiano.

3.3) Os números da tragédia anunciada no Ceará

Os reflexos de tais dificuldades expressas nos índices de atendimento educacional, aprovação, repetência e evasão são perceptíveis, principalmente na Região Nordeste e, conseqüentemente, no Estado do Ceará.

Se tomarmos como referência o ensino de 1o. grau do Ceará perceberemos que houve de 1981 a 1991 um significativo decréscimo em relação ao atendimento à população escolarizável (7 a 14 anos). Senão vejamos:

"Em 1991, a matrícula inicial do ensino regular, de 1o. grau no Estado do Ceará atingiu a 1.089.008 alunos, enquanto em 1981 este número correspondia a 1.043.813 alunos, o que representa um incremento de apenas 4,32% quando se comparam os dados destes dois anos considerados. O comportamento da matrícula inicial durante a década de 81/91 apresentou uma tendência crescente no período 1981/1983, uma tendência decrescente no período 1984/85, uma tendência crescente de 1986/1991, sendo que o total da matrícula inicial sempre esteve abaixo do total atingido em 1981. (Relatório do setor de informações estatísticas da SEDUC, 1992).

A população escolarizável em 1981, na faixa etária de 7 a 14 anos era estimada em 1.162.589 pessoas e em 1991 era estimada em 1.415.458 pessoas, ou seja, um incremento de 22%, aproximadamente. Comparando-se esse dado de crescimento da população escolarizável com o dado de incremento da matrícula (4,32%) percebe-se que este último não conseguiu dar conta nem do crescimento da população em idade escolar, quanto mais do déficit no atendimento que já existia no ano de 1980 e era da ordem de 40.000.400/1.144.410. No ano seguinte (1981) esse déficit era da ordem de 35,04% (Vide tabela 1.2, Relatório da Coordenadoria de Planejamento/Núcleo de Estatística).

As matrículas iniciais do ensino fundamental, na faixa considerada, foram estimadas em 755.203 alunos em 1981 e em 793.315 em 1991, sendo que foram registradas quedas nestas matrículas que atingiram um máximo de 832.137 em 1983 e um mínimo de 593.348 matrículas em 1985.

Como conclusão à análise destes dados acerca do ensino fundamental verifica-se uma *"queda significativa na década de 1981-1991, cuja taxa de atendimento foi de 64,96%. A maior queda, 47,25% se registrou em 1985, voltando a crescer lentamente até atingir em 1991 uma taxa de 56,05%, inferior à de 1981."* (Relatório do núcleo de estatística da SEDUC, grifo meu).

Em termos de aprovação e repetência no ensino de 1o. grau os dados disponíveis para o período 1981-1991, atestam, respectivamente, um leve crescimento (aprovação) e uma generalizada elevação (repetência). Senão vejamos em 1982 a taxa de aprovação foi de 75,8% e em 1991 foi de 77,4%, sendo que no período de 1983/88 as taxas sempre foram inferiores àquelas.

Já em relação à repetência o que se verifica é que em 1981 a taxa geral de repetência foi de 15,75% e em 1991 a mesma taxa subiu para 20,1%, constatando-se um crescimento do índice de repetência de 4,45%.

Percebe-se, pois, que a situação de profundas dificuldades e desencontros da política educacional brasileira da década de 80 (que também é reflexo da anterior (70)) se refletiu sobremaneira na realidade cearense, o que constatamos pelos índices acima. Tais índices são resultado de uma realidade complexa que envolve desde os grandes complicadores nacionais, (já expressos na análise), até as estratégias de enfrentamento dessa problemática a nível do Estado do Ceará.

Se a nível de Brasil a "tragédia anunciada" era enfrentada a partir das estratégias que descrevemos, no CE as tentativas aconteciam tendo como princípio o discurso da redemocratização e resgate da "dívida social" que advogava a busca de uma maior "racionalização e modernização" no atendimento das necessidades básicas do "cidadão".

Nesse rumo, os últimos anos da década de 80 são peculiares para demonstrar como a realidade cearense absorveu tais "avanços" da ordem política nacional, "avanços" estes que também se pretendiam extensivos à esfera educacional.

A mudança que se estabeleceu em 1987 no quadro político com a chegada de um novo agrupamento ao Governo do Ceará é bem emblemático dessa absorção. Um grupo de empresários locais, capitaneados por Tasso Jereissati (no caso, o Governador eleito), tenta estabelecer novos princípios sob os quais se movimentaria a nova administração estadual. Na busca de diferenciação com o que existia de mais "arcaico e conservador", estabelece-se um novo padrão de discurso que orienta as ações e intenções assumidas.

O referido discurso governamental é o objeto central da minha investigação. Antes, porém, de me adentrar na análise dos documentos oficiais que estabelecem e orientam tal discurso, que por sua vez, determina e fundamenta as intenções assumidas, delinearei, a partir de uma reconstrução histórica rápida o perfil dessa nova hegemonia que surgia, bem como o contexto sócio-político de onde emerge o discurso que será por mim analisado.

3.4 A mudança no discurso: para além dos coronéis?

1987 é um ano muito importante para a vida política e social do Ceará. Chega ao Governo, sob a égide das mudanças, o empresário Tasso Ribeiro Jereissati. O significado de tal fato pode ser interpretado sob diversos ângulos: Parente(1992), assim se refere àquele momento da conjuntura local:

"O ano de 1986, deste modo, foi palco nacional de mobilização de setores organizados da sociedade civil com seus respectivos projetos políticos. É nesse momento que, no Ceará, ascendeu ao Governo do estado um jovem empresário representando um projeto burguês "desenvolvimentista". Beneficiando-se politicamente do êxito do Plano Cruzado, aproveitou-se da divisão das lideranças tradicionais que elegeu um governador "neutro", Gonzaga Mota, apenas um técnico, e explorando-lhe a vaidade. Com o estímulo das massas mobilizadas, incentivou-o a rebeldias contra o "tradicional", o "atrasado", os "coronéis" da política local. Com o governo do Estado nas mãos de Gonzaga Mota, quebraram-se os esquemas tradicionais de voto e imprimiu-se uma leve fachada de esquerda com a coligação com os partidos comunistas (PCB e PC do B). As esquerdas divididas não chegaram a ameaçar esse projeto, mesmo após haver ganhado, em 1985, a prefeitura de Fortaleza, a primeira prefeitura da capital que o Partido dos Trabalhadores (PT) conquistara com Maria Luiza Fontenele." (Pg. 10).

Fruto de uma nova postura frente ao Coronelismo reinante no estado,⁵ o novo grupo político hegemônico traz no bojo de seu discurso a "convicção" do combate ao clientelismo e à inoperância da máquina administrativa governamental. Como alternativa aos históricos desmandos políticos é proposta uma **modernização e racionalização** do aparato estatal em bases bem radicais. Batizado de GOVERNO DAS MUDANÇAS (GM), essa nova expressão do poder traz no seu bojo um forte sentimento mudancista aliado a uma vontade de concretização de um novo fazer político. Sobre o repercussão de um projeto de tal monta para os grupos políticos atuantes na sociedade cearense, Parente (1992) é contundente ao afirmar que:

*"Os rebeldes e aqueles com fachada de esquerda, mas engajados em partidos conservadores, o próprio processo de politização, de ideologização da política numa realidade burguesa, menos clientelista, seriam fatalmente absorvidos. A **ideologia do favor substituída pela competência, aliada a um discurso social democrata (ou populista?)**, se encarregará do processo. A esquerda definiu essa nova ideologia, e a crítica, nos seguintes termos: "A concepção empresarial é geralmente a do pragmatismo empreendedor que exclui a reflexão e considera bobagem tudo o que não vise diretamente ao equilíbrio da empresa. A racionalidade do processo de governo não pode excluir o justo, o bom, o ético e o humano."⁷ " (Pg. 11)*

O GM, originário de um grupo de empresários locais que durante muitos anos (desde 1978) estava à frente do CIC (Centro da Indústria do Ceará)⁶, aponta com alguns princípios norteadores dessa "nova" forma de fazer política: o combate à miséria; ruptura com a política de clientela⁷ entranhada por décadas na máquina

⁵ Para alguns analistas políticos, essa ruptura teria se iniciado quando do rompimento do Governador anterior (Gonzaga Mota - (PMDB)) com os coronéis, quando da adesão deste ao Movimento Pró-Tancredo. Sobre o tema ver : BRAGA & BARREIRA (Coordenadoras) - **A Política da Escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais (1991), pg.77.**

⁷ LEITÃO, Valton Miranda, "O Capitasso", in *O Povo*, Fortaleza, 27.10.89, p. 6.

⁶ Uma análise mais profunda do percurso de tais empresários até a chegada ao Governo do Estado é feita por Josênio Parente - **Os empresários no poder (1989).**

⁷ Acerca de como se dá a ruptura com a política de clientela, encontramos uma interessante descrição, ainda em Parente (1992): "A "lógica" do clientelismo é quebrada quando a modernização penetra de forma irreversível nas relações de produção. O "coronelismo", na sua versão clássica, só se sustenta numa relação paternalista de dominação, não capitalista, quando o "pai", melhor dizendo, o patrão provê o padrão de bem-estar de seus "moradores", tratando diferentemente os mais queridos como recompensa por serem os "melhores". O reconhecimento, o cabresto, reforça o seu "prestígio" que

governamental; estabelecimento de um novo pacto social a partir de uma conquista progressiva da sociedade civil para esse novo projeto que surgia no Ceará; dentre outros.

Tais princípios são expressos, de certo modo, nas palavras do empresário Byron Queiróz, à época, Secretário de Planejamento do GM:

"Nesse projeto, na verdade, "mudança" tem sido o carro chefe. Mas o "mudar"jamais o encaramos como a expressão de um sentimento difuso de mera aversão ao passado nem como episódica e emotiva bandeira para o apelo efêmero de uma eleição. Para nós, "mudar"insufla-se ao sopro dos ares oriundos da democracia e da modernidade . Da democracia, na medida em que de um lado persegue o princípio da universalização da ação governamental, procurando considerar como beneficiária dessa ação, a população como um todo; de outro, ao adotar, como postura prioritária, a interiorização do desenvolvimento ora restrito à Capital. Da modernidade, enquanto uma parte busca dotar a máquina governamental de estruturas eficientes e ágeis para que possam desempenhar as suas funções; de outra, ao adotar mecanismos sistemáticos de moralização da vida político-administrativa." (QUEIRÓZ, Byron – 1988).

Os ares de "democracia e modernidade" enfatizados pela fala do Secretário de Planejamento do GM, expressam uma tônica presente em todos os momentos da retórica governista. Tal retórica é fruto do momento histórico que vivia a sociedade brasileira à época. Sobre os ares advindos da "Nova República" enquanto expressão política da redemocratização que vivíamos , assim nos fala Barreira (1991) :

"O resgate da dívida social acumulada no regime autoritário e a democratização dos processo decisórios de formulação e implementação das políticas sociais constituem a essência do discurso político da "Nova República". Sob diferentes graus e níveis (instâncias

retorna num verdadeiro *feed back*. Essa "lógica do favor"e suas repercussões no político, no controle do voto e na importância de se possuir ou controlar "currais"eleitorais, já vem sofrendo fissuras há décadas com o êxodo rural e, de forma mais definitiva, com o desenvolvimento das relações de produção. **O moderno, identificado com o padrão capitalista de produção, tem deixado em polvorosa os grupos políticos que necessitam desse controle para sobreviver politicamente.** A compra do voto é apenas um paliativo para retardar seu ostracismo. Mas, até quando os "miseráveis", e mesmo a classe média, permanecerão alienados do jogo político?" (Pg.21, grifos meus).

de poder federal, estadual e local), o Estado criou novos mecanismos de articulação e intervenção na sociedade, sedimentados numa estratégia participativa através da qual os setores organizados do movimento popular são convidados a "colaborar" e a "negociar" com o Estado a solução de seus problemas e a participar do gerenciamento e execução dos projetos nas áreas de habitação, saúde, nutrição, creche e outras (educação! , obs. minha). Essas iniciativas coincidem com o processo de reaglutinação da sociedade civil e a luta dos setores organizados pela conquista de bens e serviços essenciais, pelo direito à participação e pela democratização da sociedade. " (BARREIRA, in BARREIRA & BRAGA, 1991).

É nesse cenário de profundas modificações na realidade política e social brasileira, que o novo governo estadual se instala. Paralelo a esse processo de estabelecimento de um novo padrão de discurso, emerge ou ressurgue nessa conjuntura a atuação de inúmeras organizações da sociedade civil (Sindicatos, Associações de bairro, Entidades estudantis ou profissionais, etc). Tais organizações, no ímpeto de estabelecer novas conquistas (umas (quase sempre) mais imediatas que mediatas), lançam suas reivindicações e determinam de maneira contundente inúmeras alterações no quadro da realidade política e social brasileira.⁸ Via de regra, inclusive , tais organizações (quando não cooptadas dentro da ideologia da participação) têm, no Governo do estado o seu mais fiel opositor. Tal oposição, fruto de visões e objetivos diferenciados, determina estratégias de ação, além de performar os discursos tanto das organizações quanto do próprio Governo. Esperamos poder discutir melhor essa relação entre as organizações da sociedade civil e o Governo, quando da nossa análise do material da imprensa (1987 a 1992), Cap. 03 do presente trabalho.

É mister ressaltar que as divergências não eram algo próprio somente dos grupos de oposição à nova hegemonia que surgia. Internamente, alguns setores do

⁸ Ainda que consideremos a manifestação de tais reivindicações um elemento de extrema importância na caracterização da realidade onde o discurso por mim analisado se concretiza, não têmolas como objeto direto de pesquisa. Tal estudo demandaria um esforço diferenciado do que estamos a empreender no presente trabalho. Sobre o tema, ver: BARROS, Néson C. - **A análise do discurso operário** - Fortaleza - Tese de mestrado (UFC) - 1991.

empresariado "moderno" local também expressavam suas críticas, críticas essas que posteriormente desembocariam em rupturas. É o exemplo do empresário Amarílio Macêdo, ex-presidente do CIC, que divergiu da forma de administrar de Tasso Jereissati. Sobre o assunto assim se expressa Macêdo :

*"as minhas preocupações ao participar do movimento "Fortaleza, sim; Cambéba não"⁹ nas eleições municipais de 88, foram determinadas pela existência de um quadro político que naquele momento apontava para o **processo hegemônico de fechamento que tangia a ação política no nosso Estado para o endereço do alinhamento incondicional** (grifo meu), onde, claramente, qualquer crítica era rechaçada e qualquer discordância tachada como proveniente de descontentamento, de interesse contrariado." (O POVO, Fortaleza, 22.10.90, P. 6-A.)*

Das colocações acima feitas poderíamos até concluir que a vivência de práticas modernizantes no bojo da nova hegemonia que se constituía era, sem dúvida, permeada de práticas autoritárias, e por que não dizer, anti-democráticas. Daí a afirmação que fizemos antes acerca da autonomia relativa do discurso modernizador e democratizante frente à dinâmica da realidade concreta.

Interessa-nos agora investigar a lógica discursiva do Projeto de Mudanças propalado pela hegemonia emergente em nosso estado expressa via política educacional adotada. Ao fazê-lo, acreditamos estar contribuindo para desvendar com uma maior convicção, a face real porém muitas vezes oculta de alguns princípios que regem a administração das políticas públicas em nossa sociedade moderna.

Na tentativa de realizar tais intenções de pesquisa, partiremos agora para a análise dos documentos que citamos anteriormente.

⁹ "Fortaleza, sim; Cambéba não" tinha essa denominação pelo fato de ter sido transferida a sede do governo do Palácio da Abolição para a nova sede administrativa (Cambéba) que acabava de ser construída e localizada na periferia de Fortaleza, próxima à BR-116. Além disso, o movimento tinha naquela conjuntura de eleição municipal arregimentar o voto útil ao mais forte candidato com postura progressista, no caso específico, Édson Silva, do PDT.

4. ANÁLISE DOCUMENTAL: a política educacional nos Governos Tasso e Ciro

" O cotidiano é mais rico ... nós o sabemos"

(Henri Lefbvre)

Nesse capítulo procurarei demonstrar a forma como tem se articulado o discurso do Governo estadual do Ceará em torno da política educacional. Para tanto, empreendemos uma análise da estrutura do referido discurso a partir de alguns documentos oficiais do Governo que consideramos de maior relevância para a educação em nosso estado.¹⁰¹¹ Vale ressaltar que a presente análise não se ocupará, agora, de exprimir juízos de valor em torno das percepções que tivemos ao empreender o conhecimento dos documentos supra citados.

Temos a preocupação, sim, de apontar os elementos que consideramos são elos fundamentais de coerência e coesão do discurso governista. Para tanto, necessária se faz uma ressalva: o texto expresso nos documentos oficiais analisados tem se mostrado portador de uma autonomia relativa frente aos discursos e práticas no âmbito do fazer educacional cotidiano. Queremos com isso afirmar que nem sempre as intenções expressas oficialmente por tais documentos se concretizam tal qual as vontades daqueles que estão no poder. Isso não significa, porém, que tais fontes documentais devam ser excluídas do rol de nossas pesquisas no campo das políticas educacionais. Pelo contrário, tal discurso (enquanto expressão das intenções) é extremamente elucidativo do perfil do Governo, seus princípios norteadores e suas

¹⁰¹⁰Os documentos a que nos referimos são os seguintes: .

políticas.¹² A ressalva é feita principalmente no intuito de demonstrarmos a consciência que temos da limitação destes documentos se comparados à dinâmica do cotidiano onde se concretizam (ou não) tais intencionalidades.¹³

Na tentativa de de empreender a análise destes documentos, senti necessidade de clarear o caminho metodológico que iria adotar na concretização da investigação sobre o discurso em torno da política educacional no Ceará. Para tanto, partimos da conceituação feita por Freitag(1992) e Martins(1994) acerca da política educacional e sua abrangência.

Ainda como suportes para nosso olhar lançamos mão da análise feita feita por Moura, Veras e Vieira (1993), que, ao discutirem as tendências emergentes das políticas educacionais no quadro das desigualdades que vivenciamos no início da década de 90, esboçam algumas vertentes que orientam a ação educacional. Sobre tais vertentes, assim se manifestam:

" Para fins metodológicos, trataremos das mesmas (vertentes) em tópicos distintos, muito embora nem sempre seja possível estabelecer uma separação precisa entre as diferentes tendências que vão se constituindo no cenário educacional. Num exercício metodológico de sistematização, resumiríamos tais tendências em cinco vertentes principais, as quais se articulam mutuamente : 1) discurso neo-liberal da defesa da educação como via de acesso à modernidade; 2) substituição do discurso da denúncia e da prioridade ao acesso pelo discurso em defesa da qualidade; 3) confronto do discurso entre os fins e a natureza da educação e os meios como esta é gerenciada; 4) discurso da terceirização da gestão educacional, ou seja, a retomada da privatização sob novas bases ; e 5) discurso da descentralização do

¹² Ressalte-se ainda o fato de tais discursos serem instrumentos de "cimentação" da hegemonia governista através da utilização que é feita dos mesmos ao nível da indústria cultural via meios de comunicação de massa. Esperamos poder demonstrar tal fato quando da análise da política educacional dos Governos Tasso e Ciro através de algumas reportagens feitas à época (1987-1992) em periódicos de circulação local.

¹³ No capítulo 6 esperamos poder demonstrar a riqueza da esfera do cotidiano e das representações sociais que nele circulam. Infelizmente a presente pesquisa, por razões diversas, não pôde se aventurar a penetrá-lo (cotidiano) de maneira mais sistemática. Nos consola o fato de que , com a presente análise estamos incursionando por uma esfera também relevante de nossa realidade educacional: a dos valores proclamos e a dos valores reais.

ensino em oposição à centralização." (MOURA, VERAS E VIEIRA - 1993- pg. 44).

A abordagem nos parece extremamente pertinente e lúcida. As expressões do discurso acima elencadas cobrem, na nossa visão, os aspectos mais relevantes da política que direciona a prática educativa . A partir da mesma (abordagem), tentaremos perceber de que maneira essas tendências se expressam nos documentos em análise. Para tanto, formulamos algumas questões que, se respondidas, serão capazes de delinear a tônica da Política educacional no período estudado. São essas as questões:

- 1) Quais os principais elementos que denotam uma visão de mundo e, conseqüentemente, de educação e modernidade que perpassa o discurso governista?
- 2) Em que medida e de que forma o discurso da denúncia e da prioridade ao acesso se faz presente no texto analisado ? É esse um discurso superado ao nível da realidade em conseqüência das conquistas do Sistema Educacional tais como a universalização do acesso /permanência ? Existe de fato uma substituição do discurso da denúncia e da prioridade ao acesso pelo discurso em defesa da qualidade? :
- 3) Quais as expressões mais explícitas de superposição das atividades-meios sobre as atividades fins nos documentos acerca da política educacional expressa? ;
- 4) Existem indícios de um processo de terceirização dos serviços oferecidos pelo estado ? Qual a participação do setor privado do ensino na consecução das intenções proclamadas? ;

5) Como é utilizado, enquanto princípio, o discurso da descentralização ? Qual a relação deste discurso com a questão da participação e democratização? Que medidas concretas são propostas no intuito de concretizar tal intenção? .

Estas são algumas das perguntas que fizemos para os documentos em questão. Devido à diversidade das questões por eles abordadas (dos objetivos maiores, passando pelos meios de concretizá-los, até as questões burocráticas menores), resolvi intencionalmente me deter nestas que elenquei acima. Outras questões tão relevantes quanto as que abordaremos serão, aparentemente, deixadas de lado. Digo aparentemente porque trabalho com a convicção de que as questões abordadas e aquelas não trabalhadas na presente análise se entrelaçam no cotidiano educacional que é único (ainda que diverso) e indivisível (ainda que sistematizado em vertentes).

Feitas as devidas ressalvas passemos agora a uma reconstrução histórica rápida acerca do que significou o Governo das Mudanças (Tasso Jereissati) para a realidade cearense, bem como a sequência dada na continuidade desse "novo" projeto no âmbito da administração estadual via Governo Ciro Gomes.

4.1 Crise e Modernização: diagnóstico e alternativas

*"Os obstáculos que a modernidade opõe ao élan produtivo natural do indivíduo encontram-se em desproporção com as forças dele. É compreensível que o indivíduo fraqueje, procurando a sorte. A modernidade deve estar sob o signo do suicídio que sela uma vantagem heróica que nada concede à atitude que lhe é hostil. Esse suicídio não é renúncia, mas paixão heróica. É a conquista da modernidade no campo das paixões".
(WALTER BENJAMIN)*

Em nossa atual conjuntura temos reincidentemente escutado vozes em todas as áreas que insistem em proclamar os princípios neo-liberais a partir de um "entendimento de que o Estado atravessa uma crise profunda, com perspectivas

sombrias para a educação pública e para a própria democracia." (SAVIANI, 1992, Pg. 25).

A referida crise, quase sempre identificada, ao nível da instrução pública, com o descrédito da escola, tem sido sistematicamente enfatizada nos discursos e planos na esfera educacional. Tem sido sempre este, via de regra, o ponto de partida de boa parte dos diagnósticos que precedem as intenções expressas via política educacional. O Plano Estadual de Educação do Ceará (87-90) não foge a essa regra:

"A escola pública cearense vem, gradativamente, perdendo a credibilidade junto à comunidade. Vários fatores concorrem para esta situação. Conforme afirmações expressas no Relatório "Ouvindo a Escola Pública", este descrédito decorre do resultado do seu trabalho - um ensino de 1o. grau de baixa qualidade e produtividade gerando um aluno com um mínimo de conhecimentos e informações, despreparado para a vida, não possuindo senso crítico nem capacidade para buscar soluções." (Plano Estadual de Educação (1987-1990)).

Ainda em sintonia com as necessidades de uma modernização administrativa que venha a racionalizar as ações educativas, o Plano Estadual de Educação do Ceará (1987-1990) aponta para o fato de que:

"Continuar perseguindo uma maior eficiência do Sistema de Ensino no Estado do Ceará, exige uma ação decisiva na melhoria do seu desempenho administrativo. Desprezar a importância dessa variável significa comprometer os resultados pretendidos na área de ensino, dada a necessidade de condições que façam fluir um trabalho eficaz.

No sentido, então, de objetivar a interferência que se faz necessária no tocante à área de administração do sistema de ensino, analisa-se, a seguir a situação atual dos pontos considerados básicos : estrutura organizacional da SEDUC e recursos "disponíveis (humanos, materiais e financeiros)." (P. E. E. - 1987-1990, pg. 09).

Vale ressaltar ainda que a compreensão da racionalidade administrativa no Sistema Educacional como um elemento central emerge, a nível dos documentos, paralela a um processo de evolução tecnológica por que vem passando a humanidade, que acrescenta a essa discussão um fator também fundamental, qual seja : a necessária apropriação por parte da população excluída :

"tanto (d)os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto (d)os conteúdos básicos da aprendizagem (como os conhecimentos, as habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo." (Educação para todos, 1990, pg. 3, cit. por Moura, Veras e Vieira, 1993, pg.45).

Caminhando nessa direção, o Plano Estadual de Educação bem como o Plano Plurianual reconhecem a negação histórica do acesso a esses instrumentos:

"Pensar democraticamente a Educação no Ceará significa encarar uma realidade histórica que tem negado ao povo o direito de participação - política, econômica, social e cultural. Significa o desafio de assegurar a permanência dos alunos na Escola Pública e de criar oportunidades educacionais que garantam ao grande número de crianças, adolescentes e adultos que não tiveram acesso à escola, ou dela saíram prematuramente, o domínio real da leitura, da escrita e dos cálculos matemáticos, assim como dos códigos sociais e outras informações indispensáveis à formação e ao exercício da cidadania." (P.E.E. - 1987 - pg. 05).

"A educação é prioridade absoluta. É instrumento de enriquecimento da pessoa humana, de libertação da pobreza e do atraso social e cultural. É condição para viabilização de uma sociedade progressista e justa. Entretanto o Sistema Educacional do Estado não tem desenvolvido satisfatoriamente sua função...Questões como a falta de uma política de pessoal,

ingerência excessiva do clientelismo político, decisões centralizadas e ação verticalizada geraram vários problemas. " (Plano Plurianual de Educação do Ceará -1987, pg. 60).

A educação seria, então, um elemento essencial para a conquista da reposição dos bens culturais negados à grande parte de nosso povo, bem como do acesso à modernidade. Essas condições de acesso têm, pois, na escola, o seu veículo mais importante. Entretanto, para se constituir, de fato, nesse eficaz veículo de compensação dos déficits educacionais, a escola não poderá continuar sendo o que hoje ela é. Ela precisaria ser:

"uma escola mais justa e aberta ao diálogo, participativa, com pessoal selecionado por concurso e bem remunerado, associado em classe, escola mais autônoma e democrática, que ponha em prática a filosofia humanística, livre de intervenção política, um lugar de ensino, apoio, segurança e felicidade e, não, um lugar de tantas perguntas sem resposta". (Relatórios "Ouvindo a Escola Pública" e "Dia D - Debate Nacional de Educação") ." (P.E.E. - 1987 - pg. 5).

bem como,

"... uma escola que transmita e produza conhecimentos e seja um espaço de questionamento da realidade. " (PEE, 1987 - pg. 64).

Teríamos, pois, como pressuposto para a concretização desse aspecto da política educacional assumida a idéia de que

"...a escolarização deve ser estendida a todos os indivíduos de maneira a que estes possam participar da construção e usufruto do mundo da modernidade revelado pela mídia e inscrito nos documentos oficiais."

Analisando a ênfase dada à extensão da escolarização, Moura, Veras e Vieira apontam para o fato de que

"Esta vertente parece traduzir-se numa versão atualizada do "otimismo pedagógico" dos pioneiros, ao mesmo tempo em que incorpora elementos da "teoria do capital humano", ideologia presente no discurso oficial dos anos do "milagre brasileiro". (Moura, Veras e Vieira - 1993 - pg. 44).

O debate sobre a possibilidade de acesso à modernidade através da educação oscila, via de regra, entre a possibilidade absoluta de resolução de todas as mazelas sociais e, num outro extremo, a incapacidade também absoluta de superação desse quadro de miséria caso não haja uma anterior destruição da infraestrutura econômica que o gera.

Seria necessário darmos a essa problemática um conteúdo mais concreto, a fim de que não caiamos nem no ceticismo absurdo que subestima a capacidade transformadora dos sujeitos, nem no otimismo exacerbado que tem, sistematicamente, desembocado em sugestões no mínimo ingênuas diante do profundo apartheid social brasileiro.

Discutindo a essência de algumas das propostas que se colocam como superadoras desse impasse, Moura, Veras e Vieira (1993) assim se manifestam:

"...não podem as opções de treinamento e formação de educadores isolar-se deste contexto, cuidando-se apenas de questões de natureza metodológica ou conteudística, como se a educação fosse uma variável independente. Ao mesmo tempo, não se pode perder de vista que a educação formal dispõe de uma razoável rede escolar que, pela sua capilaridade, pode oferecer inúmeras e insubstituíveis possibilidades de interagir com a população." (Idem, pg.37).

Precisamos estar atentos, porém, para o fato de que:

"Na linha de produção de "novas metodologias" incentiva-se a elaboração de "pacotes" ou módulos de materiais instrucionais. Contando com a colaboração de especialistas na sua produção, pretende-se com estes pacotes, que incluem instruções detalhadas acerca de sua utilização, minimizar as falhas do professor, via de regra mal preparado, assegurando destarte um bom padrão de qualidade ao ensino de massa. Para o início da escolarização esses "pacotes" ou programas tendem a assumir características de educação compensatória, dada a preocupação de fazer chegar a clientela dita carente aos padrões de desempenho escolar da classe média. " (BARRETO, in : Final do Século, 1990, pg. 307).

A esse debate acerca da natureza das possibilidades a serem trabalhadas pela escola, sem que caiamos nos extremos já citados, é preciso acrescentar outros dados da conjuntura internacional que apontam para a constatação de que:

"Neste fim de século XX, depois de perder todas as oportunidades históricas anteriores, o Brasil precisa mais do que nunca tratar a educação básica como investimento indispensável a qualquer país que pretenda um lugar no mundo moderno. Porque nunca a educação foi tão decisiva para construir uma economia próspera e uma democracia participativa, fundada no pacto dos cidadãos. A informática e a automação criaram um cenário de competição internacional em que, tanto para os produtores de tecnologia como para seus consumidores, se exige cada vez mais competência cognitiva de nações inteiras..As formas de produção pedem trabalhadores com habilidades técnicas superiores à medida que, promovida a fator essencial da competitividade, a inovação tecnológica sai dos laboratórios de pesquisa e desenvolvimento para os chãos das fábricas...Neste mundo novo, a sobrevivência econômica está ligada, como jamais esteve, à competência da mão de obra, e até dos consumidores - portanto, de populações inteiras. A educação fundamental - quer dizer, o ensino universalizado e eficaz do idioma, da matemática, das ciências - virou condição prevalente do desenvolvimento econômico. " (Ribeiro, in "Reflexões para o futuro" - 1993 - pg. 207-8).

Paiva (1990) também constata um quadro de novas exigências de adaptação do Sistema Educacional em decorrência das necessidades advindas do avanço tecnológico moderno :

"Diante das novas exigências certamente o jovem que chega hoje ao mercado, dependendo da adaptação do sistema educacional, está mais bem preparado que certos grupos de trabalhadores que não têm mais forças para mudar. Já não é mais possível pensar na qualificação para toda a vida. Assim, não se trata de desqualificação no interior do processo de trabalho; a desqualificação deve ser vista em conexão com a exclusão de tal processo... Globalmente temos uma utilização mais elevada de educação, uma seleção mais rigorosa da primeira qualificação e a necessidade de uma educação continuada. A exigência de qualificação visa hoje competências de longo prazo, compreendendo conhecimentos e atitudes, possibilidades de percepção e raciocínio, capacidade de comunicação e cooperação. São requeridos conhecimentos diferenciados que incluem regras de organização, capacidade de percepção, armazenamento e atualização de informações, utilização exata de procedimentos e símbolos matemáticos, manejo da linguagem de forma adequada à situação, pensamento voltado para uma dimensão estratégica, organizadora e planejadora bem como a capacidade de lidar com regras e normas em situações diferenciadas, facilidade de penetração comunicativa e situacional bem como capacidade específica de trabalho cooperativo (Baethge e Oberbeck, 1986: 287)." (Paiva, in "Final do Século" - 1990 - pg. 105).

A preocupação de estar em sintonia com essa necessidade emergente no cenário das novas transformações tecnológicas é algo que não se faz tão presente no texto dos documentos em análise. Ainda que se proponha a ser expressão da ruptura com o arcaico e o "velho", o discurso modernizador não consegue refletir sobre as aptidões referidas por PAIVA (1990).

E mesmo quando se refere à necessidade de interação com o mundo do trabalho, que, via de regra ocorre nos documentos apenas a nível do 2º grau, se mantém tão somente na esfera da simples preparação da mão-de-obra para o mercado. Sobre a caracterização e importância desse grau de ensino assim se referem os documentos:

"O ensino de 2º grau reveste-se de importância à medida que assegura a continuidade dos estudos dos egressos do 1º grau e é um campo de preparação para o trabalho. ... Quanto à qualidade, o 2º grau tem as mesmas deficiências dos demais graus de ensino,

acrescentando-se-lhe, ainda, a crítica de que não consegue o objetivo de profissionalizar o jovem de modo que esse disponha de conhecimentos suficientes para o ingresso no mercado de trabalho e/ou na universidade." (grifos meus) (Plano Setorial, 1987, pg.61).

"Diante do desafio que representa a universalização do ensino de 1º grau no Estado, enfrentam os responsáveis pela área educacional a grande dificuldade de conciliar a busca dessa universalização há muito pretendida, com a proporcional atenção que requer o ensino de 2º grau. Esta atenção se faz necessária, seja pela necessidade de assegurar a continuidade de estudos aos egressos do 1º grau, tão reclamada atualmente pela comunidade; seja pela importância de que se reveste enquanto campo de preparação para o trabalho, notadamente, na formação de professores para o 1º grau e técnicos para o setor primário (agropecuária), profissionais de que o Ceará, por sua vocação econômica básica está a necessitar. " (grifo meu) (P.E.E. - 1987, pg. 41).

No relatório quadrienal (datado, diga-se de passagem, de 1990!!), o discurso governamental também reforça a idéia de preparação para o trabalho:

"A construção de uma sociedade moderna e democrática passa, necessariamente, pela preparação dos seus jovens para o trabalho e para a prática da cidadania." (pg. 40).

As referências acima nos induzem à conclusão de que a abordagem que norteia os objetivos do ensino de 2º grau tem um caráter imediatista se a relacionamos (abordagem) com as exigências da sociedade tecnológica moderna. Mais do que preparar para o mercado de trabalho, necessário se faz que as políticas educacionais (e não apenas o 2º grau) busquem se preocupar com a formação para o mundo do trabalho tendo como norte a construção das habilidades e aptidões que esse universo está a exigir e em torno das quais já me manifestei anteriormente.

Nesse rumo, o objetivo perseguido ao nível da formação para a cidadania ("o domínio real da leitura, da escrita e dos cálculos matemáticos assim como os códigos sociais e outras informações" (P.E.E.-1987, pg.05)) é muito mais sintonizado com esse

espírito da modernidade. O desafio posto diz respeito, então, à necessidade de que esse espírito possa se fazer presente principalmente ao nível da educação escolar de 1º e 2º graus de uma maneira mais fundamental e determinante.

Silva (1992) vem acrescentar a essa discussão alguns elementos interessantes, que só reforçam a necessidade desse repensar educacional :

"No âmbito político há um amplo reconhecimento de que os impactos tecnológicos estão estreitamente associados à mundialização da economia e às mudanças na ordem política internacional. A luta por melhor qualidade de vida, expressa pela organização de movimentos sociais com objetivos mais definidos - direitos humanos, proteção do meio ambiente, defesa do consumidor - mas inseridos numa ampla dinâmica social caracterizada não mais pela polaridade capital X trabalho e sim pela diversidade e pluralidade, indicam um novo desenho de exercício de cidadania. A modernidade neste sentido requer menos a necessidade de incorporar mecanicamente os recursos tecnológicos da informática e mais um novo desafio quanto à formação de atitudes e valores éticos de convivência capazes de preparar indivíduos para participarem ativamente desse cenário cambiante e plural, que caracteriza os regimes democráticos politicamente e eqüânimes socialmente." (SILVA, 1992, pg.253).

Esse debate é extremamente fecundo e merece ser melhor aprofundado, tendo em vista o fato de que muitas vezes o Sistema Educacional, através das políticas que busca concretizar, não tem dado respostas à altura dessa nova abordagem e, conseqüentemente, é frágil no sentido de proporcionar a real aquisição dos instrumentos indispensáveis ao acesso à dita modernidade.

Tal problema, ainda que diretamente relacionado às questões que levantei anteriormente, bem como às dificuldades advindas do fato de se ter conteúdos curriculares desvinculados da cultura e da concepção de mundo dos grupos a que se destinam, tem sua razão mais plausível nas já também mencionadas desigualdades sócio-culturais que marcam a realidade destes grupos. Daí a conclusão a que poderíamos chegar de que, para além do "neo-otimismo

pedagógico" e da reedição da "Teoria do Capital Humano", a contribuição da educação para uma penetração real no mundo da modernidade através do acesso a uma escolarização universal e qualitativamente superior à que temos, depende, intrinsecamente, das conquistas sociais via superação dos perversos indicadores de miséria, pauperização crescente e exclusão social. Sem isso, permaneceremos durante longo e bom tempo na mais pura e cruel constatação de que à clareza dos desafios postos pelo avanço na compreensão destes fatos não se seguiram medidas conseqüentes capazes de, senão sobrepôr, no mínimo atenuar o poder dos "obstáculos que a modernidade opõe ao elan produtivo natural do indivíduo".

Finalmente,

"será preciso ter clareza que os entraves que a realidade educacional brasileira oferece ao projeto de modernidade e encompassoamento do país com o primeiro mundo, tem que levar em conta que, embora o acesso ao ensino fundamental continue sendo a prioridade zero do país, a qualidade do ensino em todos os níveis deverá tornar-se o fator ordenador das decisões estratégicas para as políticas do setor educação, até mesmo para aquelas relativas à ampliação ao acesso. Caso contrário, corre-se o risco de continuar fazendo (nada) mais do (que o) mesmo que se tem feito precariamente nas últimas décadas." (Idem, pg.256).

Na tentativa de perceber esse movimento da relação entre a universalização do acesso à escolarização necessária e a efetivação da qualidade no Sistema Educacional ao nível das proposições governamentais é que tentaremos responder à 2ª pergunta que formulamos aos documentos oficiais.

4.2 Qualidade x Quantidade: uma falsa polêmica

A crise e o descrédito do ensino público, bem como a baixa produtividade do sistema educacional são associados constantemente à má qualidade dos serviços oferecidos pelo Governo através da instituição "escola". A qualidade se constitui, pois, ao nível da retórica corrente, num dos elementos centrais a ser buscado pelas metas assumidas.

Haguette (1993), relatando a experiência do grupo que esteve à frente da Secretaria de Educação do Estado do Ceará no período de 17 de março de 1987 a 11 de março do ano seguinte, define a qualidade como uma premissa central do trabalho que se tentava realizar:

"Isso implica na compreensão de que o conceito de qualidade ensino-aprendizagem é um conceito total; a ausência de uma variável, bons salários ou merenda escolar eficiente, a participação da comunidade, dos professores e dos alunos, condições financeiras, materiais, humanas, imaginação, audácia e disciplina pedagógica e administrativa. Nas escolas, é preciso prédio adequado, equipamento, livro didático, organização e disciplina, controle e acompanhamento, merenda escolar, condições de trabalho do professor (contrato, salário, oportunidades de formação e reciclagem), motivação individual e coletiva. O gestor educacional deve entender que os fatores que possibilitam um bom processo de ensino-aprendizagem não se encontram seriados, um ao lado dos outros, mas sim, uns dentro dos outros, interagindo. As decisões ou ações administrativas não podem, portanto, ser seriadas; elas devem ser imbricadas. Uma ação isolada, que sempre é dispendiosa, geralmente não terá os efeitos desejados, podendo, até, ironicamente, ter um efeito "boomerang" e agravar as dificuldades. Um fenômeno deve ser administrativo total e coletivamente." (1993, pg.68).

Os documentos que analisei, em diversos momentos, acenam com essa idéia acerca da importância da conquista da qualidade em diversas esferas da administração educacional. Daí a importância de se

*"considerar a criatividade, a inovação, a reflexão como elementos de eficiência do sistema num processo em que o **aspecto qualitativo sobrepõe-se ao quantitativo**." (P.E.E., 1987, pg.06) (grifo meu).*

A conquista desse patamar de qualidade estaria na dependência do perfil do corpo docente. O diagnóstico da situação de formação e qualificação dos professores também é, freqüentemente, ressaltado pelos documentos:

"O setor educação depende fundamentalmente da qualidade do trabalho humano - formam-se pessoas pelo agir de pessoas. Todavia, não precisam de estudos apurados para que se constate a pouca seriedade com que se tem tratado a área de pessoal da educação, tornando-a um dos grandes pontos de estrangulamento do setor. (idem, pg. 11).

"Admissão de pessoal despreparado e sem compromisso com o trabalho. Este problema tem origem no ingresso de grande número de servidores sem submeter-se a concurso público e, também, na precária qualidade do ensino em todos os graus" (Idem, pg. 12).

"este descrédito (da escola pública) decorre co resultado do seu trabalho - um ensino de 1º grau de baixa qualidade e produtividade gerando um aluno com um mínimo de conhecimentos e informações, despreparado para a vida, não possuindo senso crítico nem capacidade para buscar soluções" (Idem, pg. 24).

"A predominância de salários aviltantes e o clientelismo político vigente geram uma grande rotatividade dos professores implicando na descontinuidade do trabalho, na perda do investimento feito na capacitação desses profissionais, na grande maioria leigos e, conseqüentemente, na precária qualidade do ensino." (Idem, pg.25).

Diagnosticando as dificuldades por graus e modalidades de ensino, novamente percebe-se no texto do Plano Estadual de Educação (87-90) a preocupação com a qualidade:

"Todas estas constatações, frente àquelas que configuram a precária qualidade do ensino e sua baixa produtividade apontam direções que determinam uma política de educação voltada prioritariamente para o ensino de 1º grau, notadamente no zona rural. " (Idem, pg. 26).

"Quanto à qualidade, mais precisamente, vive o 2º grau as mesmas deficiências dos demais graus de ensino, acrescentando-se-lhe, ainda, a crítica de que não conseguiu atingir o objetivo de profissionalizar o jovem como exigia a lei nº 5692/71, que fixa diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus no país." (Idem, pg. 42)

"Constituem problemas que vêm prejudicando a qualidade do atendimento ao portador de deficiência: a falta de pesquisa da demanda e de equipe de triagem, acompanhamento e avaliação; desarticulação entre as pessoas que atendem pessoas deficientes; a não absorção do aluno pelo ensino regular... Assegurar o padrão de qualidade do trabalho que realiza é objetivo que a Educação Especial, como qualquer outra ação educativa, não pode perder de vista" (Idem, pg. 49 e 52).

Constatado o diagnóstico que atesta as dificuldades dos graus e modalidades de ensino, as sugestões apontam para a necessidade de:

"Assumir a responsabilidade de concentrar esforços para proporcionar à população, condições iguais de escolarização numa perspectiva de um ensino de boa qualidade..Que o princípio da racionalização direcione efetivamente a reorganização estrutural do Sistema de Educação do Ceará, garantindo a otimização dos meios e a qualidade dos fins" (Idem, pg.76).

"Que o governo assegure a democratização da escola, não apenas em termos quantitativos, mas, sobretudo, qualitativos." (Idem, pg.79).

As referências à qualidade são abundantes e comprovam que, paralelo ao discurso da universalização do acesso, esta foi a tônica das prioridades governamentais no setor educacional. Caberia perguntar, porém, se o que existe é um equilíbrio entre os investimentos na qualidade e no acesso, ou se existe a priorização de um em detrimento do outro.

Para procedermos a esse debate, necessário se faz que analisemos os dados relativos ao atendimento à população escolarizável no ano de 1987. Sobre esta realidade acerca do déficit escolar os documentos assim se referem :

"O ensino pré-escolar é importante na preparação da criança para o ingresso na área do ensino sistematizado do 1º grau, notadamente das crianças com idade de 6 anos. No entanto, o sistema de ensino do Estado, neste segmento, ainda não atende satisfatoriamente população infantil.

Segundo dados estimados da Secretaria de Educação, em 1986, atendeu-se somente a 17,14 % das crianças com faixa de 1 a 6 anos, representando um déficit de cerca de 83%. No caso apenas

das crianças com 6 anos, o déficit foi de 61%". (Plano Setorial, 1987, pg.60).

"O ensino do 1º grau referente à faixa etária obrigatória, de 7 a 14 anos, apresenta um déficit de aproximadamente 41%. No cômputo total, a matrícula do 1º grau, em 1986, foi de 1,3 milhão de estudantes, dos quais 54% estavam na zona urbana. A oferta nesta zona é realizada, em maior proporção, pela rede estadual de ensino, com 50% das matrículas, enquanto na zona rural é praticamente ofertada pela esfera municipal, com 95%." (Idem, pg. 60).

"A população específica desse nível de ensino (2º grau) - 15 a 19 anos, estimada para 1986 - era de 768,5 mil jovens e a matrícula, nesta faixa etária, foi de apenas 55,1 mil estudantes, o que demonstra um déficit de 93%. Contudo, as escolas estaduais, de ensino de 2º grau têm funcionado com capacidade ociosa. Na realidade de ensino sob a jurisdição da 1ª Delegacia Regional, em 1987, das 10.675 vagas oferecidas, apenas 5.202 foram preenchidas. Tal fato reflete a elevada perda escolar do 1º grau, aliada à acentuada rejeição da comunidade à escola pública". (Idem, pg.61).

Se compararmos os índices acima descritos com os relativos ao déficit de atendimento de outras regiões veremos que o índice do Ceará era, em 1987, 10% superior à média da região Nordeste e, pasmem, 35% à do Sudeste. O reconhecimento desse desafio ainda por conquistar é algo presente no quadro das Grandes Metas Setoriais (1987-1990) perceberemos que a 1ª meta a ser alcançada é a

"Universalização gradativa do ensino de 1º grau de boa qualidade, reduzindo o déficit de escolarização de 41,4% para 16,3%, pela extensão do número de matrículas." (Plano Setorial, 1987, pg. 66).

Aqui se faz necessária uma observação: os dados acerca do déficit real do atendimento de 1º grau são confusos e só atestam a "dança dos números do ensino". Senão vejamos:

"Para o ano de 1987, a população de 07 a 14 anos, projetada, atinge um total de 1.302.974 enquanto a matrícula referente a mesma faixa de idade, também projetada, perfaz um total de 950.506 estudantes ficando, portanto 352.468 crianças e pré-adolescentes fora da escola o que consubstancia um déficit escolar da ordem de 27,1%. Segundo, ainda, a projeção realizada para os

anos subseqüentes 1988, 1989 e 1990 - caso não sejam adotadas significativas medidas de combate a este problema, chegar-se-á em 1990 com um déficit de 24,5% ou 337.298 crianças e pré-adolescentes sem atendimento escolar. " (P.E.E., 1987, pg.26)

Já o Plano Setorial assim se refere aos índices de déficit escolar:

"O ensino de 1º grau referente à faixa etária obrigatória, de 7 a 14 anos, apresenta um déficit de aproximadamente 41%." (Plano Setorial, 1987, pg. 60).

Pelos dados acima expostos, percebe-se um desencontro dos números que, em tese, direcionam as metas. Ainda que haja uma diferença de 01(um) ano entre um dado e outro (o primeiro é de 1987 e o segundo é de 1986), o aumento do déficit em 13,9% é bastante considerável para um espaço de tempo tão pequeno . É bem mais provável que mais uma vez tenha havido a habitual confusão dos dados que fundamentam as razões para a falência do ensino público.

Apesar do desencontro numérico que não pode ser relevado, percebe-se uma tendência do discurso governamental em tratar as duas questões (qualidade e acesso) sem estabelecer uma hierarquia entre uma necessidade e outra.

A qualidade, via de regra, está associada à capacitação dos recursos humanos disponíveis, bem como ao suprimento de necessidades materiais imediatas (seja através do equipamento e recuperação de escolas, seja através da compra de vagas na rede privada). A ênfase na qualificação pode ser observada pela freqüente incidência com que esta surge no texto do Plano Estadual de Educação (87-90). Extraí, para efeito de ilustração, algumas destas colocações:

"Toda essa análise realizada sobre recursos humanos remete à necessidade urgente de que se defina uma política de pessoal que coíba o clientelismo político e inclua uma linha de ação sistemática de capacitação, com ênfase na metodologia de treinamento em serviço." (P.E.E.- 1987, pg.12).

"Pesquisa realizada pela Universidade Federal do Ceará para avaliação dos resultados do EDURURAL, na qual se "tentava determinar quais os insumos do ensino são mais eficazes na

educação e mais produtivos no tocante ao custo educacional" levou a conclusões interessantes, dentre as quais se destacam: a) A melhoria da área física e do mobiliário da escola apresentam um impacto muito menor no rendimento do aluno do que o investimento na parte didática, como em livros-textos e capacitação do professor." (Idem, pg.25).

"Há que ser concentrado todo esforço para que o aluno da escola pública realize uma aprendizagem satisfatória, dentro dos parâmetros estabelecidos para cada série escolar. Neste processo, merecerá atenção especial o programa de capacitação de pessoal, que, além de voltar-se para um melhor preparo daqueles que fazem a escola quanto à execução de uma ação eficiente, buscará envolver a todos no compromisso de resgatar a credibilidade perdida". (Idem, pg.33)

"Essa realidade (a da formação via LOGOS II) mostra a necessidade de se ampliar as oportunidades de qualificação de professores leigos a nível de 1º grau, no sentido de contribuir de forma mais efetiva para a melhoria do rendimento educacional." (Idem, pg. 57).

Fazendo considerações sobre a avaliação de alguns projetos de educação não-formal, também as dificuldades em torno da questão da qualificação de pessoal são enfatizadas:

"Algumas causas, dentre outras, podem ser apontadas: o projeto econômico antecipando-se e sobrepondo-se ao projeto educativo; a ausência de uma metodologia de trabalho capaz de gerar a participação e autonomia dos grupos envolvidos; a carência de pessoal técnico qualificado nessa área de atuação e negligência da Secretaria de Educação quanto a essa capacitação; a ausência de um processo permanente de avaliação capaz de detectar as distorções." (Idem, pg.58).

A questão sobre o que tratar como prioridade "1" das políticas educacionais (se a universalização do acesso ao ensino através da expansão da rede escolar aliada ao enfrentamento dos índices de repetência e evasão; ou a busca pela efetivação da qualidade), colocando estas duas metas como residentes em pólos distantes, é na minha visão, um grande equívoco. Tal equívoco parte da idéia de que seria possível pensar em expansão do sistema sem qualidade, bem como na qualidade sem ter-se a universalização como uma conquista real. É importante compreendermos que não é interessante ao sistema nem a expansão desordenada

que não garante a qualidade, nem muito menos a garantia da qualidade sem que esta seja acessível a todos que dela necessitem .

Ribeiro (1993), refletindo sobre essa problemática também considera descabida essa polaridade na medida em que, identificando na repetência a razão maior para a não universalização do ensino (e não na "carência" de vagas nas escolas) advoga a tese de que

"com 96% de crianças matriculadas, o acesso à escola está virtualmente universalizado. A informação de que existem milhões de crianças sem vagas ou que se evadem da escola precocemente não se sustenta em números. Pelos dados das pesquisas nacionais por amostra domiciliar, do IBGE, 90% das crianças de 9 e 10 anos de idade estão freqüentando a escola e, mesmo aos 17 anos, 22% ainda estão no 1º grau, numa idade em que deveriam ter completado o 2º grau .

Construir escolas deixou de ser uma prioridade para políticas educacionais no Brasil. Aliás, teria deixado, se não houvesse interesses políticos em jogo que não se quer contrariar. Eles mantêm a educação pública como um negócio e inspiram grandes programas assistencialistas, como o da merenda escolar, feito para remediar uma evasão escolar que só existe por deformação estatística. Universalizar o acesso à escola foi uma proeza, numa população em crescimento acelerado, que, neste, século, passou de 17,3 milhões de habitantes para 150 milhões. Chegou a hora de universalizar a educação, melhorando a qualidade do ensino nas escolas com a infra-estrutura existente - mesmo porque a taxa de crescimento demográfico diminuiu nesta década. Para isso, só é preciso decidir que tipo de cidadão o Brasil quer ter." (RIBEIRO, 1993, in: "Reflexões para o Futuro", pg. 216-17).

Restaria saber se o índice adotado por Ribeiro (1993) corresponde à nossa realidade nordestina e cearense. À parte o desencontro das estatísticas educacionais, Valle e Silva (1993) nos indica um quadro de distribuição extremamente desigual da escolarização no Brasil.

"A escolaridade no Brasil é também muito desigualmente distribuída. Porém a desigualdade de escolaridade não é essencialmente uma questão de acesso ao sistema escolar. Um estudo recente mostrou que nas regiões Sudeste e Sul mais de 95% de cada geração tem acesso à educação primária. Como sempre, a nota discrepante é dada pelo Nordeste, onde o acesso é limitado a 79% de cada geração. Um quadro semelhante é obtido quando se

considera a distribuição de taxas de alfabetização por região e tipo de área para a coorte com idade entre quinze e dezenove anos (Ver tabela abaixo). Além do fato já visto, de que as mulheres apresentam sistematicamente taxas mais elevadas de alfabetização - diferenças que são particularmente acentuadas nas áreas rurais -, o notável é que a alfabetização (e acesso à escola) é um fenômeno quase universal em todo o país, exceto no Nordeste, onde atinge 52% entre homens rurais. Trata-se, portanto de um problema especialmente localizado. As taxas de alfabetização nas áreas urbanas ultrapassam tipicamente 94% naquela faixa etária." (VALLE E SILVA, in: JAGUARIBE, Hélio (1992) , pg.106-7).

Moura, Veras e Vieira (1993), comentando a tese de Ribeiro (1993) de que o problema da não universalização é um problema localizado à Região Nordeste afirmam que

"o argumento de que este (a não universalização) é um problema local e não nacional reforça a tendência de aprofundamento das desigualdades, que põe em xeque a própria estrutura da federação. (MOURA, VERAS E VIEIRA -1993, pg.48).

Barreto (1992) traz à tona, também, dados interessantes que atestam o fato de as altas taxas de crescimento sustentadas pelo país por longo período de tempo terem sido obtidas a partir de uma população com índices elementares de instrução (pg.302).

"Em 1980, o Censo Demográfico indicava que cerca de 1/3 da população em idade escolar estava fora da escola, 28% das pessoas com 15 anos e mais eram analfabetas ou tinham menos de um ano de estudo e 32% das crianças de 7 a 14 anos, portanto na faixa de escolaridade obrigatória, permaneciam analfabetas, analfabetismo esse encontrado inclusive entre as crianças que freqüentavam a escola. Quando em 1986, o Programa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) aponta a existência de 20 milhões de analfabetos no país entre a população de 10 anos e mais, pode-se deduzir que a situação daqueles que se encontram no limiar da escolaridade não se alterou e que o sistema de ensino ainda não conseguiu assegurar sequer o domínio de um instrumental rudimentar de leitura e escrita aos segmentos majoritários... Daí poder-se concluir, ao contrário do que proclamava o discurso desenvolvimentista de décadas anteriores, que o crescimento econômico, tal como ocorreu nos moldes brasileiros, prescindiu de maiores inversões na instrução de seu povo. Com esse perfil educacional, o Brasil, a despeito de ser considerado atualmente a 8ª economia do mundo, constitui um dos grandes bolsões mundiais de analfabetismo e de baixa

escolaridade." (BARRETO, in: FRANCO & RIBAS (organizadoras), 1992, pg.302).

Ou seja, ainda que esteja para uns resolvida (ainda que com alguns problemas "localizados"), para outros "parcialmente" resolvida, a questão da qualidade do produto final das tão propaladas conquistas é algo questionável.

Reforçando ainda mais a tese de Barreto (1992), a Revista "Nova Escola" (de dezembro de 1993), em reportagem com o título "Brasil, o futuro ameaçado" (pg. 12) apresenta dados que atestam o fato de que o analfabetismo cai em nosso país, mas a escolarização ainda é baixa.

As constatações acima nos induzem a concordar com Barreto(1992) quando da afirmação de que:

"A universalização do ensino fundamental, antes, pois, que uma proposição ligada basicamente ao crescimento econômico, passa a ser uma questão eminentemente política, uma vez que vem associada ao exercício pleno da cidadania e se fundamenta nos anseios da nação por uma democracia não-formal. Esta só tem condições de viabilizar-se a partir de uma base social minimamente igualitária, cuja construção depende grandemente da participação do Estado e do aprofundamento de seu compromisso com os interesses da maioria da população.

Se às portas do ano 2000 estamos às voltas com questões tão primárias como a universalização do ensino fundamental, a primeira questão que se coloca é a necessidade de rearticulação do Estado, no sentido de que a prioridade ao ensino básico, tantas vezes proclamada, seja efetivamente viabilizada." (idem, pg.304).

Essa rearticulação do Estado no encaminhamento das políticas deve considerar o fato de que

"Uma apreciação de dados como esses nos leva a perceber a necessidade de uma maior refinamento nos elementos de coleta de informações, uma vez que os indicadores em uso não permite constatar desigualdades existentes nos próprios centros urbanos, de maneira que generalizam-se afirmações perigosas como as que os problemas quantitativos, onde se situa a questão da universalização (em tese !), são locais e residuais . É imperioso ter em mente tais observações, sobretudo no momento em que surge no cenário educacional a contraposição de uma lógica da qualidade à (lógica da) quantidade, como se fosse possível pensar em uma sem a outra. Reafirmar essa lógica significa ignorar que as desigualdades sociais

e regionais estão no centro dos problemas relativos à formulação da política educacional e de que a educação para uma sociedade democrática e cidadã não pode ignorar essas variáveis." (MOURA, VERAS & VIEIRA, 1993, pg.24).

O Plano Estadual de Educação (87-90) demonstra uma preocupação com os aspectos quantitativos e qualitativos. Resta saber até que ponto a desvinculação histórica entre acesso e qualidade é suplantada ao nível da concretização das políticas educacionais e, conseqüentemente, superados os problemas relativos à fragmentação e pulverização dos esforços que buscam suplantar as dificuldades.

Tais esforços precisariam levar em conta o fato de que, no que pese a tamanha responsabilidade que repousa nos ombros do Governo, bem como no de outros sujeitos sociais, em matéria de educação, de nada adiantarão medidas de impacto e investimentos megalômanos se estes não se efetivarem a partir do espaço concreto de autonomia e gerenciamento por parte dos sujeitos sociais (professores, alunos, técnicos e dirigentes da secretaria de educação, etc). Além do que, a necessidade na urgência de consecução de alternativas que venham a garantir essa "universalização de boa qualidade" não pode deixar de considerar aquilo que Kramer (1992) lucidamente alerta:

"A posição é a de que a melhoria da qualidade da escola passa sempre por dentro do sistema que existe, com suas precariedades, dificuldades e insuficiências. E já temos hoje algumas alternativas pontuais nessa direção, em muitos municípios do país. A melhoria da escola que aí está e das condições de trabalho e atuação do professor que aí está. Ela não passa, no plano das políticas públicas, por um sistema paralelo que seja justaposto ao existente e o relegue ao abandono. A escola básica, pública e popular, precisa ser vista na totalidade da vida cultural e na diversidade das culturas em que está inserida. Ela precisa estar articulada no âmbito de uma política educacional que necessariamente englobe as outras instâncias, seja na formação de professores, a universidade, a educação de crianças de 0 a 6 anos, o ensino de 2o. grau. Essa palavra minha é, portanto, uma palavra de negação às soluções espetaculares, de emergência, sejam elas de baixo custo ou envolvam investimentos vultuosos. E entendo que essa política educacional precisa ser, cada vez mais, uma política cultural." (KRAMER, 1992, pg.75-6).

Na tentativa de retomar os "elos perdidos" de que nos fala Chico de Oliveira (1987) que nos permitam melhor compreender de que maneira poderíamos ter no real envolvimento e participação dos sujeitos educativos na elaboração, execução, controle e avaliação desta política educacional (que segundo Kramer, deveria se propor cultural) um elemento fundante, é que empreenderemos, a seguir, algumas considerações acerca da descentralização da gestão educacional. Como é tratada essa questão pelo Governo das Mudanças a partir do que é proclamado nos documentos oficiais? É isso que veremos na resposta à nossa 3a. pergunta.

4.3) Descentralização e Democracia: da alienação ao reconhecimento do "outro"

A democratização da educação aliada à descentralização da administração do ensino emerge no texto dos documentos (Plano estadual, Plano setorial e Relatório quadrianual) como um pressuposto que se pretende fundamental na orientação das ações governamentais para o setor. Senão vejamos:

"Pensar democraticamente a Educação no Ceará, significa encarar uma realidade histórica que tem negado ao povo o direito de participação - política, econômica, social e cultural". (P.E.E., pg 05)

"Participação e descentralização são pois os pilares sustentadores dessa nova proposta (a do Plano Estadual (87-90))." (Idem, pg. 06)

"Mecanismos deverão existir, em todos os níveis, da escola à Secretaria de Educação no sentido de garantir que as decisões, de forma participada, não se distanciem do conteúdo humano fundamental da educação" (Id. Ib.)

"O Governo deverá assegurar a democratização da escola pública, não apenas em termos quantitativos, mas sobretudo qualitativos, repassando para o sistema estadual de ensino recursos financeiros necessários ao seu bom desempenho. Dever-se-á dar ênfase à descentralização da administração dos recursos financeiros.

"A comunidade deverá conceber a escola como um bem público a seu serviço, exigir um bom ensino, fiscalizar sua execução e controlar seus resultados. O Estado deve, por sua vez, assegurar

apoio técnico, pedagógico e financeiro às Escolas da Comunidade." (SEDUC, Plano Setorial, 1987, pg. 63)

O "Programa de Apoio ao Planejamento e à Administração do Sistema objetiva determinar padrões mais eficientes de desempenho administrativo e de planejamento participativo em todos os níveis.

O programa será viabilizado através dos seguintes projetos: Modernização e Descentralização Administrativa; Valorização de Recursos Humanos da Educação; e Planejamento da Rede Escolar.

Pretende-se com este Programa alcançar a seguinte meta: *Democratizar a administração educacional, descentralizando as ações para as 14 DEREs e respectivas escolas e fortalecendo o sistema de informática da Secretaria de Educação." (Idem, ib.).*

"A modernização administrativa levada a termo pela SEDUC constituiu-se numa verdadeira revolução operacional que permitiu a democratização e a descentralização administrativa, englobando as 14 Delegacias Regionais de Ensino e suas respectivas escolas. Diante da desorganização administrativa que caracterizava o sistema estadual de educação, a SEDUC iniciou, em 1989, amplo processo de reforma administrativa, redefinindo estrutura e funções de órgãos e fortalecendo o sistema de comunicação e controle das informações educacionais." (SEDUC, Relatório Quadrienal, 1990, pg.30).

Das colocações acima feitas poderíamos chegar à conclusão de que a ênfase em torno da democratização e descentralização estaria na dependência principalmente da agilidade e funcionalidade operacional da estrutura da própria Secretaria de Educação, bem como das 14 DERES (Delegacias Regionais de Ensino) na sua relação com as unidades escolares. Tal ênfase parece apontar para uma desvinculação entre as metas concretizadoras da democratização do ensino (que estaria mais vinculada ao resgate da dívida "social, econômica e cultural") e as estratégias de descentralização administrativa (que comporia, junto com outras medidas na esfera governamental, o leque das ações de modernização e ajuste do aparato administrativo).

A agilidade e funcionalidade operacional das DERES na articulação com as escolas adviria da capacidade técnica, funcional e produtiva das mesmas (DERES e escolas) a partir dos princípios de Planejamento participativo.

"queremos romper com a ação desintegrada comunidade/escola, agravada pelo autoritarismo dos Diretores e a indiferença da comunidade, com a centralização excessiva de autoridade pela Secretaria de Educação em detrimento da autonomia das DERES e Unidades Escolares." (SEDUC, P.E.E., pg.5).

"outra grande linha de ação será o trabalho com a comunidade para que participe, de fato, dessa revisão dos rumos da escola pública cearense."

A "comunidade indiferente" era pois, convidada a penetrar nesse universo de gestão do sistema a partir da idéia de que a escola, por ser um bem público, deve, por ela (comunidade) ser fiscalizada. A aludida participação seria um elemento chave de descentralização administrativa.

"Enfim, que COMUNIDADE, ESCOLA, DELEGACIAS REGIONAIS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, via processo de planejamento participativo, encontrem os caminhos que tornem a escola pública estadual do Ceará acreditada. Que façam dessa busca a razão maior do trabalho educacional" (SEDUC, P.E.E., 1987, pg.75).

Os mecanismos lançados mão pelo Plano Estadual de Educação e confirmados pelo Plano Setorial e Relatório Quadriannual estariam na dependência direta por um lado, da suplantação da estrutura centralizada da SEDUC que,

"... pela sua disfuncionalidade, inorganicidade, verticalidade e centralização, emperra a agilidade das ações fins e preserva características autocráticas e centralizadoras." (Idem, pg. 09).

e por outro, da reclamada participação da comunidade na gestão da "coisa pública".

Além desses dois elementos chaves para a consecução de um processo de descentralização, se faz presente nos documentos analisados uma preocupação

de articulação da SEDUC (estadual) com os municípios no intuito de se mapear as funções e atribuições específicas de cada esfera educacional.

"Em relação à educação municipal, vem se desenvolvendo, sob a coordenação do PRORURAL, um trabalho de cooperação técnica e assistência financeira no sentido de permitir aos municípios, através de seus Órgãos Municipais de Educação, as condições necessárias para gerenciar o ensino municipal." (Idem, pg. 24).

"Paralelamente à possibilidade de construção, outras alternativas terão de ser buscadas. É imprescindível um trabalho conjunto com as prefeituras municipais e toda a comunidade, no sentido de que sejam utilizados todos os espaços ociosos existentes: repartições públicas, igrejas, associações, clubes, etc." (Idem, pg. 31)

"Que seja proporcionada à rede municipal de ensino, especialmente à zona rural, cooperação técnica e assistência financeira eficiente do Estado para que, dentro de seu contexto, mantenha um padrão compatível com aquele definido para a escola pública em geral". (Idem, pg. 74).

A avaliação do que foi possível de ser feito no período do Governo das Mudanças acerca da articulação com os Municípios assim é expressa no relatório quadrienal:

"As diferentes formas de cooperação Estado X Municípios, desenvolvidas ao longo do quadriênio, levaram a amadurecer uma proposta de integração de recursos municipais, estaduais e federais, sob a coordenação da SEDUC, à luz do disposto no Decreto 20.620, de 12/03/90, que institui o Programa de Municipalização do Ensino Público no Estado do Ceará....A proposta está sendo implantada hoje em três municípios cearenses - Horizonte, Iguatu e Maranguape - devendo estender-se progressivamente a todos aqueles cuja administração apresentem disposição de investir em educação.

Toda a proposta está embasada na partilha de responsabilidades financeiras, gerenciais e pedagógicas das três esferas do poder público; no fortalecimento do ensino fundamental a partir do município; no estímulo à participação efetiva da família e da comunidade na expansão e melhoria do ensino; no fortalecimento do papel social do educador, responsável pela formação de cidadãos capazes de contribuir produtiva, cultural e democraticamente para o desenvolvimento do município, do estado e da Nação." (SEDUC, Relatório Quadrienal (87-90), pg. 26-7).

O movimento de descentralização que podemos perceber no discurso governista expresso nos documentos tem a sua fundamentação no fato de que

"O Estado-educador, onipresente, planejador, provedor e proeficiente tende a se tornar exangue e, em breve, não haverá força humana capaz de reanimá-lo para uma tarefa cada vez mais superior às suas forças. A educação pública precisa melhorar, mas não deve se esperar que o Estado faça tudo, solitariamente. ...Nem a administração estadual tem como tornar tão eficiente quanto é desejável o paquidérmico modelo centralizador vigente, nem é aceitável que pretenda impor à população fórmulas tecnocráticas para vencer os obstáculos. A sociedade deve ser motivada a participar dos destinos daquilo que lhe pertence - posto que é público e não estatal." (MARTINS, 1994, Folha de São Paulo, cad. 01, pg.03).

Osório (1992) analisando as propostas a respeito da descentralização, caracteriza-as em dois grandes projetos:

"En general existen dos grandes propuestas al respecto : la neoliberal y la democrática. Ambas propuestas se nutren de un diagnóstico relativamente común. Señalan la excesiva centralidad del Estado con respecto a la sociedad y manifiestan que tal situación obstaculiza tanto la modernización del Estado como el fortalecimiento de la sociedad civil.

Tres son los ejes sobre los cuales disputan ambas tendencias : la descentralización del Estado en lo administrativo, la privatización de las empresas estatales y la democratización política. Para el enfoque neoliberal la descentralización de lo administrativo significa plantear el nivel local del Estado como el ámbito en cual éste debate debe apoyar su capacidad de administrar y gestionar servicios, sin cuestionarse el que detrás de su propuesta de descentralización se oculte una interpretación tremendamente centralista del poder político. Se privilegia la "governabilidad", cancelándose toda posibilidad de ejecutar programas descentralizadores a través de procesos participativos.

Su modelo de apertura democrática es restringido y se desarrolla a través de consensos ambiguos y cupulares.

Para el modelo democrático el asunto no está esencialmente ni en las privatizaciones, ni solamente en la modernización del Estado por la vía de la descentralización administrativa. Su propuesta está articulada en torno al eje de la democratización, lo que significa un replanteamiento del rol del Estado, su reforma democrática y una profunda transformación de la política... Según este modelo de descentralización educativa se la concibe como una dimensión de una reorganización democrática profunda del Estado y de una reforma educativa que se inspira em una lógica

democrática-participativa cuyo objetivo es otorgar autonomía de decisión a las instancias locales para el administración educacional, en base al criterio de una distribución social del poder. ...Esta definición no se contradiría con la necesidad de compatibilizar los planes de desarrollo educacional a nivel local con la planificación requerida desde los niveles centrales, comprometería más directamente a las comunidades locales en el control de la eficiencia, calidad y equidad de la educación y permitiría dar impulso a la renovación de las prácticas educativas locales." (OSORIO, 1992, pg.16).

As definições acima levantadas acerca da proposta neo-liberal e da proposta democrática põe à mostra a profundidade com que a questão merece ser tratada. Por mais que sejam anunciadas, através do discurso, as intenções de descentralização, estas não se concretizarão, de fato, se não existir o reconhecimento da importância de um replanejamento do Estado, sua reforma democrática, bem como de uma profunda transformação da política através de uma real distribuição social do poder. Para tanto dever-se-ia criar a consciência teórico-prática de pleitearmos um tipo de educação que aponte para a identidade e autonomia dos sujeitos sociais educativos envolvidos nesse processo de concretização da equidade e qualidade educacionais. Somente assim teremos as necessárias reformas que nosso sistema educacional está a exigir, assim como a educação que nossa realidade está a necessitar.

A análise dos documentos parecem evidenciar uma consciência em relação à tradição exacerbadamente centralizadora da administração educacional em nosso Estado. A tentativa de partir, na consolidação do Plano Estadual de Educação, de uma ampla "consulta" aos diversos setores que têm interesse direto na educação (pais, associações de classe, professores, etc demonstra-nos que houve uma tentativa de se caminhar nessa direção. Entretanto, o discurso da participação, para se concretizar, precisa de lançar mão de mecanismos concretos que viabilizem as metas. Tais mecanismos não correspondem a um processo isolado (somente na esfera educacional) de conquista dessa democratização real.

A efetiva superação dessa democracia "formal" está intrinsecamente vinculada às conquistas sociais a que nos referimos anteriormente, associada a um esforço de compreensão da heterogeneidade cultural e política dos sujeitos educativos que permita a construção de alterações contundentes na estrutura historicamente centralizada do Estado na América Latina, no Brasil e no Ceará.

No bojo dessa problemática, reside uma questão que considero da maior importância para a concretização desse novo perfil de gestão: é a problemática mais ampla acerca das formas e conteúdos que devem adotar as relações entre o Governo e a Sociedade Civil.

Como vimos anteriormente, na década de 70 a ênfase na determinação dos rumos estava sobre a quase exclusividade do Estado (Governo). Já na década de 80, a sociedade civil dá um salto em termos organizativos e passa a se constituir num "ator" mais determinantemente em cena. Isto pode levar-nos a induzir o fato de que a década de 90 parece ser aquela em que, para além da centralização autoritária do Governo e para muito além do "corporativismo" exacerbado das organizações da sociedade civil, os espaços concretos de um real "diálogo" urgem de se estabelecerem. Aqui, pois, reside, na minha percepção, o maior desafio a ser perseguido para a efetivação de um novo padrão de qualidade, pertinência, eficácia e equidade do sistema educacional. Tentaremos apontar, no próximo capítulo, os caminhos que poderemos trilhar para efetivarmos essa conquista.

5. ANUNCIANDO UM FINAL DE CONVERSA ...

Ao empreendermos o presente trabalho tínhamos a seguinte hipótese: a de que houve, com a ascensão do Governo das Mudanças (1987) uma significativa mudança no discurso político governamental na área educacional na medida em que, rompendo com o esquema conservador dos "coronéis" , era manifestada a necessidade de uma efetiva participação da comunidade no estabelecimento de formas menos centralizadas de gestão do poder. Entretanto, à mudança no padrão do discurso governamental, não corresponderam medidas efetivas que possibilitassem a consolidação dos valores proclamados e a vivência de uma democratização real do poder.

A análise que empreendemos apontam para o fato de que:

1) Os níveis de desigualdade e miséria a que estão submetidos milhares de latino-americanos e, conseqüentemente, de brasileiros, além de determinar as péssimas condições de vida desses povos, impossibilita o alcance de indicadores positivos de escolaridade;

2) Os caminhos trilhados pela ação governamental nas décadas de 70 e 80 no tocante ao gerenciamento de tais dificuldades na área educacional evidenciam o fato de não se ter conquistado nem a universalização do ensino, muito menos a qualidade desejada, quanto mais a descentralização pretendida. A não efetivação de tais elementos essenciais para um processo real de democratização das oportunidades sociais e, conseqüentemente, da sociedade brasileira, encaminha-nos para o quadro de dificuldades que até hoje se refletem em nosso cotidiano;

3) A alteração do quadro político nacional no final da década de 70 e durante a década de 80, fruto da crescente insatisfação do povo brasileiro frente a essas dificuldades, tem na realidade cearense suas manifestações concretas. A mudança que se estabeleceu com a ascensão do Governo das Mudanças é também o reflexo de como a "nova ordem política" foi absorvida.

4) O discurso governamental que se estabelece a partir dessas alterações é expressão dessa tentativa de diferenciação da nova hegemonia frente ao conservadorismo antes reinante. A análise do conteúdo do referido discurso é elucidativa do perfil desse novo agrupamento político, inclusive para a esfera educacional, que se constitui nossa área central de interesse;

5) A análise do conteúdo do discurso do GM para a educação evidenciou algumas conclusões :

5.1) A primeira diz respeito ao que imediatamente é perceptível ao nível da análise do conteúdo tomando-se por base a sistematização que fizemos a partir das categorias de análise (Crise e Modernização, QualidadeXQuantidade, Democracia & Descentralização). Tal sistematização aponta para o fato de que ainda que os documentos (e, conseqüentemente, o discurso) indiquem um diagnóstico pertinente acerca da realidade de crise vivenciada pela educação pública em nosso estado, não conseguem encaminhar as medidas concretizadoras da política educacional pretendida na direção de uma sintonia com a necessidade emergente no cenário da modernidade. A Modernidade, para os documentos em questão, estaria, pois, mais vinculada à modernização do aparato administrativo do Sistema (que no caso específico da educação estaria vinculado às reformas na estrutura da Secretaria de Educação e DEREs) do que propriamente à aquisição das aptidões que as transformações tecnológicas estão a exigir.

Os documentos parecem indicar, também, a tentativa de adequação da expansão e melhoria da rede de ensino a um padrão de qualidade compatível com o resgate do direito de participação no universo cultural e sócio-econômico que tem sido sistematicamente negada a grande parte de nossa população. No tocante à essa questão seria interessante poder investigar até que ponto essa busca de crescimento da rede com qualidade criou mecanismos concretos ao nível do sistema educacional que permitissem a realização objetiva desse valor proclamado. Esse aspecto nosso trabalho não pôde contemplar.

Em relação à descentralização e democratização, como consequência da lógica de modernização subjacente à retórica governamental, percebe-se uma desvinculação entre as metas concretizadoras da democratização do ensino (que estaria mais vinculada ao resgate da dívida social, econômica e cultural") e as estratégias propriamente ditas de descentralização administrativa (que comporia, junto com outras medidas na esfera governamental, o leque das ações de modernização e ajuste do aparato burocrático). Tal fato induz-nos a concluir que muito ainda é preciso ser feito para que possamos atingir esse patamar de democracia real onde os "sujeitos educativos" tenham de fato poder de decisão dentro da administração do sistema público. É exatamente em torno desse universo de construção da democracia real que residem as conclusões não tão imediatamente perceptíveis, porém, tão pertinentes quanto as que elencamos até aqui.

5.2) As conclusões não imediatamente perceptíveis ainda que vinculadas ao debate que travamos no decorrer do nosso trabalho, habita o capítulo seguinte, e último, sob a forma de "conversas paralelas". São paralelas posto que não foram suficientemente trabalhadas com o cuidado que esse debate requer. São, porém, "conversas" na medida em que estiveram sempre presentes nos "bastidores" da conversa principal (a análise do conteúdo do discurso do GM). É o que veremos a seguir.

6. PELAS DOBRAS DO NÃO VISITADO: SOBRE CONVERSAS PARALELAS

Para finalizar a análise que fizemos acerca da educação na sociedade moderna, especificamente no Ceará, a partir de uma reflexão acerca da racionalidade de nossa época, faço minhas as palavras de Oliveira que diz :

"A práxis racional do homem precisa ser recuperada na integridade de seus momentos, e isto só é possível através de uma mudança de paradigma do pensamento. Só essa reviravolta vai permitir a "superação da egologia", que caracteriza a moderna filosofia da subjetividade, e a abertura de espaço a uma práxis em que o enfrentamento dos sujeitos ceda lugar a seu reconhecimento mútuo. A egologia da manipulação dá lugar a uma sociabilidade do reconhecimento e aponta para uma práxis de transformação, efetivadora de uma cidade verdadeiramente humana" (Idem, pg. 94).

A caracterização que tentamos fazer acerca da racionalidade moderna vem, tão somente, reforçar algumas das conclusões a que chegamos no presente trabalho acerca do caráter exacerbadamente homogeneizador e tecnicado(cante) das Políticas educacionais do Estado(Governo). Subjacente a tais políticas estaria a pretensão do conhecimento que manipula para dominar. E isso em proporções cada vez maiores e mais complexas. O Estado(Governo) agiria, pois, em consonância com o espírito da racionalidade moderna acima descrito.

O que vem à tona, porém, é o fato de que tais pretensões de um domínio cada vez mais refinado do Estado em relação à realidade educacional são limitadas pela razão óbvia de que a ação do mesmo se dá num universo de sujeitos que pensam, agem reflexivamente e se refazem diante dos desafios que lhes são colocados. Parece até redundante utilizarmos a expressão "sujeitos que pensam". Entretanto, nossa ênfase se justifica pelo fato de que a impressão que temos é que os elaboradores das políticas educacionais, tanto quanto aqueles que persistem em ler os fenômenos de uma maneira mecânica e miúda (vide caracterização de Penin na 1a. parte deste trabalho), não acreditam nem alimentam o exercício da capacidade transformadora das pessoas que concretizam tais políticas. Persistem pois, numa postura tacanha que apenas congela a capacidade criativa desses

mesmos sujeitos, além de reforçar sobremaneira a impotência diante da possibilidade de construção de realidades menos injustas e cínicas.

Somente a análise do cotidiano de tais sujeitos pode nos revelar a amplitude dos limites e possibilidades colocados nesse universo. Para tanto, precisaríamos desvendar os nexos que se estabelecem (e são estabelecidos) na esfera da cotidianidade.

Essa certeza acerca da necessidade de incursão pelo cotidiano dos sujeitos educativos e sociais me encaminhava para a adoção de um caminho metodológico que pudesse dar conta do universo imaginário e simbólico dos referidos sujeitos. O debate que hoje se manifesta no universo acadêmico acerca das "Representações Sociais do cotidiano" empreendido principalmente pela Psicologia social e Sociologia parecia-me um caminho extremamente fecundo e lúcido para a necessidade metodológica que se apontava no meu caminho

Necessário se faz que a pesquisa educacional possa apontar quais as representações sociais daqueles sujeitos (principalmente Governo e Professores) acerca: 1) deles mesmos (do Governo acerca do Governo; do professor acerca do professor); 2) de suas falas (do Governo acerca da fala do Governo; dos professores acerca da fala dos professores); 3) dos outros sujeitos (do Governo acerca dos professores; dos professores acerca do Governo); e 4) da falas dos outros sujeitos (do Governo acerca da fala dos professores; dos professores acerca da fala do Governo), dentre outras elaborações que, porventura, viessem a surgir.

Subjacente à idéia explicitação dos elementos acima, se faz presente a hipótese de que os conceitos que informam tais representações constituem e são constituídos diretamente pela realidade educacional que temos. Por exemplo: o conceito que os professores têm do Governo determina, substancialmente, a concretização (ou não) das políticas educacionais adotadas oficialmente. Sem a vontade subjetiva dos professores em concretizar tais políticas, elas não se efetivarão.

O aprofundamento que tais questões estavam a me exigir não pude realizar quando da concretização de minha tese de mestrado. Entretanto, tais questões ainda permanecem vivas e latentes no universo de minhas curiosidades, bem como na esfera da pesquisa educacional que se pretenda conseqüente.

Para atender a essa necessidade de construção de uma teoria que pudesse contribuir para a superação dos desencontros entre Governo e Entidades da Sociedade Civil vinculadas ao fazer educacional seria preciso que nos debruçássemos sobre as propostas que se esboçam no universo desses sujeitos sociais afim de que pudéssemos apreender a própria essência dos referidos atores e seus objetivos políticos educacionais. Na atual realidade do ensino público do Ceará, existem dois documentos poderiam contribuir num trabalho desse porte na medida em que expressam tais propostas: o documento "A Revolução de uma Geração" (Gestão Ciro Gomes) e a "Projeto Alternativo dos Trabalhadores em Educação" (SINTECE - Sindicato Unificado dos Trabalhadores em Educação (atual SINDIUTE) & APEOC - Associação dos Professores do Ensino Oficial do Ceará). O confronto das teses defendidas por cada proposta poderia levar-nos a penetrar nesse universo de tantas "diferenças" para que pudéssemos, a partir de tal conhecimento construir essa "sociabilidade do reconhecimento" que "aponte para uma práxis de transformação, efetivadora de uma cidade verdadeiramente humana." (OLIVEIRA, 1993, pg. 94).

O horizonte de solução para essa problemática encontra-se, em nossa realidade específica, muito difuso. De um lado temos um Governo estadual que se defende das críticas que lhes são dirigidas sob o escudo da impossibilidade de diálogo com grupos corporativistas (referência às entidades de professores - SINDIUTE , principalmente). De outro, os professores (organizados em entidades tais como SINDIUTE e APEOC) que, numa tentativa de estabelecer novas e reais conquistas para a categoria e para a educação no Ceará, parecem não possuir a crença na viabilidade de estabelecimento desse diálogo com o Governo.

As razões para o impasse no reconhecimento da necessidade de diálogo precisam ser postas à luz de uma análise onde a arrogância de quem detêm o poder e a paixão de quem briga por ele sejam "suspensas" para dar lugar a uma razão substantiva que, de fato, venha a apontar caminhos para a tão machucada realidade do ensino público cearense. Essa é a nossa esperança. É esse o nosso desejo.

Espero um dia poder transformar tais inquietações, (que no corpo desse trabalho tomam a forma de "conversas paralelas"), em perguntas melhor formuladas e, quem sabe, respondidas, de outras sínteses de pesquisa, que poderão habitar o meu caminho.

Enquanto tais momentos não chegam, fica o sentimento do que pôde ser realizado (permeado de tantos limites!), aliado à vontade de novas buscas, novas perguntas, novas conquistas. E assim prossegue o mistério da vida e dos viventes. Como um dia já disse a poetisa:

*"Ando à procura de espaço para o desenho da vida.
Em números me embaraço e perco sempre a medida.
Se penso encontrar saída, em vez de abrir um compasso,
projeto-me num abraço e gero uma despedida.
Se volto sobre o meu passo, é já distância perdida.
Meu coração, coisa de aço, começa a achar um cansaço
esta procura de espaço para o desenho da vida."*

(Cecília Meireles).

BIBLIOGRAFIA

BALAU, Virgínia L. Texto didático: reflexões sobre análise de conteúdo e análise do discurso. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação, PUC-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1981.

BARREIRA, Irllys A. F. [et al.]. A política da escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Stylus Comunicações, 1991.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá - O ensino básico no Brasil visto do ângulo das Políticas Públicas - In: Final do Século : Desafios da Educação na América Latina - FRANCO, Maria Laura P. B. & ZIBAS, Dagmar M.L. (organizadoras) - São Paulo - Cortez - 1990 - (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v. 9).

BENJAMIN, Walter - Obras Escolhidas I - magia e técnica, arte e política - São Paulo - Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, Walter. A modernidade e os modernos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

CEARÁ, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO - Governo Tasso Jereissati - juntos mudando o Ceará (1987-1991). Pg. 60-67. Fortaleza(CE), 1987.

CEARÁ, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO - Plano Estadual de Educação (Plano de Trabalho). Educação - desafio e Mudança. - Fortaleza(CE), 1987.

CEARÁ, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO - Relatório Quadrienal (1987-1990) - Fortaleza(CE), 1991.

CEARÁ. Secretaria de Educação. Coordenadoria de Planejamento. Plano decenal de educação para todos: 1993-2003. Fortaleza, 1994.

COSTA, Jurandir C. Narcisismo em tempos sombrios. - In: Percursos na história da psicanálise. - BIRMAN, Joel (Coordenador). Rio de Janeiro, Livraria Tauros Editora, 1988.

COSTA, Nélon B. da - A Produção do discurso operário - Fortaleza - Universidade Federal do Ceará - Tese de Mestrado em Educação, 1991.

CUNHA, Luiz Antônio - Educação, Estado e Democracia no Brasil - São Paulo (SP): Cortez; Niterói(RJ) : Editora da Universidade Federal Fluminense ; Brasília(DF) : FLACSO do Brasil, 1991. - (Coleção Biblioteca de Educação. Série 1. Escola; v. 17).

DUVERGER, Maurice - Ciência Política - Teoria e Método - Rio de Janeiro (RJ) - Zahar Editores - 1976.

ESPÍNOLA H. , Viola - La descentralización del sistema educativo y el problema de la equidad social: antecedentes para evaluar la calidad de la educación básica subvencionada. - In: Final do Século: Desafios da Educação na América Latina - FRANCO, Maria Laura P. B. & ZIBAS, Dagmar M.L. (organizadoras) - São Paulo - Cortez - 1990 - (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v. 9).

FOLHA DE SÃO PAULO. Artigo: A dança dos números do ensino. São Paulo: 19.12.1993, Pág. 4-A.

FREITAG, Bárbara - Política Educacional e Indústria Cultural - 2ª edição - São Paulo - Cortez : Autores Associados - 1989 - (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

FRIGOTTO, Gaudêncio - O Contexto Sócio-Político Brasileiro e a Educação nas Décadas de 70/90 - In: Revista Contexto & Educação (Ano VI, nº 24) - Livraria UNIJUÍ Editora - Ijuí (RS) - Outubro/Dezembro 1991.

HAGUETTE, André - Uma Experiência na Gestão de um Sistema Estadual de Educação - In : REVISTA ENSAIO (Avaliação e Políticas Públicas em Educação) - (Volume 1 - Número 1) - Rio de Janeiro (RJ) - Fundação Cesgranrio - Outubro/Dezembro 1993.

HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IANNI, Octávio - A Idéia de Brasil Moderno - São Paulo(SP) - Editora Brasiliense - 1992.

KRAMER, Sônia - Escolarização básica e a busca da qualidade - In: Escola Básica, Campinas-SP - Papirus: Cedes; São Paulo: Ande, Anped - 1992 - (Coletânea CBE).

KRAMER, Sônia - Por entre pedras: arma e sonho na escola - São Paulo(SP) - Editora Ática - 1993.

LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991.

MARTINS, Célia Ma. - O que é política educacional - São Paulo (SP) - Editora Brasiliense - 1993.

MARTINS, Carlos Estevam - Três idéias para a Escola Pública - In: Jornal Folha de São Paulo - Caderno 1 - Pg. 05 - Março/1994.

MELLO, Guiomar de. - Social democracia e educação: teses para discussão. São Paulo: Cortez, 1990.

MELLO, Guiomar Namó de - A municipalização e a questão do papel do Estado na sociedade brasileira - In: Revista da ANDE (Ano 09 - nº 16) - São Paulo (SP) - 1990.

MOSCOVICI, Serge. A representação social da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

MOURA, Ana Célia C; VERAS, Maria Eudes B.; VIEIRA, Sofia L. - Currículo e descentralização no Brasil : evolução, situação e tendências. Fortaleza - (mimeog.) - Outubro 1993.

O POVO, Jornal. Reportagem. Fortaleza, 22.10.90. Pág. 6-A.

OLIVEIRA, Francisco de – O Elo Perdido. Classe e Identidade de Classe - São Paulo(SP) - 1987.

OLIVEIRA, Francisco de - O PT dos Empresários : Anacronismo ou Modernidade do Grupo Jereissati - mimeografado - (sem data).

OLIVEIRA, Manfredo A. de. Ética e racionalidade moderna. São Paulo: Loyola, 1993.

OSORIO, Jorge - Educación y Democratización. Notas sobre la Descentralización Educativa. In: REVISTA CONTEXTO & EDUCAÇÃO - (Ano 7 - Nº 25) - Ijuí(RS) - Janeiro/Março 1992 .

PAIVA, Vanilda - Produção e Qualificação para o Trabalho - In: Final do Século : Desafios da Educação na América Latina - FRANCO, Maria Laura P. B. & ZIBAS, Dagmar M.L. (organizadoras) - São Paulo - Cortez - 1990 - (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v. 9).

PARENTE, Josênio C. Construindo a hegemonia burguesa: as eleições municipais de 1988 no Ceará. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

PENIN, Sônia. Cotidiano e escola: a obra em construção. São Paulo: Cortez, 1989.

QUEIROZ, Byron Costa. Mudanças: da ação social à ZPE. Mimeografado, 14 págs., s/d.

REVISTA NOVA ESCOLA - São Paulo (SP) - Fundação Victor Civita - (Ano VIII, nº 72 - Dezembro 1993.

RIBEIRO, Sérgio Costa - Construir o Saber - In: REVISTA VEJA - Edição nº 1306 - Abril Cultural - 1993.

SAVIANI, Dermerval - Neo-liberalismo ou pós-liberalismo ? Educação pública, crise do Estado e democracia na América Latina - In: Estado e Educação - Campinas (SP) : Papyrus: Cedes ; São Paulo : Ande : Anped, 1992

SILVA, Rose Neubauer & MELO, Guiomar Namó de - Política Educacional para os anos 90 - In: Estado e Educação - Campinas, SP : Papyrus: Cedes; São Paulo: Ande: Anped, 1992.

TEDESCO, Juan Carlos - El rol del Estado en la Educación - In: Final do Século : Desafios da Educação na América Latina - FRANCO, Maria Laura P. B. & ZIBAS, Dagmar M.L. (organizadoras) - São Paulo - Cortez - 1990 - (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v. 9).

VALLE E SILVA, Néson do - A Sociedade - In: Sociedade, Estados e Partidos na atualidade brasileira - (Organizador: Hélio Jaguaribe) - Rio de Janeiro (RJ) - Paz e Terra - 1992.

VIEIRA, Sofia Lerche - Universidade Federal nos anos 80 - o jogo da política educacional - Tese de Doutorado - PUC (SP) - 1990.

VILAS, Carlos M. - Democratización Para Algunos, Miseria Para Muchos : notas sobre Democracia e Neoliberalismo en America Latina - In : Revista Contexto & Educação (Ano VI, nº 24) - Livraria UNIJUÍ Editora - Ijuí (RS) - Outubro/Dezembro 1991.

ANEXOS

ANEXO 1 – LEGENDA DAS CATEGORIAS E SUB-CATEGORIAS DE ANÁLISE

- A. Modernização: Diagnóstico e alternativas
 - A.1- Modernização, eficiência e racionalidade
 - A.2- Crise / descrédito
 - A.3- Continuidade / descontinuidade
 - A.4- Clientelismo Político
 - A.5- Planejamento

- B. Qualidade x Quantidade
 - B.1- Qualidade de ensino
 - B.2- Capacitação de Professores / Rec. Humanos
 - B.3- Magistério
 - B.4- Greve dos Professores
 - B.5- Formação dos Professores
 - B.6- Programas Suplementares
 - B.7- Atendimento / déficit escolar

- C. Democracia e descentralização
 - C.1- Centralização / descentralização
 - C.2- Participação
 - C.3- Democratização
 - C.4- Comunidade
 - C.5- Relação Educação - Sociedade
 - C.6- Rede Municipal de Ensino
 - C.7- Delegacias Regionais (DERE's)
 - C.8- Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC)

DISTRIBUIÇÃO DE TEMAS

- 01° ao 04° - MODERNIZAÇÃO: Diagnóstico e alternativas
- 05° ao 11° - QUALIDADE X QUANTIDADE
- 12° ao 21° - DEMOCRACIA E DESCENTRALIZAÇÃO

DOCUMENTOS ANALISADOS

- | | |
|------------------------------------------------|---------|
| 1- Educação: Desafio e Mudança (1987 – 1990) | TAB I |
| 2- Plano Setorial de Educação (1987 – 1990) | TAB II |
| 3- Relatório Quadrienal | TAB III |
| 4- Tabela de Incidências por temas e sub temas | TAB IV |

ANEXO 2 – PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ (1987 – 1990) - PARÁGRAFOS TRANSCRITOS POR CATEGORIAS E SUB-CATEGORIAS

CATEGORIA A - MODERNIZAÇÃO: DIAGNÓSTICO E ALTERNATIVAS

A.1) SUB-CATEGORIA - MODERNIZAÇÃO, EFICIÊNCIA E RACIONALIDADE		
Página	Parágrafo	TEXTO
9	01	“Continuar perseguindo uma maior eficiência do Sistema de Ensino no Estado do Ceará, exige uma ação decisiva na melhoria do seu desempenho administrativo. Desprezar a importância dessa variável significa comprometer os resultados pretendidos na área de ensino, dada a necessidade de condições que façam fluir um trabalho eficaz.”
9	07	“Ao final de 1986, a Secretária de Educação elaborou uma proposta de reforma Institucional que não parece satisfatória. Não resolve os problemas da velha estrutura e mantém uma concepção administrativa que não faz avançar na direção da racionalidade esperada.”
76	1, 5a e 5c	<p>“3.2.1. <u>ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL</u> 3.2.1.1. <u>OBJETIVOS</u> - Garantir maior eficiência na administração do Sistema de Educacional do Estado, promovendo a reestruturação organizacional da Secretária de Educação e a racionalização de recursos humanos, materiais e financeiros. 3.2.1.1. <u>POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS</u> I- Que o princípio da racionalização direcione efetivamente a reorganização estrutural do Sistema de Educação do Ceará, garantindo a otimização dos meios e a qualidade dos fins.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atualizando o levantamento da capacidade instalada rede física e recursos materiais. • Modernizando o setor de pessoal da Secretaria de Educação, com visitas ao cadastramento e atualização da ficha funcional dos servidores para o controle eficiente do cumprimento de deveres e concessão de direitos.”

A.2) SUB-CATEGORIA – CRISE / DESCRÉDITO DA ESCOLA PÚBLICA		
Página	Parágrafo	TEXTO
14	08	“Assim, torna-se vital que se conquistem mudanças, também, no processo de liberação das verbas orçamentárias. Os cortes que atualmente ocorrem e que têm atingido até 50% mês, inviabilizam ações de apoio e comprometem os resultados do trabalho educacional. Sabe-se que a crise financeira que o Estado atravessa é das piores. Sabe-se, no entanto, que com organização, racionalidade e trabalho sério é possível reverter o quadro.”
20	03	“Enquanto isso, a escola pública continua a desenvolver uma programação artificial, porquanto não tem sido capaz de realizar a leitura da realidade de

		sua clientela, que ao procurar a escola, muitas vezes, não encontra o respeito necessário ao seu nível de compreensão e necessidade. A criança não vem sendo sujeito dos programas educacionais e não acontece a comunicação inerente ao trabalho educativo, se dá a ruptura do processo ensino-aprendizagem, traduzida na evasão e na repetência nas séries iniciais.”
24	1 e 2	<p>“A escola pública cearense vem, gradativamente, perdendo a credibilidade junto à comunidade. Vários fatores concorrem para esta situação. Conforme afirmações expressas no Relatório “Ouvindo a Escola Pública”, este descrédito decorre do resultado do seu trabalho – um ensino de 1º grau de baixa qualidade e produtividade gerando um aluno com um mínimo de conhecimentos e informações, despreparado para vida, não possuindo senso crítico nem capacidade para buscar soluções. Sua aprendizagem se faz num nível teórico, dissociada da ação prática conseqüente.</p> <p>A escola pública que temos é ainda, segundo depoimentos do Relatório acima mencionado, desacreditada – porque não sintoniza com os anseios da população a que serve – dominadora, autoritária, atrelada e submissa às determinações políticas, incompetente e despreparada para as mudanças sociais e até, para o desenvolvimento de sua função específica que é a da produção do saber, além de vir se distanciando do elemento fundamental do seu trabalho que é o aluno.”</p>
33	2	“Há que ser concentrado todo esforço para que o aluno da escola pública realize uma aprendizagem satisfatória, dentro dos parâmetros estabelecidos para cada série escolar. Neste processo, merecerá atenção especial o programa de capacitação de pessoal que, além de voltar-se para um melhor preparo daqueles que fazem a escola quanto à execução de uma ação eficiente, buscará envolver a todos no compromisso de resgatar a credibilidade perdida.”
42	1	“... passado o período de matrícula do corrente exercício (1987), das 11.000 vagas oferecidas nas escolas de sua jurisdição somente cerca de 4.200 foram preenchidas, o que significa um total aproximado de 6.800 vagas ociosas, configurando a rejeição da comunidade à escola pública, também nesse grau de ensino. Aponta-se como principal causa dessa rejeição a demorada greve do magistério (média de 140 dias), realizadas em 1986.”
75	2	“Enfim, que COMUNIDADE, ESCOLA, DELEGACIAS REGIONAIS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, via processo de planejamento participativo, encontrem os caminhos que tornem a escola pública estadual do Ceará acreditada. Que façam dessa busca a razão maior do trabalho educacional.”

A.3) SUB-CATEGORIA – CONTINUIDADE / DESCONTINUIDADE ADMINISTRATIVAS

Página	Parágrafo	TEXTO
14	7	“Este total condicionamento limita o desenvolvimento dos programas estaduais que, na grande maioria, ficam atrelados aos programas nacionais e, conseqüentemente, sofrem com a descontinuidade que os caracteriza.”
25	4	“A predominância de salários aviltantes e o clientelismo político vigente geram uma grande rotatividade dos professores, implicando na descontinuidade do trabalho, na perda do investimento feito na capacitação desses profissionais, na grande maioria, leigos e, conseqüentemente, na precária qualidade do ensino.”

A.4) SUB-CATEGORIA – CLIENTELISMO POLÍTICO		
Página	Parágrafo	TEXTO
11	2	“A falta de uma política de pessoal e/ou a grande vulnerabilidade do setor ao clientelismo político têm sérios problemas como: ...”
12	6	“Toda essa análise realizada sobre recursos humanos remete à necessidade urgente de que se defina uma política de pessoal que coíba o clientelismo político e inclua uma linha de ação sistemática de capacitação, com ênfase na metodologia de treinamento em serviço.”
24	3	“Essa realidade é explicável uma vez que a escola pública é o reflexo de uma estrutura maior em que predominam as desigualdades sociais e o clientelismo político .”
25	4	“A predominância de salários aviltantes e o clientelismo político vigente geram uma grande rotatividade dos professores, implicando na descontinuidade do trabalho, na perda do investimento feito na capacitação desses profissionais, na grande maioria, leigos, e, conseqüentemente, na precária qualidade do ensino.”
57	9d	“Algumas causas responder pelo não atingimento daquele objetivo: • Clientelismo político determinando a indicação da maioria dos dinamizadores dos CERU’s.”

A.5) SUB-CATEGORIA – PLANEJAMENTO		
Página	Parágrafo	TEXTO
6	3	“Planejar, executar e acompanhar as ações educativas assumem, neste contexto, a dimensão do fazer conjuntamente.”
6	7 e 8	“A concretização desse plano, a partir dessa concepção exige uma inversão nas formas de sentir, pensar e agir. ... Significa passar de um sistema de planejamento diretivo, de domínio técnico, com maior ênfase no plano de aplicação de metas e recursos, para um sistema de planejamento participativo , que implica sobretudo em: relação com outro, crença no outro, vocação democrática profunda.”
75	2	“Enfim que COMUNIDADE, ESCOLA, DELEGACIAS REGIONAIS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, via processo de planejamento participativo , encontrem os caminhos que tornem a escola pública estadual do Ceará acreditada. Que façam dessa busca a razão maior do trabalho educacional.”
76	2	“Redimensionar as estratégias de funcionamento das instituições integrantes do sistema de ensino (SE, DERE _s , UE _s) no sentido de proporcionar a descentralização da ação administrativa e permitir um processo de planejamento participativo .”
76	5b	“Que o princípio da racionalização direcione efetivamente a reorganização estrutural do Sistema de Educação do Ceará, garantindo a otimização dos meios e a qualidade dos fins.” - Atualizando o planejamento da rede escolar no sistema adequar a localização da oferta educacional com a concentração de população

		escolarizável.”
77	6	“II – Que o funcionamento dos órgãos constitutivos do sistema de Ensino do Estado reflita a dimensão essencial do ato de educar, tendo como base uma ação administrativa descentralizada e um processo de planejamento participativo .”

CATEGORIA B - QUALIDADE X QUANTIDADE

B.1) SUB-CATEGORIA - QUALIDADE DO ENSINO		
Página	Parágrafo	TEXTO
6	9	“A concretização desse plano, a partir dessa concepção, exige uma inversão nas formas de sentir, pensar e agir. ... Significa considerar a criatividade, a inovação, a reflexão como elementos de eficiência do sistema, num processo em que o aspecto qualitativo sobrepõe-se ao quantitativo ”.
11	1	“O setor educação depende fundamentalmente da qualidade do trabalho humano – formam-se pessoas pelo agir de pessoas. Todavia, não precisam estudos apurados para que se constate a pouca seriedade com que se tem tratado a área de pessoal da Educação, tornando-a um dos grandes pontos de estrangulamento do setor.”
12	2	“Admissão de pessoal despreparado e sem compromisso com o trabalho. Este problema tem origem no ingresso de grande número de servidores sem submeter-se a concurso público e, também, na precária qualidade de ensino em todos os graus.”
24	1	“A escola pública cearense vem, gradativamente, perdendo a credibilidade junto à comunidade. Vários fatores concorrem para esta situação. Conforme afirmações no Relatório “Ouvindo a Escola Pública”, este descrédito decorre do resultado do seu trabalho – um ensino de 1º grau de baixa qualidade e produtividade gerando um aluno um aluno com um mínimo de conhecimentos e informações, despreparado para a vida, não possuindo senso crítico nem capacidade para buscar soluções. Sua aprendizagem se faz num nível teórico, dissociada da ação prática conseqüente.”
25	4	“A predominância de salários aviltantes e o clientelismo político vigente geram uma grande rotatividade dos professores, implicando na descontinuidade do trabalho, na perda do investimento feito na capacitação desses profissionais, na grande maioria, leigos e, conseqüentemente, na precária qualidade do ensino.”
25	5c	“Pesquisa realizada pela Universidade Federal do Ceará para avaliação dos resultados do EDURURAL, na qual se “tentava determinar quais insumos do ensino são os mais eficazes na educação e mais produtivos no tocante ao custo educacional”, levou à conclusões interessantes dentre as quais se destacam:

		- A qualidade do ensino apresenta uma correlação positiva e significativa com o número de anos exigidos para o aluno alcançar uma determinada série;”
--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

26	3 e 4	“Todas estas constatações, frente àquelas que configuram a precária qualidade do ensino e sua baixa produtividade apontam direções que determinam uma política de educação voltada prioritariamente para o Ensino de 1º Grau, notadamente, na Zona rural. Se no aspecto intrinsecamente qualitativo a situação descrita é difícil e preocupante, em termos quantitativos a realidade não é muito diferente.”
31	3	“Urge o desenvolvimento de uma ação que atinja a escola municipal, garantindo-lhe maior eficiência. A melhoria da qualidade do ensino público e o consequente resgate da credibilidade da escola oficial passa pela melhoria da qualidade do ensino municipal, principalmente, da escola rural, visto que, é na área municipal que se encontra maior taxa de atendimento do Ensino de 1º Grau.”
42	7	1. “Quanto à qualidade , mais precisamente, vive o 2º Grau as mesmas deficiências dos demais graus de ensino acrescentando-se-lhe, ainda, a crítica de que não conseguiu atingir o objetivo de profissionalizar o jovem, como exigia a Lei nº 5692/71, que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º Graus no país.”
49	2	“Constituem problemas que vêm prejudicando a qualidade de atendimento ao portador de deficiência: a falta de pesquisa da demanda e de equipe de triagem, acompanhamento e avaliação; desarticulação entre os órgãos que atendem pessoas deficientes; a não absorção do aluno pelo ensino regular; dificuldade de colocação do aprendiz no mercado de trabalho; recursos financeiros insuficientes; carência de cursos de especialização de professores.”
52	4	“Assegurar o padrão de qualidade do trabalho que realiza é objetivo que a Educação Especial, como qualquer outra ação educacional, não pode perder de vista. Todavia, ampliar gradativamente o acesso e garantir a permanência dessa clientela, são questões que adquirem importância vital no combate à marginalização do portador de deficiência.”
76	4	“Assumir a responsabilidade de concentrar esforços para proporcionar às populações, condições iguais de escolarização numa perspectiva de um ensino de boa qualidade .”
76	5	“3.2.1.2 – POLÍTICAS ESTRATÉGICAS Que o princípio da racionalização direcione efetivamente a reorganização estrutural do sistema de Educação do Ceará, garantindo a otimização dos meios e a qualidade dos fins .”
77	1	“Garantindo o ingresso de todos os servidores, mediante concurso, no sentido de assegurar a melhor qualidade dos recursos humanos , ajustando-as às reais necessidades do sistema.”

79	1	<p>“IV – Que o governo assegure a democratização da escola, não apenas em termos quantitativos, mas, sobretudo, qualitativos.</p> <p>. Carreando recursos financeiros e garantindo sua aplicação, de forma eficiente, na expansão e manutenção do ensino, prioritariamente, na Educação Básica.</p> <p>. Garantindo a socialização do saber sistematizado, não permitindo que o “localismo ou regionalismo estreitos” restrinja o acervo de conhecimentos que é direito de todos.”</p>
----	---	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

B.2) SUB-CATEGORIA – CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES / RECURSOS HUMANOS		
Página	Parágrafo	TEXTO
12	5	<p>“Embora a quantidade de professores leigos tenha grande expressividade apenas na zona rural, não se pode deixar de considerar o já comprovado despreparo daqueles que têm formação específica. O trabalho que vêm desenvolvendo esses profissionais, bem como, o nível de participação em treinamento revelam a precariedade de sua formação.”</p>
12	6	<p>“Toda essa análise realizada sobre recursos humanos remete á necessidade urgente de que se defina uma política de pessoal que coíba o clientelismo político e inclua uma linha de ação sistemática de capacitação, com ênfase na metodologia de treinamento em serviço.”</p>
25	4	<p>“A predominância de salários aviltantes e o clientelismo político vigente geram uma grande rotatividade dos professores, implicando na descontinuidade do trabalho, na perda do investimento feito na capacitação desses profissionais, na grande maioria, leigos e, conseqüentemente, na precária qualidade do ensino.”</p>
31	4	<p>“A luta pela eliminação ou diminuição das perdas escolares vem de muitos anos desafiando os educadores, sem que até hoje se tenha alcançado resultados significativos. Não se pode ignorar as diversas medidas que vêm sendo adotadas do ponto de vista pedagógico como: capacitação e qualificação de professores.”</p>
33	2	<p>“Há que ser concentrado todo esforço par que o aluno da escola pública realiza uma aprendizagem satisfatória, dentro dos parâmetros estabelecidos para cada série escolar. Neste processo, merecerá atenção especial o programa de capacitação de pessoal que, além de voltar-se para um melhor preparo daqueles que fazem a escola quanto à execução de uma ação eficiente, buscará envolver a todos compromisso de resgatar a credibilidade perdida.”</p>
57	2 a 4	<p>“A qualificação, com habilitação a nível de 2º grau – LOCOS II – conforme a mesma tabela, revela um atendimento a 7.465 professores, sendo que 1.600 já habilitados e 5.865 no processo. A representatividade desse atendimento, levando em conta apenas os 6.402 professores com 1º grau completo e 2º grau incompleto(quadro II) é de 97%. Deixam de ser incluídos nessa análise os 2.746 professores com 2º grau completo, 3º grau incompleto e 3º grau completo por não se ter a informação de quantos não têm habilitação para o magistério.</p> <p>Essa realidade mostra a necessidade de se ampliar as oportunidades de qualificação de professores leigos a nível de 1º grau, no sentido de contribuir de forma mais efetiva para a melhoria do rendimento educacional. A TVE deverá ter papel significativo também nessa área de</p>

		atendimento. Um esforço de capacitação vem sendo feito junto a outros profissionais, em forma de cursos, treinamentos ou seminários, no sentido de permitir, ora a preparação de monitoria nos Cursos de Qualificação, ora o melhor desempenho nas funções exercidas.”
58	1 e 3	“Quanto ao “Projeto de Pesca”, as ações educativas não têm possibilitado uma maior organização nem um gerenciamento autônomo da parte econômica do projeto – o entreposto de pescado. ... Algumas causas, dentre outras, podem ser apontadas: o projeto econômico antecipando-se e sobrepondo-se ao projeto educativo; a ausência de uma metodologia de trabalho capaz de gerar participação e autonomia dos grupos envolvidos; a carência de pessoal técnico qualificando nessa área de atuação e negligência da secretaria de Educação quando essa capacitação ; a ausência de um processo permanente de avaliação capaz de detectar as distorções.”
76	5 e 77 2	“Que o princípio da racionalização direcione efetivamente a reorganização estrutural do Sistema de Educação do Ceará, garantindo a otimização dos meios e a qualidade dos fins. ... Capacitando os recursos humanos da Secretaria de Educação, em todos os níveis, através de cursos, treinamentos reciclagens, para assegurar a eficiência do serviço público nessa área de atuação.

B.3) SUB-CATEGORIA – MAGISTÉRIO		
Página	Parágrafo	TEXTO
5	6 e 8	“O resgate do papel da educação exige portanto:... – que os professores, comprometidos, qualificados e valorizados, verdadeiros educadores, sejam capazes de transformar situações da realidade em situação de aprendizagem.”
11	1	“O setor Educação depende fundamentalmente da qualidade do trabalho humano – formam-se pessoas pelo agir de pessoas. Todavia, não precisam estudos apurados para que se constate a pouca seriedade com que se tem tratado a área de pessoal da Educação, tornando-a um dos grandes pontos de estrangulamento do setor.”
11	2-6 e 12 4	“A falta de uma política de pessoal e/ou a grande vulnerabilidade do setor ao clientelismo político tem gerado sérios problemas como: a) Excedente de pessoal, com o agravante de que há inúmeras escolas com carência de professores. ... b) Desestímulo dos que trabalham, ocasionando pelas vantagens concedidas, na maioria das vezes, aos que nada fazem. ... c) Invasão da área de Educação Especial por professores alheios a ela, atraídos unicamente pela gratificação a que faz jus o profissional especializado. ... d) Multiplicidade de regime jurídico na administração de pessoal. Há servidores estatutários, celetistas, contratados em regime especial e, até, remunerados por serviços prestados. e) Estatuto do Magistério assegurando direitos algumas vezes conflitantes com os interesses do aluno.”

24	4	"A forma como vinha ocorrendo o ingresso de professores na carreira do magistério, através do apadrinhamento político, ao invés de ingressarem por concurso público, levou á escola oficial um grande número de docentes despreparados e sem compromisso com a educação."
24	5 e 625 2	"Em relação educação municipal, ... Muitos fatores vêm concorrendo para que esse trabalho não apresente resultados tão significativos. Dentre outros, registram-se: ... - a inexistência de uma política de pessoal no sentido de assegurar a regulamentação da carreira do magistério, garantindo a esses profissionais do município direitos e salários justos."
29	3 e 8/30 1	"... - falta de decisão política quanto ao aproveitamento do telensino, ocasionando a desintegração Secretaria/TVE e minimizando sua expansão; ... Entendendo que as causas acima apontadas são solucionáveis e que o sistema utiliza uma metodologia de qualidade comprovada na formação do jovem, tornando-o crítico, questionar, desinibido, com mais facilidade de expressão, além de favorecer a solução para a carência de professor qualificado nas regiões mais distantes do Estado, é inadmissível que a teleducação não seja vista como uma alternativa viável e eficiente."

B.4) SUB-CATEGORIA – GREVE DE PROFESSORES

Página	Parágrafo	TEXTO
12	3	"Atraso de pagamento gerando constante paralisação da categoria em prejuízo do trabalho escolar."
24	4	"Outrossim, o aviltante salário que durante muito tempo constituiu remuneração desta categoria profissional (melhorado ultimamente na rede de ensino estadual, mas que permanece na rede de ensino municipal, a exceção de Fortaleza), contribuiu para a desmotivação dos professores no exercício de suas funções. Somam-se a tudo isso, as precárias condições de saúde, alimentação, habitação e trabalho da clientela da escola pública e, ainda, as deficientes condições materiais de grande parte do parque escolar, sobretudo na zona rural. Há que se acrescentar, nos últimos anos, os movimentos de paralisação da categoria por melhores salários , e pagamento em dia, que em muito contribuíram, não só para a evasão dos alunos mas, principalmente, para uma sistemática de ensino aligeirado, intensificando, cada vez mais, sua baixa qualidade."
29	2e	"Diante deste quadro constata-se a sub-utilização desse sistema, apontando-se entre as causas mais significativas as que se seguem: - sucessivas greves do magistério em virtude de problemas salariais."
42	1	"... "Passado o período de matrícula do corrente exercício (1987) das 11.000 vagas oferecidas nas escolas de sua jurisdição, somente cerca de 4.200 foram preenchidas, o que significa um total aproximado de 6.800 vagas ociosas, configurando a rejeição da comunidade à escola pública, também neste grau de ensino. Aponta-se como principal causa dessa rejeição a demorada greve do magistério (média de 140 dias) realizada em 1986."

B.5) SUB-CATEGORIA – FORMAÇÃO DE PROFESSORES (CURSOS)		
Página	Parágrafo	TEXTO
6	5	“Os cursos de formação de professores, que se constituem uma maioria, deverão funcionar em íntima relação com as ações da Secretaria de Educação, devendo-se contar além do mais com a cooperação entre cursos de licenciatura e o Normal Pedagógico.”
43	3	“Os curós normais, todavia, merecem uma análise um pouco diferente. Formam professores para o Ensino de 1º Grau e, como tal, oferecem terminalidade para um mercado de trabalho mais promissor. Observa-se, no entanto, que apesar do tratamento especial dispensado a esses cursos, através do projeto de Revitalização do Ensino Normal, os resultados têm se constituído inexpressivos. A professoranda normalista continua despreparada, sem o domínio de conhecimentos e habilidades indispensáveis ao desempenho eficiente de sua função.”

B.6) SUB-CATEGORIA – PROGRAMAS SUPLEMENTARES		
Página	Parágrafo	TEXTO
13	4 - 8	<p>“Nesse sentido, muito têm contribuído os programas da FAE – Fundação de Assistência ao Estudante:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa Nacional do Livro Didático, beneficiando o aluno com os principais livros de que necessita e a partir da escolha do professor. Vale ressaltar que essa escolha ainda não se faz a contento dadas as limitações de tempo, bibliografia disponível e preparo pessoal do docente para a devida seleção. Cumpre destacar, porém, que a coleção didática elaborada por técnicos da Secretaria de Educação – cartilha da “Ana e do Zé”, Livro de leitura da “Ana e do Zé” (para utilização na zona rural) e Cartilha “O Mundo de João e Maria” (para a zona urbana), já integram o cadastro de livros do programa desde o ano passado; - Programa de Módulos Escolares, constituindo-se basicamente cada módulo de cadernos, lápis, borracha e lápis de cor para distribuição entre alunos de séries iniciais do 1º grau da rede de ensino público; - Salas de leitura, beneficiando as escolas com livros, sobretudo de literatura infantil, dentro de um caráter complementar e fomentador do interesse do aluno pela leitura; - Merenda Escolar – sobejamente conhecido e apontado, atualmente, como o mais forte fator da ida a escola. No desenvolvimento deste programa a escola ainda enfrenta problemas com relação à aquisição do gás butano e do tempero complementar da refeição.”

B.7) SUB-CATEGORIA – ATENDIMENTO / DÉFICIT ESCOLAR.		
Página	Parágrafo	TEXTO
26	5 - 7	<p>“Confrontando dados relativos à matrícula do Ensino de 1º grau do Estado do Ceará, com dados referentes à população na faixa de 07 a 14 anos, constata-se:</p> <p>a) Para o ano de 1987, a população de 07 a 14 anos, projetada, atinge um total de 1.302.974 enquanto a matrícula referente a mesma faixa de idade, também projetada, perfaz um total de 950.506 estudantes</p>

		<p>ficando, portanto, 352.468 crianças e pré-adolescentes fora da escola o que consubstancia um déficit escolar da ordem de 27,1%. Segundo, ainda, a projeção realizada para os anos subsequentes – 1988, 1989 e 1990 – caso não sejam adotadas significativas medidas de combate a este problema, chegar-se-á em 1990 com um déficit de 24,5% ou 337.298 crianças e pré-adolescentes sem atendimento escolar.</p> <p>Analisando o déficit relativo a 1987, segundo as zonas urbanas e rural tem-se: na primeira, um total de 220.569 crianças e pré-adolescentes fora da escola, o que equivale a 30,0% e na segunda, 131.889 correspondendo a 23,3% (Tabela 02)."</p>
30	3 e 4	<p>"De toda essa realidade apresentada conclui-se que:</p> <p>a) Em relação à eliminação do déficit escolar pelo crescimento da rede física, será necessário um acréscimo de, aproximadamente 3.916 novas salas de aula, assim distribuídas: 2.451 na zona urbana e 1.465 na zona rural, considerando turmas constituídas de 30 alunos e casa sala funcionando nos três turnos. Na zona urbana isso significa a construção de cerca de 350 unidades escolares existentes, de 351 salas de aula correspondente à necessidade de se construir 650 novas escolas e ampliar as já existentes em 165 novas salas.</p> <p>Considerando que todo o parque escolar da Rede Estadual, 1983, era constituído por 1.334 escolas, sendo 912 na zona urbana e 422 na zona rural, e, ainda, que dentre essas escolas, 525 tinham apenas 01 sala de aula, Vê-se de pronto, a dificuldade de se solucionar o presente problema através de construções."</p>
31	1	<p>"Paralelamente à possibilidade de construção, outras alternativas terão que ser buscadas. É imprescindível um trabalho conjunto com as prefeituras Municipais e com toda a comunidade, no sentido de que sejam utilizados todos os espaços ociosos existentes: repartições públicas, igrejas, associações, clubes, etc."</p>

CATEGORIA C - DEMOCRACIA E DESCENTRALIZAÇÃO

C.1) SUB-CATEGORIA - CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO		
Página	Parágrafo	TEXTO
6	10 e 11	<p>"Significa mudar o relacionamento entre as pessoas passando de uma relação de exploração para uma relação de cooperação. Participação e descentralização são os dois pilares sustentadores dessa nova proposta."</p>
10	1 - 10	<p>"A verticalidade da estrutura atual mantém as decisões fechadas e exclusivas nas mãos do Secretário e de seu círculo imediato, isolando e excluindo os colegiados técnicos e a comunidade escolar e social. Esta prática está consagrada pelo Manual de Organização, seção 1, fl. 1, quando define o Sistema Diretivo e de Planejamento:</p> <p>"Constituído de alta direção, do Planejamento e da Coordenação da Pasta, concentra em si o poder decisório, competindo-lhe o estabelecimento de políticas e planos que devem traduzir a ação governamental, na área da educação".</p> <p>"A centralização da atual estrutura manifesta-se na concentração de decisões e de recursos na Sede da Secretaria, não dispondo as Delegacias Regionais de Educação – DEREs e as Unidades Escolares – UES do</p>

		<p>instrumental administrativo nem dos recursos financeiros para o gerenciamento eficientes das escolas e das regiões.</p> <p>Cumprir destacar, no entanto, que na prática vem se esboçando uma tentativa de diminuir a intensidade dessa ação centralizadora. Nos dois últimos anos iniciou-se uma sistemática de repasses financeiros às DEREs e, dessas às unidades escolares, cujos resultados tem sido altamente satisfatórios.</p> <p>Para superar os prejuízos a que os alunos sofrem, com as distorções do funcionamento da Secretaria de Educação, propõe-se uma reforma que proporcione uma estrutura com as seguintes características:</p> <ol style="list-style-type: none"> Organicidade – não poderá haver paralelismos superposição ou isolamento de órgãos; Funcionalidade – o bom funcionamento da escola e o ensino eficiente devem ser assegurados pela simplicidade dos órgãos de apoio e unicidade de ação; Descentralização – as decisões e os recursos financeiros deverão ser descentralizados para as Escolas e para as Delegacias Regionais, que deverão gradativamente tornar-se unidades orçamentárias, para que o gerenciamento do sistema não seja prejudicado; Horizontalidade – para que a proposta do Governo de Mudanças se realize, propõe-se uma estrutura colegiada e horizontal, onde a comunidade escolar e social sejam sujeito do sistema decisório. <p>Sem a democratização do processo decisório pela participação da comunidade envolvida, interna ou externa à Secretaria, não será possível êxito na luta pela melhoria do ensino e recuperação da credibilidade da escola pública.”</p>
24	6a e 25 1	<p>“Em relação à educação municipal... Muitos fatores vêm concorrendo para que este trabalho não apresente resultados tão significativos. Dentre outros registram-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a centralização dos recursos por parte da União, limitando a ação do município; - o atendimento padronizado dispensado aos municípios, fruto de uma cooperação técnica centralizada na Secretaria de Educação sem levar em conta as necessidades e peculiaridades locais;”
76	4	<p>“Assumir a responsabilidade de concentrar esforços para proporcionar à população, condições iguais de escolarização numa perspectiva de um ensino de boa qualidade.”</p>

C.2) SUB-CATEGORIA – PARTICIPAÇÃO		
Página	Parágrafo	TEXTO
3	1- 5	<p>“O presente plano representa um esforço de responder a todos aqueles que fazem a escola pública no Ceará.</p> <p>Ele é o resultado de um mutirão de idéias, de propostas, de críticas, de sugestões oriundas das mais variadas fontes e de quase todos os recantos do Ceará.</p> <ul style="list-style-type: none"> - da comunidade escolar através dos relatórios “Ouvindo a Escola Pública” e “Dia D – Debate Nacional da Educação”. - da comunidade em geral nos relatórios dos seminários “Mudando o Ceará. - das associações dos profissionais de educação, dos órgãos da

		Educação, de Instituições Religiosas, de outros colaboradores, através de documentos enviados, de depoimentos colhidos e da ajuda na elaboração de propostas e projetos.”
5	1	“Pensar democraticamente a Educação no Ceará, significa encarar uma realidade histórica que tem negado ao povo o direito de participação – político, econômica, social e cultural.”
5	4	“... queremos uma escola mais justa e aberta ao diálogo, participativa , com pessoal selecionado por concurso e bem remunerado, associado em classes, escola mais autônoma e democrática, que ponha em prática a filosofia humanista, livre de intervenção política, um lugar de ensino, apoio, segurança e felicidade e, não, um lugar de tantas perguntas sem resposta”. (Relatórios “Ouvindo a Escola Pública” e Dia D – Debate Nacional de Educação”).”
5	5	“Queremos romper com a ação desintegrada comunidade/escola, agravada pelo autoritarismo dos Diretores e a indiferença da comunidade, com a centralização excessiva de autoridade pela Secretaria de Educação em detrimento da autonomia das Delegacias Regionais e Unidades Escolares”.
6	6	“Mecanismos deverão existir, em todos os níveis, da escola à Secretaria de Educação, no sentido de garantir que as decisões, de forma participada , não se distanciem do conteúdo humano fundamental da educação – o aluno.”
6	8	“Significa passar de um sistema de planejamento diretivo, de domínio técnico, com maior ênfase no plano de aplicação de metas e recursos, para um sistema de planejamento participativo , que implica sobretudo em: relação com o outro, crença no outro, vocação democrática profunda.”
6	11	“ Participação e descentralização são dois os pilares sustentadores dessa nova proposta”.
10	5d e 6	“Para superar os prejuízos que os alunos sofrem, com as distorções do funcionamento da Secretaria de Educação, propõe-se uma reforma que proporcione uma estrutura com as seguintes características: ... d) horizontalidade – para que a proposta do Governo das Mudanças se realize, propõe-se uma estrutura colegiada e horizontal, onde a comunidade escolar e social sejam sujeito (sic) do sistema decisório”. Sem a democratização do processo decisório pela participação da comunidade envolvida, interna ou externa à secretaria, não será possível êxito na luta pela melhoria do ensino e recuperação da escola pública.
33	2	“Outra grande linha de ação, será o trabalho com a comunidade para que participe , de fato, dessa revisão dos rumos da escola pública cearense”.
58	2 e 4	“Quanto ao projeto de pesca... A associação está atrelada ao entreposto de pescado através de sua diretoria que por sua vez está, na prática, mais gerenciada pela Secretaria de Educação do que pela organização dos pescadores.” Algumas causas, dentre outras, pedem ser apontadas: o projeto econômico antecipando-se e sobrepondo-se ao projeto educativo; a

		ausência de uma metodologia de trabalho capaz de gerar participação e autonomia dos grupos envolvidos...”.
75	2	“Enfim, que COMUNIDADE, ESCOLA, DELEGACIAS REGIONAIS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, via processo de planejamento participativo , encontrem os caminhos que tornem a escola pública estadual do Ceará, acreditada. Que façam dessa busca a razão maior do trabalho educacional”.
76	2	“- Redimensionar as estratégias de funcionamento das instituições integrantes do Sistema de Ensino (SE, DERES, UEs) no sentido de proporcionar a descentralização da ação administrativa e permitir um processo de planejamento participativo.”
78	1a e 1b	“Favorecendo o processo participativo em todos os níveis, através da organização de colegiados, com a finalidade de planejar, acompanhar e avaliar a ação educativa: - na escola: constituído por especialistas, representantes de professores, alunos (por graus e modalidades de ensino e turno), demais funcionários, pais de alunos e representantes de outras entidades de classe. - na Secretaria de Educação, em três instâncias: 1ª) formada por um Conselho Consultivo, com reunião semestral, reunindo representantes da Secretaria de Educação, das associações ligadas à Educação do Ceará e as Sociedades Civil; 2ª) formado pelo Secretário, sub-Secretário, Coordenador do planejamento e Diretores de Departamentos da área Pedagógica, com reuniões... 3ª) formado pelo Secretário sub-Secretário, Coordenador do Planejamento, Diretor da Área de Administração e representante da Associação da Secretaria de Educação, com reuniões...”
78	5	“- Que a administração do Sistema Educacional respalde um projeto de educação em que a escola, aberta à participação afetiva da comunidade, possa construir sua proposta educativa.”

C.3) SUB-CATEGORIA – DEMOCRATIZAÇÃO		
Página	Parágrafo	TEXTO
5	1	- Pensar democraticamente a Educação no Ceará, significa encarar uma realidade histórica que tem negado ao povo o direito de participação: política, econômica, social e cultural”.
6	8	“Significa passar de um planejamento diretivo, de domínio técnico, com maior ênfase no plano de aplicação de metas e recursos, para um sistema de planejamento participativo, que implica sobretudo em: relação com o outro, crença no outro, vocação democrática profunda ”.
10	6	“Sem a democratização do processo decisório pela participação da comunidade envolvida, interna ou externa à secretaria, não será possível êxito na luta pela melhoria do ensino e recuperação da credibilidade da escola pública.”

79	1a 1b	<p>“Que o governo assegure a democratização da escola, não apenas em termos quantitativos, mas sobretudo, qualitativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Carreando recursos financeiros e garantindo sua aplicação de forma eficiente, na expansão e manutenção do ensino, prioritariamente na Educação Básica. ▪ Garantindo a socialização do saber sistematizado não permitindo que o “localismo ou o regionalismo estreitos” restrinja o acervo de conhecimentos que é direito de todos”.
----	-------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

C.4) SUB-CATEGORIA – COMUNIDADE

Página	Parágrafo	TEXTO
6	1	“- que a comunidade , ultrapassando os muros da escola e rompendo com o autoritarismo dos que dela se apoderaram (1) “reconheça, que a escola é feita e existe “para ela” de forma colegiada passa a participar da elaboração do seu projeto educacional”.
10	5d	d) Horizontalidade – para que a proposta do Governo de Mudança se realiza, propõe-se uma estrutura colegiada e horizontal, onde a comunidade escolar e social sejam sujeito do sistema decisório”.
13	2	“2.1.2.2. <u>RECURSOS MATERIAIS</u> Considerados na totalidade entende-se que, embora haja reclamações provenientes da comunidade educacional , no tocante à rede de ensino estadual a situação pode ser avaliada como satisfatória, oscilando entre razoável e boa.”
22	3	“Esta proposta responde aos anseios da população, que no relatório “Ouvido a Escola Pública” no item referente a “escola que temos” faz uma crítica aos métodos adotados no pré-escolar e em todas as oportunidades, reclama a falta da classe de alfabetização. Ao se criar mecanismos de participação da comunidade escolar ⁵ no processo educativo, tem-se o dever, não só de ouvi-la, mas sobretudo de levar em consideração suas proposições, criando condições para viabilizá-las”.
29	2b	“Diante deste quadro constata-se a sub utilização desse sistema, apontando –se entre as causas mais significativas as que se seguem:... - pouca motivação da comunidade para o seu uso, gerando resistência à teleeducação”.
31	1	“Paralelamente à possibilidade de construção, outras alternativas terão que ser buscadas. É imprescindível um trabalho conjunto com as Prefeituras Municipais e com toda a comunidade , no sentido de que sejam utilizados todos os espaços ociosos existentes: repartições públicas, igrejas, associações, clubes, etc”.
33	2	“Outra grande linha de ação será o trabalho com a comunidade para que participe de fato dessa revisão dos rumos da escola pública cearense”.
57	9a	“Outra grande linha de ação será o trabalho com a comunidade para que participe, de fato dessa revisão dos rumos da escola pública cearense”.
57	9a	“Algumas causas podem responder pelo não atingimento daquele objetivo: - construção do prédio CERU) desvinculado de um processo de participação da comunidade ”.

74	2	“1- Que a Secretaria de Educação assuma a responsabilidade maior de servir, acima de tudo, aos interesses e necessidades do sistema de ensino e, como tal, assegure que os profissionais prestem o trabalho respectivo – que os professores sejam pagos para ensinar, que os prédios escolares sejam construídos para abrigar o aluno em condições satisfatórias de aprendizagem; que a merenda escolar e outros serviços de apoio favoreçam ao desenvolvimento de um processo ensino-aprendizagem eficiente. Que nenhum interesse estranho à comunidade escolar distancie a Secretaria de Educação de sua essencial finalidade – o ENSINO. ”
75	1 e 2	“Que a comunidade reconheça a escola como um bem público a seu serviço, entendendo que é a grande financiadora do seu funcionamento e que, a partir dessa concepção, exija um bom ensino, fiscalize sua execução e controle seus resultados. Enfim, que COMUNIDADE, ESCOLA, DELEGACIAS REGIONAIS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, via processo de planejamento participativo , encontrem os caminhos que tornem a escola pública estadual do Ceará acreditada. Que façam dessa busca a razão maior do trabalho educacional”.
78	1a 1b	“- Favorecendo o processo participativo em todos os níveis, através da organização de colegiados, com a finalidade de planejar, acompanhar e avaliar a ação educativa: - na escola: constituída por especialistas, representantes de professores, alunos (por graus e modalidades de ensino e turno), demais funcionários, pais e alunos e representantes de outras entidades de classe. - na Secretaria de Educação, em três instâncias: 1ª) formada por um Conselho Consultivo, com reunião semestral, reunindo representantes da Secretaria de Educação, das associações ligadas à Educação do Ceará e as Sociedade Civil; 2ª) formado pelo Secretário, sub-Secretário, Coordenador do Planejamento e Diretores de Departamentos da área Pedagógica, com reuniões... 3ª) formado pelo Secretário sub-Secretário, Coordenador do Planejamento, Diretor da Área de Administração e representante da Associação da Secretaria de Educação, com reuniões... Cada integrante de colegiado nos vários níveis, deverá traduzir o pensamento do grupo que representa criando uma sistemática de realimentação permanente.”

C.5) SUB-CATEGORIA – RELAÇÃO EDUCAÇÃO - SOCIEDADE

Página	Parágrafo	TEXTO
31	6	“Todo esse empenho despendido não tem sido suficiente para superar o problema, o que demonstra que a Educação não constitui um elemento isolado dentro de um contexto social deteriorado por fatores econômicos e políticos.”
58	1	“- ausência de uma política social econômica realmente comprometida com o homem do campo.”

C.6) SUB-CATEGORIA – REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Página	Parágrafo	TEXTO
--------	-----------	-------

24	5	"Em relação à educação municipal vem se desenvolvendo sob a coordenação do PRORURAL , um trabalho de cooperação técnica e assistência financeira no sentido de permitir aos municípios, através dos seus Órgãos Municipais de Educação, as condições necessárias para gerenciar o ensino municipal".
27	2	"b) Analisando o atendimento escolar projetado para 1987 nas várias dependências administrativas e segundo as zonas urbanas e rural constata-se que a esfera municipal é a detentora de maior matrícula, com grande expressividade na zona rural."
31	3	"Urge o desenvolvimento de uma ação que atinja a escola municipal , garantindo-lhe maior eficiência. A melhoria da qualidade do ensino público e o conseqüente resgate da credibilidade da escola oficial passa pela melhoria da qualidade do ensino municipal, principalmente da escola rural, visto que, é na área municipal que se concentra maior taxa de atendimento do ensino de 1º grau".
74	4	"Que seja proporcionada à rede municipal de ensino , especialmente à zona rural, cooperação técnica e assistência financeira eficiente do estado para que, dentro do seu contexto, mantenha um padrão de qualidade compatível com aquele definido para a escola pública em geral. Que a escola rural, sem perder de vista a transmissão do saber sistematizado, seja um veículo da cultura local, organizando-se, enriquecendo-se e contribuindo para a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento de sua comunidade."

C.7) SUB-CATEGORIA – FUNÇÃO DAS DELEGACIAS REGIONAIS DE ENSINO (DEREs).		
Página	Parágrafo	TEXTO
6	3 e 4	"Planejar, executar e acompanhar as ações educativas, assumem nesse contexto a dimensão do fazer conjuntamente. O mesmo papel será atribuído às Delegacias Regionais de Educação."
10	3 e 4	"A centralização da atual estrutura manifesta-se na concentração das decisões e de recursos na Sede da Secretaria, não dispondo as Delegacias Regionais de Educação (DEREs) e as Unidades Escolares (UEs) do instrumental administrativo nem dos recursos financeiros para o gerenciamento eficiente das escolas e das regiões. Cumpre destacar, no entanto, que na prática vem se esboçando uma tentativa de diminuir a intensidade dessa ação centralizada. Nos dois últimos anos iniciou-se uma sistemática de repasses financeiros às DEREs e, dessa às unidades escolares, cujos resultados têm sido altamente satisfatórios".
77	6a e 6c	"Que o funcionamento dos órgãos constituídos do sistema de Ensino do Estado reflita a dimensão essencial do ato de educar, tendo como base uma ação administrativa descentralizada e um processo de planejamento participativo. Reestruturando a Secretaria de Educação e as Delegacias Regionais no sentido de imprimir-lhes organicidade e funcionalidade. Redefinindo as funções dos níveis central e intermediário – SE E DEREs – para compatibilizá-las com retomada, pela escola, de seu papel essencial de pensar e dirigir sua ação educacional de forma colegiada."

78	5a e 5c	<p>"Que a administração do Sistema Educacional respalde um projeto de educação em que a escola, aberta à participação efetiva da comunidade, possa construir sua proposta educativa.</p> <p>Elaborando o plano de trabalho a partir do planejamento das unidades escolares, elaborado de forma colegiada e consolidado através dos órgãos Municipais e Delegacias Regionais de Educação.</p> <p>Prestando, através das Delegacias Regionais de Educação, assessoria técnico-administrativo-pedagógica às unidades escolares e Órgãos Municipais de Educação para que, assumam, com competência, o papel de eixo-gerador da proposta educacional."</p>
----	---------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

C.8) SUB-CATEGORIA – FUNÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (SEDUC).

Página	Parágrafo	TEXTO
6	2	<p>"Para tanto, a Secretaria de Educação deverá assumir sua função de órgão coordenador do Sistema Educacional do Estado, devendo cumprir as atribuições básicas de articular as ações educacionais, prestar assessoria técnico-administrativo-pedagógica e gerenciar os recursos necessários ao funcionamento desse Sistema."</p>
9	5 - 7	<p>"Atualmente, a Secretaria de Educação convive com duas estruturas, uma oficial e outra oficiosa, que se sobrepuseram empiricamente, ao sabor das circunstâncias.</p> <p>Esta estrutura, pela sua disfuncionalidade, inorganicidade, verticalidade e centralização, emperra a agilidade das ações fins e preserva características autocráticas e centralizadoras.</p> <p>Ao final de 1986, a Secretaria de Educação elaborou uma proposta de reforma institucional que não parece satisfatória. Não resolve os problemas da velha estrutura e mantém uma concepção administrativa que não faz avançar na direção da racionalidade esperada".</p>
10	1 e 2	<p>"A verticalidade da estrutura atual mantém as decisões fechadas e exclusivas nas mãos do Secretário e de seu círculo imediato, isolando e excluindo os colegiados técnicos e a comunidade escolar e social. Esta prática está consagrada pelo Manual de Organização, Seção 1, fl. 01, quando define o Sistema Direto e de Planejamento:</p> <p>"Constituído da alta direção, do planejamento e da coordenação da Pasta, concentra em si o poder decisório.</p> <p>A centralização da atual estrutura manifesta-se na concentração das decisões e de recursos na sede da Secretaria, não dispendo as Delegacias Regionais de Educação – DEREs e as Unidades Escolares – UEs do instrumental administrativo nem dos recursos financeiros para o gerenciamento eficiente das escolas e das regiões".</p>
10	5	<p>"Para superar os prejuízos que os alunos sofrem, com as distorções do funcionamento da Secretaria de Educação, propõe-se uma reforma que proporcione uma estrutura com as seguintes características.</p> <p>a) organicidade ...;</p> <p>b) funcionalidade ...;</p> <p>c) descentralização ...;</p> <p>d) horizontalidade"</p>
74	1 e 2	<p>"A elaboração de um projeto de educação para o Estado do Ceará que implique em reais MUDANÇAS deve garantir:</p> <p>Que a Secretaria de Educação assuma sua responsabilidade maior de servir, acima de tudo, aos interesses e necessidades do Sistema de ensino e, como tal, assegure que os profissionais prestem o trabalho respectivo – que os professores sejam pagos para ensinar, que os prédios escolares sejam constituídos para abrigar o aluno em condições satisfatórias de</p>

		aprendizagem; que a merenda escolar e outros serviços de apoio favoreçam ao desenvolvimento de um processo ensino-aprendizagem eficiente. Que nenhum interesse estranho à comunidade escolar distancie a Secretaria de Educação de sua essencial finalidade – o <u>ENSINO</u> ”.
75	2	“Enfim, que COMUNIDADE, ESCOLA, DELEGACIAS REGIONAIS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, via processo de planejamento participativo, encontrem os caminhos que tornem a escola pública estadual do Ceará acreditada. Que façam dessa busca a razão maior do trabalho educacional.”
77	5b e 5d	“Que o funcionamento dos órgãos constitutivos do Sistema de Ensino do estado reflita a dimensão essencial do ato de educar, tendo como base uma ação administrativa descentralizada e um processo de planejamento participativo. Desenvolvendo, com os recursos humanos envolvidos em todos os níveis – SE, DEREs, UEs – um processo de revisão de procedimentos que garanta a participação de todos na construção de novo projeto de educação. Desburocratizando o processo administrativos para assegurar a agilidade necessária ao funcionamento eficiente do Sistema de Ensino, o que garantirá que o fluxo SE/EU se complete efetivamente sem sofrer perdas pelos caminhos.”

**ANEXO 3 – PLANO SETORIAL DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ (1987 – 1990) -
PARÁGRAFOS TRANSCRITOS POR CATEGORIAS E SUB-CATEGORIAS**

CATEGORIA A - MODERNIZAÇÃO: DIAGNÓSTICO E ALTERNATIVAS

A.1) SUB-CATEGORIA - MODERNIZAÇÃO, EFICIÊNCIA E RACIONALIDADE		
Página	Parágrafo	TEXTO
63b	4	“Os recursos técnicos audiovisuais e de informática e as modernas técnicas pedagógicas deverão ser amplamente utilizadas pelo sistema educacional, integrando as Universidades neste processo.”
65b 66a	15 1	“PROGRAMA DE APOIO AO PLANEJAMENTO À ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA. O programa será viabilizado através dos seguintes projetos: Modernização e Descentralização Administrativa; Valorização de Recursos Humanos da Educação; e Planejamento da Rede Escolar.”

A.2) SUB-CATEGORIA – CRISE / DESCRÉDITO DA ESCOLA PÚBLICA		
Página	Parágrafo	TEXTO
60a	6	“A educação é prioridade absoluta. É instrumento de enriquecimento da pessoa humana, de libertação da pobreza e do atraso social e cultural. É condição para a viabilização de uma sociedade progressista e justa. Entretanto, o Sistema Educacional do Estado não tem desenvolvido satisfatoriamente sua função. Como consequência, a escola pública perde credibilidade junto à comunidade.”
61b	2	“A população específica desse nível de ensino – 15 a 19 anos, estimada para 1986, era de 768,5 mil jovens e a matrícula, nesta faixa etária, foi de apenas 55,1 mil estudantes, o que demonstra um déficit real de 93%. Contudo, as escolas estaduais, de ensino de 2º grau têm funcionado com capacidade ociosa. Tal fato reflete a elevada perda escolar do 1º grau, de cerca de 94%, à acentuada rejeição da comunidade à escola pública.”

A.3) SUB-CATEGORIA – CONTINUIDADE / DESCONTINUIDADE ADMINISTRATIVAS		
		O documento não se manifesta sobre esse tema.

A.4) SUB-CATEGORIA – CLIENTELISMO POLÍTICO		
Página	Parágrafo	TEXTO

60a	7	“Questões como falta de uma política pessoal, ingerência excessiva do clientelismo político, decisões centralizadas e ação verticalizada geraram vários problemas. Estes problemas, pela dimensão que alcançam a nível de cada grau e modalidade de ensino e nos contextos urbano e rural, merecem análise detalhada de acordo com cada uma das situações.”
-----	---	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

A.5) SUB-CATEGORIA – PLANEJAMENTO

Página	Parágrafo	TEXTO
66b	14	“- Expandir e/ou fortalecer a criação de Conselhos Técnico-Administrativos, Conselhos de Comunidade e Grêmios, no sentido de implantar o processo participativo nas escolas da rede oficial, desde o planejamento até a avaliação das ações, integrando os recursos humanos da escola e da comunidade.”
66a	1	“PROGRAMA DE APOIO AO PLANEJAMENTO E À ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA. O programa será viabilizado através dos seguintes projetos: Modernização e Descentralização Administrativa; Valorização de Recursos Humanos da Educação; e Planejamento da Rede Escolar.”

CATEGORIA B - QUALIDADE X QUANTIDADE

B.1) SUB-CATEGORIA - QUALIDADE DO ENSINO

Página	Parágrafo	TEXTO
61a	2	“O baixo índice de qualificação de pessoal docente no 1º grau afeta sobremaneira a qualidade do ensino e a produtividade desejadas. No meio urbano, somente 21% dos professores possuem formação pedagógica ou outra formação de 3º grau, 49% têm formação de magistério ou de 2º grau, e 7% possuem o 1º grau incompleto. No quadro rural a carência de recursos humanos qualificados é crítica. O pessoal docente com formação de magistério atinge somente 6%, havendo 83,6%, com 1º grau incompleto.”
61a	4	“Ressalta-se que a maioria das escolas isoladas não está estruturada para sua finalidade, funcionando precariamente na casa da professora, com classes multisseriadas e pouca assistência administrativa e pedagógica, constituindo forte entrave à qualidade do ensino rural.”
61b	3	“Quanto à qualidade , o 2º grau tem as mesmas deficiências dos demais graus de ensino, acrescentando-se-lhe, ainda, a crítica de que não consegue o objetivo de profissionalizar o jovem de modo que esse disponha de conhecimentos suficientes para o ingresso no mercado de trabalho e/ou na universidade.”
63a	7	“Dentre as estratégias voltadas para os aspectos administrativos e pedagógicos, com efeitos sobre a eficiência e qualidade do ensino, ressalta-se o desenvolvimento de ações assistenciais ao aluno, em termos de alimentação (merenda escolar), material didático e escolar, concessão de bolsas de estudo e compra de vagas ociosas, serviços de saúde (serviço médico-odontológico, tratamento psicoterápico, prevenção contra drogas, etc.).”

63b	3 e 5	<p>“Em termos institucionais, o Sistema Educacional deverá ser reestruturado no sentido de imprimir-lhes organicidade e funcionalidade, de modo que as Unidades Escolares, os órgãos Municipais de Educação, as Delegacias Regionais de Ensino e a Secretaria de Educação desempenhem eficientemente suas funções, garantindo a otimização dos meios e a qualidade dos fins, numa ação articulada com as demais esferas de governo, recuperando assim a credibilidade do ensino público junto à população.</p> <p>O governo deverá assegurar a democratização da escola pública, não apenas em termos quantitativos, mas sobretudo qualitativos, repassando para o sistema estadual de ensino recursos financeiros necessários ao seu bom desempenho.”</p>
64a	1	<p>“O Governo de mudanças tem, por objetivo principal, a democratização do ensino, garantindo a toda a população em idade escolar acesso à educação sistematizada, de boa qualidade, bem como a permanência do aluno na escola pública.”</p>

B.2) SUB-CATEGORIA - CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES / RECURSOS HUMANOS

Página	Parágrafo	TEXTO
63b	7	<p>“O Governo de Mudanças instituirá e executará uma política de capacitação intensiva de Recursos Humanos que possibilite padrões mais eficientes de desempenho pedagógico, técnico e administrativo em todos os níveis do sistema educacional.”</p>
64b	9	<p>“SUB PROGRAMA 1 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR. - Atualizar e aperfeiçoar recursos humanos, atingindo 2.300 participantes para implantação de classes de alfabetização;”</p>
65a	6	<p>“SUB PROGRAMA 2 – ESCOLA PARA TODOS (1º GRAU). - Atualizar e aperfeiçoar Recursos Humanos, num total de 69.000 participantes;”</p>
65a	17	<p>“SUB PROGRAMA 3 – DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE 2º GRAU. - Atualizar e aperfeiçoar professores, pessoal técnico e administrativo num total de 6.560 participantes;”</p>
65a	23	<p>“SUB PROGRAMA 4 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. - Atualizar e aperfeiçoar recursos humanos num total de 2.740 participantes;”</p>
65b	6	<p>“SUB PROGRAMA 5 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS. - Capacitar 69.094 professores leigos a nível de 1º e 2º graus;”</p>

B.3) SUB-CATEGORIA - MAGISTÉRIO

Página	Parágrafo	TEXTO
--------	-----------	-------

61a	2	<p>“A Deficiente qualidade do docente.</p> <p>O baixo índice de qualificação de pessoal docente no 1º grau afeta sobremaneira a qualidade do ensino e a produtividade desejadas. No meio urbano, somente 21% dos professores possuem formação pedagógica ou outra formação de 3º grau, 49% têm formação de magistério ou de 2º grau, e 7% possuem o 1º grau incompleto. No quadro rural, a carência de recursos humanos qualificados é crítica. O pessoal docente com formação de magistério atinge somente 6,0%, havendo 83,6% com 1º grau incompleto.”</p>
61a	3	<p>“- Agravantes no Meio Rural</p> <p>Além da baixa qualificação dos professores, os problemas educacionais acetuam-se no meio rural em função da evasão temporária do aluno, ao incorporar-se à força de trabalho; da precária estrutura, organização e funcionamento dos sistemas atuais de ensino e pela remuneração irrisória dos professores (em 1986, 57% dos professores da rede municipal percebiam até Cz\$ 100,00 por mês).”</p>
63b	7	<p>“O Governo das Mudanças instituirá e executará uma política de capacitação de recursos humanos que possibilite padrões mais eficientes de desempenho pedagógico, técnico e administrativo em todos os níveis do sistema educacional.”</p>
63b	8	<p>“Deverá ser criado um plano de cargos e salários para todos os servidores do Sistema Educacional. Essas medidas valorizam os recursos humanos da área, proporcionando-lhes melhor desempenho pedagógico, técnico e administrativo. Somente serão admitidos professores e pessoal administrativo mediante concurso público. Buscar-se-á, ainda, adequação e otimização da rede física e do material didático e permanente à nova proposta educacional de ampliação da oferta de vagas em todos os níveis e modalidades de ensino e aprimoramento do trabalho educacional.”</p>

B.4) SUB-CATEGORIA – GREVE DOS PROFESSORES

Página	Parágrafo	TEXTO
		O documento não se manifesta sobre o tema.

B.5) SUB-CATEGORIA – FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Página	Parágrafo	TEXTO
61a	2	<p>“O baixo índice de qualificação de pessoal docente no 1º grau afeta sobremaneira a qualidade do ensino e a produtividade desejadas. No meio urbano, somente 21% dos professores possuem formação pedagógica ou outra formação de 3º grau, 49% têm formação de magistério ou de 2º grau, e 7% possuem o 1º grau incompleto. No quadro rural, a carência de recursos humanos qualificados é crítica. O pessoal docente com formação de magistério atinge somente 6,0%, havendo 83,6%, com o 1º grau incompleto.”</p>
61b	5	<p>“O atendimento escolar no 2º grau está distribuído em várias habilitações com destaque para a habilitação do magistério que detém 41,66% da matrícula total. Contudo, a professoranda normalista, na sua maioria, continua despreparada, sem o domínio de conhecimento e habilidade indispensáveis ao desempenho eficiente de sua função.”</p>

B.6) SUB-CATEGORIA - SUPLEMENTARES		
Página	Parágrafo	TEXTO
63a	7	<p>“ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO.</p> <p>Dentre as estratégias voltadas para os aspectos administrativos e pedagógicos, com efeitos sobre eficiência e qualidade do ensino, ressalta-se o desenvolvimento de ações assistenciais ao aluno, em termos de alimentação (merenda escolar), material didático e escolar, concessão de bolsas de estudo e compra de vagas ociosas, serviços de saúde (serviço médico-odontológico) tratamento psicoterápico, prevenção contra drogas, etc.)”</p>

B.7) SUB-CATEGORIA – ATENDIMENTO / DÉFICIT ESCOLAR.		
Página	Parágrafo	TEXTO
60a	9	<p>“Segundo dados estimados da Secretaria de Educação, em 1986, atendeu-se somente a 17,14% das crianças com faixa de 1 a 6 anos, representando um déficit de cerca de 83%. No caso apenas das crianças com 6 anos, o déficit foi de 61%.”</p>
60b	3	<p>“- O Acentuando Déficit Escolar</p> <p>O ensino do 1º grau referente à faixa etária obrigatória, de 7 a 14 anos, apresenta um déficit de aproximadamente 41%.”</p>
61b	2	<p>“- O Alarmante Déficit Escolar (2º grau)</p> <p>A população específica desse nível de ensino 15 a 19 anos, estimada para 1986, era de 768,5 mil jovens e a matrícula, nesta faixa etária, foi de apenas 55,1 mil estudantes, o que demonstra um déficit real de 93%.”</p>

CATEGORIA C - DEMOCRACIA E DESCENTRALIZAÇÃO

C.1) SUB-CATEGORIA - CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO		
Página	Parágrafo	TEXTO
60a	7	<p>“Questões como falta de uma política de pessoal, ingerência excessiva do clientelismo político, decisões centralizadas e ação verticalizada geraram vários problemas. Estes problemas, pela dimensão que alcançam a nível de cada grau e modalidade de ensino e nos contextos urbano e rural, merecem análise detalhada de acordo com cada uma das situações.”</p>
63b	5	<p>“Dever-se-á dar ênfase à descentralização da administração dos recursos financeiros.”</p>

66a	1 e 2	<p>"PROGRAMA DE APOIO AO PLANEJAMENTO E À ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA.</p> <p>O programa será viabilizado através dos seguintes projetos: Modernização e Descentralização Administrativa; valorização de Recursos Humanos da Educação; e Planejamento da Rede Escolar.</p> <p>Pretende-se com este Programa alcançar a seguinte meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Democratizar a administração educacional, descentralização as ações para as DERE'S e respectivas escolas e fortalecendo o sistema de informática da Secretaria de Educação."
-----	-------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

C.2) SUB-CATEGORIA – PARTICIPAÇÃO

Página	Parágrafo	TEXTO
63b	2	<p>"5.2.2 POLÍTICA EDUCACIONAL</p> <p>A política de educação do governo tem como premissa maior a oferta de Educação Básica a toda comunidade escolarizável, formando-a para o trabalho, para a participação comunitária e para o exercício da cidadania."</p>
65b	15	<p>"PROGRAMA DE APOIO AO PLANEJAMENTO E À ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA.</p> <p>Objetiva determinar padrões mais eficientes de desempenho administrativo e de planejamento participativo em todos os níveis."</p>
66b	14	<p>"PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE</p> <p>- Expandir e/ou fortalecer a criação de Conselhos Técnico-Administrativos, Conselhos de Comunidade e Grêmios, no sentido de implantar o processo participativo nas escolas da rede oficial, desde o planejamento até a avaliação das ações, integrando os recursos humanos da escola e da comunidade."</p>

C.3) SUB-CATEGORIA – DEMOCRATIZAÇÃO

Página	Parágrafo	TEXTO
63b	5	<p>"O Governo deverá assegurar a democratização da escola pública, não apenas em termos quantitativos, mas sobretudo qualitativos, repassando para o sistema estadual de ensino recursos financeiros necessários ao seu bom desempenho. Dever-se-á dar ênfase à descentralização da administração dos recursos financeiros."</p>
64a	1	<p>"5.2.3 – OBJETIVOS</p> <p>Geral</p> <p>O Governo de Mudanças tem, por objetivo principal, a democratização do ensino, garantindo a toda a população em idade escolar acesso à educação sistematizada, de boa qualidade, bem como a permanência do aluno na escola pública."</p>

C.4) SUB-CATEGORIA – COMUNIDADE		
Página	Parágrafo	TEXTO
60a	6	"A educação é prioridade absoluta. É instrumento de enriquecimento da pessoa humana, de libertação da pobreza e do atraso social e cultural. É condição para a viabilização de uma sociedade progressista e justa. Entretanto, o Sistema Educacional do Estado não tem desenvolvido satisfatoriamente sua função. Como consequência, a escola pública perde credibilidade junto à comunidade."
61b	2	"Na rede de ensino 2º grau sob a jurisdição da 1ª Delegacia Regional, em 1987, das 10.675 vagas oferecidas, apenas 5.202 foram preenchidas. Tal fato reflete a elevada perda escolar do 1º grau, de cerca de 94%, aliada à acentuada rejeição da comunidade à escola pública."
63b	6	" A Comunidade deverá conceder a escola como bem público a seu serviço, exigir um bom ensino, fiscalizar sua execução e controlar seus resultados. O Estado deve, por sua vez, assegurar apoio técnico, pedagógico e financeiro às Escolas de Comunidade."

C.5) SUB-CATEGORIA – RELAÇÃO EDUCAÇÃO - SOCIEDADE		
Página	Parágrafo	TEXTO
60a	6	"A educação é prioridade absoluta. É instrumento de enriquecimento da pessoa humana, de libertação da pobreza e do atraso social e cultural. É condição para a viabilização de uma sociedade progressista e justa."

C.6) SUB-CATEGORIA – REDE MUNICIPAL DE ENSINO		
Página	Parágrafo	TEXTO
65a	8, 9 e 10	"SUB PROGRAMA 2 – ESCOLA PARA TODOS (1º GRAU) - Apoiar a regionalização da merenda escolar em 56 municípios e a fabricação da mobília escolar pelo pequeno produtor do interior; - Fortalecer o ensino municipal ; - Prestar cooperação técnica e financeira à rede municipal de ensino dos 151 municípios do Estado,"
60a 60b	10 1	"A rede municipal de ensino prepondera sobre as demais esferas de competência, mas não dispõe de condições financeiras, humanas e materiais necessárias para agir, mas agressivamente, sobre o ensino pré-escolar."
60b	3	"No cômputo total, a matrícula do 1º grau, em 1986, foi de 1,3 milhão de estudantes, dos quais 54% estavam na zona urbana. A oferta nesta zona é realizada, em maior proporção, pela rede estadual de ensino, com 50% das matrículas, enquanto na zona rural é praticamente ofertada pela esfera municipal , com 95%."

C.7) SUB-CATEGORIA – FUNÇÃO DAS DELEGACIAS REGIONAIS DE ENSINO (DERE_S).

Página	Parágrafo	TEXTO
65b	15	"PROGRAMA DE APOIO AO PLANEJAMENTO E À ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA. Pretende-se com este Programa alcançar a seguinte meta:
66a	2	- Democratizar a administração educacional, descentralizando as ações para as 14 DERE'S e respectivas escolas e fortalecendo o sistema de informática da Secretaria de Educação."

C.8) SUB-CATEGORIA – FUNÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (SEDUC).

Página	Parágrafo	TEXTO
60b	4 e 6	"A Secretaria de Educação tem celebrado convênios com estabelecimentos privados de ensino para a compra de vagas ociosas ou pelo sistema de contrapartida de pessoal. Essas medidas, no entanto, ao longo dos últimos anos, vêm passando a beneficiar escolas e alunos nem sempre os mais necessitados. Outra alternativa usada para a expansão da oferta educacional é a interiorização do ensino do 1º grau pelo sistema de tele-ensino. Entretanto, a atuação da TVE tem sido pouco ambiciosa, provavelmente por falta de decisão política nesse sentido, ocasionando a desarticulação da Secretaria de Educação com a TVE, minimizando a sua expansão."
63b	3	"Em termos institucionais, o Sistema Educacional deverá ser reestruturado no sentido de imprimir-lhes organicidade e funcionalidade, de modo que as Unidades Escolares, os órgãos Municipais de Educação, as Delegacias Regionais de Ensino e a Secretaria de Educação desempenhem eficientemente suas funções, garantindo a otimização dos meios e a qualidade dos fins..."
65b	15	"PROGRAMA DE APOIO AO PLANEJAMENTO À ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA. Pretende-se com este Programa alcançar a seguinte meta:
66a	12	- Democratizar a administração educacional, descentralizando as ações para as 14 DERE'S e respectivas escolas e fortalecendo o sistema de informática da Secretaria de Educação."

**ANEXO 4 – RELATÓRIO QUADRIENAL (1987 – 1990)
PARÁGRAFOS TRANSCRITOS POR CATEGORIAS E SUB-CATEGORIAS**

CATEGORIA A - MODERNIZAÇÃO: DIAGNÓSTICO E ALTERNATIVAS

A.1) SUB-CATEGORIA - MODERNIZAÇÃO, EFICIÊNCIA E RACIONALIDADE		
Página	Parágrafo	TEXTO
30	1 - 3	<p>“5. APOIO AO PLANEJAMENTO E À ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA. A modernização administrativa levada a termo pela SEDUC constituiu-se numa verdadeira revolução operacional que permitiu a democratização administrativa, englobando as 14 Delegacias Regionais de Ensino e suas respectivas escolas. Diante da desorganização administrativa que caracterizava o sistema estadual de educação, a SEDUC iniciou, em 1989, amplo processo de reforma administrativa, redefinindo estrutura e funções de órgãos e fortalecendo o sistema de comunicação e controle das informações educacionais. O controle de processos está totalmente informatizado, facilitando o trâmite interno de papéis e o atendimento rápido e preciso do usuário”.</p>
40	1	<p>“A construção de uma sociedade moderna e democrática passa, necessariamente, pela preparação dos seus jovens para o trabalho e para a prática da cidadania, tarefa unicamente possível pelo fortalecimento e universalização da educação básica. Essa é a verdadeira revolução educacional clamada pelo Nordeste brasileiro, sem a qual continuaremos trilhando os caminhos subdesenvolvimento”.</p>
40	4	<p>“Por seu turno, a modernização administrativa levada a termo garantiu maior eficiência nos serviços prestados, permitindo melhor atendimento aos usuários e maior liberação de recursos para a atividade de ensino”.</p>

A.2) SUB-CATEGORIA – CRISE / DESCRÉDITO DA ESCOLA PÚBLICA		
Página	Parágrafo	TEXTO
1	4	<p>“Os desdobramentos desse processo, já percebidos pelo chamado público interno – composto de educadores, pessoal administrativo, alunos e pais de alunos – ainda não foram assimilados pelos “formadores de opinião”, que continuam a ter da escola oficial uma idéia bastante negativa. Creio, porém, que, a continuar o atual empenho do governo estadual em favor da escola pública, será possível assistir, em prazo razoável, à reconciliação da sociedade com o lugar institucional de formação da grande maioria de seus filhos”.</p>
15	2	<p>“Para a consecução desse desafio, a Secretaria de Educação, ao longo desse quadriênio, vem a todo custo, tentando minimizar as deficiências do ensino de 2º grau, em relação ao déficit e às perdas escolares, e, notadamente, no que diz respeito à acentuada rejeição da comunidade à escola pública, ocasionando a existência de salas de aulas e escolas com elevada capacidade ociosa”.</p>

31	1	<p>5.1 Sistema de Informática</p> <p>A informática desponta, no sistema estadual de educação, como um dos mecanismos centrais da modernização administrativa. Os setores mais complexos e de maior abrangência foram imediatamente trabalhados para que, em 1990, estivesse em funcionamento pleno os seguintes sistemas: controle de processos, administração de material, informações estatísticas educacionais, ficha básica de informações estatísticas, controle de obras, digitação da folha de pagamento, controle de diárias e pagamento de complementações salariais”.</p>
5	1	<p>“No que se refere ao ensino público, toda uma série de iniciativas desenvolvidas na rede escolar, nos municípios, nas Delegacias Regionais e na própria Secretaria de Educação prenunciam um movimento interno de recuperação da escola”.</p>

A.3) SUB-CATEGORIA – CONTINUIDADE / DESCONTINUIDADE ADMINISTRATIVAS

Página	Parágrafo	TEXTO
1	2	<p>“A foram sintética de apresentação permite expor os resultados atingidos, os desafios que perduram e as perspectivas que afloram para o próximo quadriênio”.</p>
41 42	3 – 5 e 1 – 3	<p>“Em que pesem todas essas questões, muito foi feito para mudar a cara da educação no Ceará. Todo o conjunto de ações desenvolvidas pela SEDUC aqui registrado, indica os caminhos que poderão percorrer os futuros administradores da educação no estado. Para continuidade dessa caminhada parece claro que não podem sofrer solução de continuidade as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Concluir a implantação do projeto de reforma administrativa da SEDUC, ... b) Desenvolver o programa de integração Municípios, Estado e União, ... c) Investir mais substancialmente na capacitação de Recursos Humanos para o magistério, ... d) Melhorar o sistema de informações educacionais, articulado com o MEC e os municípios, de modo a melhor subsidiar o planejamento educacional; e) Desenvolver mecanismos de envolvimento da comunidade com a escola, meio de garantir melhor rendimento do sistema e maior comprometimento dos cidadãos para com o bem público por excelência, a educação”.

A.4) SUB-CATEGORIA – CLIENTELISMO POLÍTICO

Página	Parágrafo	TEXTO
--------	-----------	-------

3	2	"Entre 1987 e 1990 o Governo de Mudanças apenas iniciou esse processo, erradicando o descaso e as práticas clientelistas instaladas no interior do sistema educacional".
4	1	"A falta de racionalidade na criação de novas escolas, sobretudo em municípios em que ainda predominam formas de clientelismo na aplicação de recursos públicos, torna difícil instalar unidades escolares onde são mais necessárias".
40	3	"Foi com essa consciência que a Secretaria de Educação procurou trabalhar no quadriênio 1987/90. A valorização da escola, o fim clientelismo, a recuperação da rede física, o treinamento de Recursos Humanos e o trabalho cooperativo com os municípios, todas foram ações que estão permitindo melhores índices de aproveitamento na escola".

A.5) SUB-CATEGORIA – PLANEJAMENTO

Página	Parágrafo	TEXTO
30	1	"5. APOIO AO PLANEJAMENTO E À ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA A modernização administrativa levada a termo pela SEDUC constitui-se numa verdadeira revolução operacional que permitiu a democratização administrativa, englobando as 14 Delegacias Regionais de Ensino e suas respectivas escolas".
35	1	"5.3 Planejamento da rede escolar. A despeito das limitações financeiras foram enviados esforços significados para construção, recuperação, ampliação e equipamento das escolas do estado."
42	2	"d. Melhora o sistema de informações educacionais, articulado com o MEC e os municípios, de modo a melhor subsidiar o planejamento educacional".
4	1	"A elevada mobilidade horizontal da população produz deslocamentos bruscos, gerando agrupamentos em ritmo não acompanhado pela implantação de cuidados escolares necessários, o que desarticula o planejamento da rede".

CATEGORIA B - QUALIDADE X QUANTIDADE

B.1) SUB-CATEGORIA - QUALIDADE DO ENSINO

Página	Parágrafo	TEXTO
3	1	"Promover uma "revolução educacional" buscando a expansão, a melhoria da qualidade e a democratização da gestão do ensino não é obra apenas do governo nem pode se limitar a um período de 04 anos. Esta é uma tarefa geracional, de responsabilidade de toda a sociedade".

3	3	"Ao lado dessa prioridade, empreendeu ações voltadas para o aparelhamento técnico da SEDUC e para o aparecimento do profissional de educação, sempre visando garantir à população acesso universal ao ensino sistematizado e de boa qualidade, preparando o aluno para o trabalho e para a prática da cidadania".
3	5	"A realidade educacional do Estado apresenta-se, porém, ainda bastante precária, especialmente pelos fatores exógenos ao sistema educacional que comprometeu a qualidade e a continuidade dos estudos".
15	6	"O grande problema do setor de 2º grau, porém, ainda é a baixa qualidade do ensino ministrado. Para superá-lo algumas ações desencadeadas foram de fundamental importância".
19	1	"Dentre as estratégias voltadas para os aspectos administrados e pedagógicos, com efeitos sobre a eficiência e a qualidade do ensino, destacam-se as ações de assistência ao estudante, englobando, principalmente, alimentação, serviços de saúde e fornecimento de material didático".
41	2	"Muitos problemas comprometem a qualidade do ensino no estado, conforme constatando ao longo deste relatório. Uma revolução educacional não pode ser feita quando a escola não oferece o livro didático a tempo, quando a alimentação é insuficiente, quando o professor está desmotivado e quando a própria escola é vítima de pressões que a condenam de antemão a não produzir bons resultados".
11	2	No quadriênio, merece destaque ainda melhoria da qualidade de ensino pré-escolar na rede estadual, como consequência da capacitação dos Recursos Humanos. No total foram treinados 3.817 professores para o atendimento pré-escolar".

B.2) SUB-CATEGORIA – CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES / RECURSOS HUMANOS

Página	Parágrafo	TEXTO
27	3	4.7. CAPACITAÇÃO DE DIRIGENTES DOS OME "A necessidade de capacitar dirigentes educacionais em 178 municípios cearenses – supervisores, coordenadores pedagógicos e secretários – integrantes dos Órgãos Municipais de Educação, levou a SEDUC, através do Departamento de Educação Básica, a propor um programa que já treinou 354 participantes. O seminário foi desenvolvido em quatro eventos no decorrer do ano de 1990".
31 21	4 – 5 e 1	"5.2. Valorização de Recursos Humanos - CAPACITAÇÃO O esforço de treinamento voltado para melhorar o nível de capacitação profissional dos servidores da SEDUC foi enorme, não obstante as limitações de ordem financeira, a nível federal especialmente. No período 87/90, as realizações e encontros, beneficiaram 27.927 participantes, distribuídos todas as modalidades de ensino, atingindo profissionais integrantes das ações de níveis central, regional e escolar. Isso representa 47% do previsto no Plano Setorial de Educação".

40	3	"Foi com essa consciência que a Secretaria de Educação procurou trabalhar no quadriênio 1987/90. A valorização da escola, o fim do clientelismo, a recuperação da rede física, o treinamento de Recursos Humanos e o trabalho cooperativo com os municípios, todas foram ações que estão permitindo melhores índices de aproveitamento na escola".
42	1	"c. Investir mais substancialmente na capacitação de Recursos Humanos para o magistério, buscando o concurso das universidades, propondo melhoria da condição salarial exigindo melhor desempenho profissional".

B.3) SUB-CATEGORIA – MAGISTÉRIO

Página	Parágrafo	TEXTO
4	2	"A situação de miséria e pobreza de grande parte da população, associada ao distanciamento da instituição educacional em relação às condições e aos hábitos de vida da população, não facilitam a adoção de medidas motivadoras do ingresso e permanência de crianças na escola. Enfim, números carências próprias da educação, como a baixa qualificação e remuneração dos profissionais, a irregularidade na distribuição da merenda escolar e do livro didático, a falta de definição política, a deficiência gerencial e pedagógica dos Órgãos Municipais e das escolas, tudo isso concorre para agravar o baixo desempenho da educação em todos níveis".
27	2	"Toda a proposta está embasada na partilha de responsabilidades financeiras, gerenciais e pedagógicas das três esferas do poder público; no fortalecimento do ensino fundamental a partir do município; no estímulo à participação efetiva da família e da comunidade na expansão e melhoria do ensino; no fortalecimento do papel social do educador, responsável pela formação de cidadãos capazes de contribuir produtiva, cultural e democraticamente para o desenvolvimento do município, do estado e da Nação".
42	1	"c. Investir mais substancialmente na capacitação de Recursos Humanos para o magistério, buscando o concurso das universidades, propondo melhoria da condição salarial exigindo melhor desempenho profissional".

B.4) SUB-CATEGORIA – GREVE DE PROFESSORES

Página	Parágrafo	TEXTO
		- O documento não se reporta a esse tema.

B.5) SUB-CATEGORIA – FORMAÇÃO DE PROFESSORES (CURSOS)

Página	Parágrafo	TEXTO
--------	-----------	-------

		- O documento não se reporta a esse tema.
--	--	-------------------------------------------

B.6) SUB-CATEGORIA – PROGRAMAS SUPLEMENTARES		
Página	Parágrafo	TEXTO
19	1	“3. ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE E À ESCOLA Dentre as estratégias voltadas para os aspectos administrativos e pedagógicos, com efeitos sobre a eficiência e a qualidade do ensino, destacam-se as ações de assistência ao estudante, englobando, principalmente, alimentação, serviços de saúde e fornecimento de material didático”.

B.7) SUB-CATEGORIA – ATENDIMENTO / DÉFICIT ESCOLAR.		
Página	Parágrafo	TEXTO
6	Tabela I	

TABELA I
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ
MATRÍCULA INICIAL POR GRAU E MODALIDADE DE ENSINO NA REDE
ESTADUAL E EXPANSÃO DO ATENDIMENTO 86/90

GRAU E MODALIDADE DE ENSINO	MATRÍCULA / INCREMENTO									EXPANSÃO DO ATENDIMENTO		EXPANSÃO 86/90	
	1986 (A)	1987 (B)	B/A %	1988 ©	C/B %	1989 (D)	D/C %	1990 (E)	E/D %	PREVISTO 87 / 90	REALIZADO 87 / 90	%	E / A (%)
PRÉ-ESCOLAR (ARDIM)	30.101	33.118	10	33.590	1	32.461	-3	35.835	10	34.500	5.738	17	19
PRÉ-ESCOLAR (LFAB.)	336.059	336.326	0,1	495.352	47	381.919	-23	430.697	13	252.146	94.638	38	28
1º GRAU	47.121	40.503	-144	46.820	16	49.105	5	55.950	14	29.700	8.829	30	19
2º GRAU	55.134	57.189	16	48.334	-15	42.642	-12	40.642	-5	21.600	-14.533	-	-26
3º GRAU	1.570	1.819		2.087	15	3.374	62	3.374	-37	3.150	554	18	35
EDUCAÇÃO DE ADULTOS													
EDUCAÇÃO ESPECIAL													
TOTAL	469.985	468.995	0,0	626.183	34	532.241	-15	416.096	15	416.096	140.574	34	30

CATEGORIA C - DEMOCRACIA E DESCENTRALIZAÇÃO

C.1) SUB-CATEGORIA - CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO		
Página	Parágrafo	TEXTO

28	2	"A Secretaria de Educação tem tomado parte nos estudos relativos ao II Projeto de Educação Básica do Nordeste, conduzidos pelo MEC e Banco Mundial, com objetivo de apoiar financeiramente programas de investimento na educação (planos quinquenais) nos estados de fortalecimento gerencial, descentralização administrativa e planejamento integrado Estado e Municípios, de modo a consolidar um quadro institucional adequado ao desenvolvimento do processo educativo a médio e longo prazo".
30	1	"5. APOIO AO PLANEJAMENTO E À ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA A modernização administrativa levada a termo pela SEDUC constituiu-se numa verdadeira revolução operacional que permitiu a democratização administrativa, englobando as 14 Delegacias Regionais de Ensino e suas respectivas escolas".
41	3 e 4	"Para a continuidade dessa caminhada parece claro que não podem sofrer solução de continuidade as seguintes ações: a) Concluir a implantação do projeto de reforma administrativa da SEDUC, a qual visa reduzir o pessoal burocrático, diminuir os níveis hierárquicos, descentralizar as responsabilidades e direcionar recursos preferencialmente para áreas fins".

C.2) SUB-CATEGORIA – PARTICIPAÇÃO

Página	Parágrafo	TEXTO
4 5	3 1	"Apesar disso, vem-se observando, ultimamente, um crescente interesse da população pela escola pública, que se justifica em parte pela crise econômica, em parte pelo crescimento da consciência da cidadania participativa e, também, pelo empenho da administração estadual em melhorar a qualidade do ensino".
22	2	"4.1. A Escola Pública em Debate. O projeto contemplou uma ação educativa através de 3 fóruns de debates em 1300 escolas de estadual e em muitas outras da rede municipal das 14 regiões geo-educacionais do Ceará; de 3 encontros da SEDUC com segmentos da sociedade civil cearense; do levantamento de experiências pedagógicas desenvolvidas no âmbito da educação pública; da realização do I Simpósio da Educação do Ceará, "momento forte" da prática pedagógica dos educadores cearenses e do estreitamento das relações educativas entre educando e educadores, efetivando na IV Feira Estadual de Ciências e Matemática, na I Mostra Estadual de Alfabetização e nos relatos de experiências e comunicações".
25	5 e 6	"4.5. Telenfoque Programa mensal levado ao ar pela Televisão Educativa do Ceará, que põe ao vivo, durante três horas, educadores e autoridades educacionais em contato com a população e segmentos educacionais em contato com a população e segmentos educacionais para debater, informar, responder questionamentos, orientar e receber críticas sobre o sistema de educação. O programa é um canal aberto à comunicação e à transparência da própria gestão do sistema público de educação e tem-se revelado instância de participação coletiva nas questões da educação pública".

C.3) SUB-CATEGORIA – DEMOCRATIZAÇÃO

Página	Parágrafo	TEXTO
--------	-----------	-------

3	1	<p>"1. Introdução</p> <p>Promover uma "revolução educacional" buscando a expansão, a melhoria da qualidade e a democratização da gestão do ensino não é obra apenas do governo nem pode se limitar a um período de 04 anos. Esta é uma tarefa geracional, de responsabilidade de toda a sociedade".</p>
30	1	<p>"5. APOIO AO PLANEJAMENTO E À ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA</p> <p>A modernização administrativa levada a termo pela SEDUC constituiu-se numa verdadeira revolução operacional que permitiu a democratização administrativa, englobando as 14 Delegacias Regionais de Ensino e suas respectivas escolas".</p>

C.4) SUB-CATEGORIA – COMUNIDADE

Página	Parágrafo	TEXTO
27	2	<p>"Toda a proposta está embasada na partilha de responsabilidades financeiras, gerenciais e pedagógicas das três esferas do poder público; no fortalecimento do ensino fundamental a partir do município; no estímulo à participação efetiva da família e da comunidade na expansão e melhoria do ensino; no fortalecimento do papel social do educador.."</p>
41	3	<p>"Para a continuidade dessa caminhada parece claro que não podem sofrer solução de continuidade as seguintes ações: ...</p> <p>f) Desenvolver mecanismos de envolvimento da comunidade com a escola, meio de garantir melhor rendimento do sistema e maior comprometimento dos cidadãos para com o bem público por excelência, a educação".</p>

C.5) SUB-CATEGORIA – RELAÇÃO EDUCAÇÃO - SOCIEDADE

Página	Parágrafo	TEXTO
22	1	<p>"4. PROJETOS ESPECÍFICOS</p> <p>4.1 À Escola Pública em Debate.</p> <p>Surgiu da inquietação de educadores com a situação crítica do ensino público, evidenciada pela descaracterização da função social da escola e pelo descompasso da educação oficial com o ritmo de desenvolvimento da sociedade brasileira".</p>

C.6) SUB-CATEGORIA – REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Página	Parágrafo	TEXTO
--------	-----------	-------

4	1 e 2	<p>"A falta de racionalidade na criação de novas escolas, sobretudo em municípios em que ainda predominam formas de clientelismo na aplicação de recursos públicos, torna difícil instalar unidades escolares onde são mais necessárias. Os recursos repassadas diretamente pelo MEC a esses municípios agravam o problema porque não levam em conta a necessidade de um mapeamentos racional da rede municipal e da sua harmonização com as escolas pertencentes às redes estadual, conveniada e particular. ...</p> <p>Enfim, numerosas carências próprias da educação, como a baixa qualificação e remuneração dos profissionais, a irregularidade na distribuição de merenda escolar e do livro didático, a falta de definição política, a deficiência gerencial e pedagógica dos Órgãos Municipais e das escolas, tudo isso concorre para agravar o baixo desempenho da educação em todos os níveis".</p>
7	3	<p>"É de fundamental importância referir-se à matrícula global em todas as dependências administrativas do estado (tabela II), de modo a avaliar-se o déficit escolar que persiste, a baixa participação federal e particular em todos os níveis e a expressiva participação municipal no pré-escolar e 1º grau, fato último que fortalece ainda mais a diretriz constitucional de municipalização do ensino fundamental".</p>
12	5	<p>"2.2. Desenvolvimento do ensino de 1º grau ... Tais ações envolvem muito de perto a rede municipal, via convênios, que asseguravam também a cooperação técnica e pedagógica prestada para o bom funcionamento do ensino municipal."</p>
27	1 e 2	<p>4.6 INTEGRAÇÃO MUNICÍPIOS, ESTADO E UNIÃO. Além da municipalização do ensino até a 4ª série do 1º grau, a proposta compreende ainda três outras dimensões estreitamente articuladas, a saber: a) expansão do ensino, da 5ª série à 8ª série do 1º grau; b) criação e/ou manutenção de pelo menos uma boa escola integral de 1º e 2º graus na sede do município; c) iniciação e formação profissionais.</p> <p>Toda a proposta está embasada na partilha de responsabilidades financeiras, gerenciais e pedagógicas das três esferas do poder público; no fortalecimento do ensino fundamental a partir do município; no estímulo à participação afetiva da família e da comunidade na expansão e melhoria do ensino; no fortalecimento do papel social do educador, responsável pela formação de cidadãos capazes de contribuir produtiva, cultural e democraticamente para o desenvolvimento do município, do estado e da Nação".</p>
28	2	<p>"4.8. Cooperação Internacional. A Secretaria de Educação tem tomado parte nos estudos relativos ao II Projeto de Educação Básica do Nordeste, conduzidos pelo MEC e Banco Mundial, com objetivo de apoiar financeiramente programas de investimento na educação (planos quinquenais) nos estados de fortalecimento gerencial, descentralização administrativa e planejamento integrado Estado e Municípios, de modo a consolidar um quadro institucional adequado ao desenvolvimento do processo educativo a médio e longo prazo".</p>
40	3	<p>"Foi com essa consciência que a Secretaria de Educação procurou trabalhar no quadriênio 1987/90. À valorização da escola, o fim clientelismo, a recuperação da rede física, o treinamento de Recursos Humanos e o trabalho cooperativo com os municípios, todas foram ações que estão permitindo melhores índices de aproveitamento na escola".</p>
41	3 e 5	<p>"Para a continuidade dessa caminhada parece claro que não podem sofrer solução de continuidade as seguintes ações: b) Desenvolver o programa de integração Municípios, Estado e União, oferecendo aos primeiros a oportunidade de efetiva participação no gerenciamento do ensino fundamental".</p>

C.7) SUB-CATEGORIA – FUNÇÃO DAS DELEGACIAS REGIONAIS DE ENSINO (DERE'S).

Página	Parágrafo	TEXTO
23	3	"4.2. Redefinição Curricular O projeto contempla uma proposta da SEDUC a ser lançada com toda força política em 1991 para mudar consideravelmente o quadro da educação pública; nesse sentido deverão ser desenvolvidas ações básicas relativas: - ao desenvolvimento de amplo processo de reflexão, análise e avaliação dos currículos escolares existentes na escola pública, orientado tecnicamente pela SEDUC/DERE'S;

C.8) SUB-CATEGORIA – FUNÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (SEDUC).

Página	Parágrafo	TEXTO
3	3	"Ao lado dessa prioridade, (o Governo de Mudanças) empreendeu ações voltadas para o aparelhamento técnico da SEDUC e para o aperfeiçoamento do profissional de educação, sempre visando garantir à população acesso universal ao ensino sistematizado e de boa qualidade, preparando o aluno para o trabalho e para a prática da cidadania".
9	2	"Como recurso necessário à expansão da matrícula, a SEDUC, entre outras medidas, utilizou a estratégia de celebração de convênios, permitindo o atendimento a muitos alunos que, por qualquer motivo, não tinham acesso à rede estadual. Tal política, em 1990, beneficiou 72.000 alunos em 89 municípios (Tabela IV)".
10	1	"Para o atendimento da demanda global, em 1990, a SEDUC ainda contou com a prestação de serviços de 1217 professores, remunerados pelo Fundo de Desenvolvimento do Ceará – FDC, em cooperação com entidades comunitárias e prefeituras municipais, atuando, principalmente, nas disciplinas de matemática, física, ciências e língua estrangeira, beneficiando 311 escolas, em 95 municípios do Estado".
11	4	"As atividades são desenvolvidas a partir do Programa de Educação Pré-Escolar – PROEPRE, com acompanhamento da SEDUC em todas as escolas da rede".
16	1	"- Criação de Centros Integrados de Educação em Agropecuária, nos municípios de Granja e Itapipoca, especializados, respectivamente, em caprinocultura e fruticultura. Esse novo modelo de ensino profissionalizante proposto pela SEDUC, preconiza a especialização centrada na visão objetiva das potencialidades da economia cearense. O modelo prevê a criação de um total de 22 escolas";
17	4	"A alfabetização de adultos ainda é um desafio pelo acentuado número de analfabetos e pela inexpressividade do número de pessoas matriculados no período de 1987/90. Na tentativa de minimizar esta situação, a SEDUC vem ultimando esforços no sentido de desenvolver ações comunitárias, através de projetos de educação popular no meio rural".
18	7	Nesse sentido, a SEDUC redefiniu os conteúdos programáticos para a realização dos exames. Foram ofertados exames supletivos de educação geral e a nível de 1º e 2º graus e de exames de suplência profissionalizante, prestada cooperação técnica e apoio operacional às DERE'S, e ainda, atualizada a vida escolar da clientela".

23	3 e 4	<p>"Redefinição curricular</p> <p>O projeto contempla uma proposta da SEDUC a ser lançada com toda força política em 1991 para mudar consideravelmente o quadro da educação pública; nesse sentido deverão ser desenvolvidas ações básicas relativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ao desenvolvimento de amplo processo de reflexão, análise e avaliação dos currículos escolares existentes na escola pública, orientado tecnicamente pela SEDUC/DERE'S;"
28	2	<p>"4.8 Cooperação Internacional</p> <p>"A Secretaria de Educação tem tomado parte nos estudos relativos ao II Projeto de Educação Básica do Nordeste, conduzidos pelo MEC e Banco Mundial, com objetivo de apoiar financeiramente programas de investimento na educação (planos quinquenais) nos estados de fortalecimento gerencial, descentralização administrativa e planejamento integrado Estado e Municípios, de modo a consolidar um quadro institucional adequado ao desenvolvimento do processo educativo a médio e longo prazos".</p>
30	1	<p>"A modernização administrativa levada a termo pela SEDUC constitui-se numa verdadeira revolução operacional que permitiu a democratização administrativa, englobando as 14 Delegacias Regionais de Ensino e suas respectivas escolas".</p>
35	1 e 2	<p>"A despeito das limitações financeiras foram envidados esforços significativos para a construção, recuperação, ampliação e equipamento do estado. Todo esse trabalho foi acompanhado pela Divisão de Engenharia da SEDUC, apta a assumir diretamente a elaboração, o acompanhamento e a fiscalização das obras contratadas ou conveniadas com os municípios".</p>
35	4	<p>Ao longo do quadriênio foi também grande o esforço voltado para o equipamento das escolas. Tal tarefa contou com o apoio decisivo dos micr50-empresários, com a interveniência de CEAG, junto aos quais só em 1990 a SEDUC contratou mais de 100.000 carteiras escolares, já distribuídas.</p>
40	3	<p>"Foi com essa consciência que a Secretaria de Educação procurou trabalhar no quadriênio 1987/90. À valorização da escola, o fim clientelismo, à recuperação da rede física, o treinamento de Recursos Humanos e o trabalho cooperativo com os municípios, todas foram ações que estão permitindo melhores índices de aproveitamento na escola".</p>

ANEXO 5 - TABELA COM A FREQUÊNCIA DE TEMAS E SUB TEMAS

TEMAS	A. CRISE E MODERNIZAÇÃO					B. QUALIDADE X QUANTIDADE							C. DEMOCRACIA E DESCENTRALIZAÇÃO								TOTAL
SUB TEMA	A ₁	A ₂	A ₃	A ₄	A ₅	B ₁	B ₂	B ₃	B ₄	B ₅	B ₆	B ₇	C ₁	C ₂	C ₃	C ₄	C ₅	C ₆	C ₇	C ₈	
DOC 1	03	06	02	05	06	15	08	06	04	02	01	03	04	14	04	11	02	04	04	07	111
DOC 2	02	02	-	01	02	06	06	04	-	02	01	03	03	03	02	03	01	03	01	03	48
DOC 3	03	04	02	03	04	07	05	03	-	-	01	01	03	03	02	02	01	07	01	13	65
TOTAL	08	12	04	09	12	28	19	13	04	04	03	07	10	20	08	16	04	14	06	23	224

LEGENDAS DOS TEMAS

A. Modernização: Diagnóstico e alternativas

- A.1- Modernização, eficiência e racionalidade
- A.2- Crise / descrédito
- A.3- Continuidade / descontinuidade
- A.4- Clientelismo Político
- A.5- Planejamento

B. Qualidade x Quantidade

- B.1- Qualidade de ensino
- B.2- Capacitação de Professores / Rec. Humanos
- B.3- Magistério
- B.4- Greve dos Professores
- B.5- Formação dos Professores
- B.6- Programas Suplementares
- B.7- Atendimento / déficit escolar

C. Democracia e descentralização

- C.1- Centralização / descentralização
- C.2- Participação
- C.3- Democratização
- C.4- Comunidade
- C.5- Relação Educação - Sociedade
- C.6- Rede Municipal de Ensino
- C.7- Delegacias Regionais (DERE's)
- C.8- Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC)